



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

MICHELLE DA COSTA PORTELA

**COM O TIME EM CAMPO: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS,
COPA VERDE E OS CONFLITOS DE UMA AGENDA
AMBIENTAL GLOBAL**

**Campinas
2017**

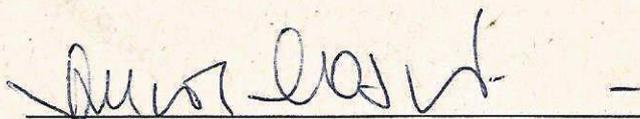
MICHELLE DA COSTA PORTELA

**COM O TIME EM CAMPO: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS,
COPA VERDE E OS CONFLITOS DE UMA AGENDA
AMBIENTAL GLOBAL**

Tese apresentada ao instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ambiente e sociedade na área de Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia da Costa Ferreira
Coorientador: Prof. Dr. Marko Synesio Alves Monteiro

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A
VERSÃO FINAL TESE DEFENDIDA
PELA MICHELLE DA COSTA
PORTELLA, E ORIENTADA PELA
PROF.^a DRA.^a LÚCIA DA COSTA
FERREIRA



Campinas
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPEAM

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P832c Portela, Michelle da Costa, 1981-
Com o Time em Campo : mevaeventos esportivos, Copa Verde e os conflitos de uma agenda ambiental global / Michelle da Costa Portela. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Lúcia da Costa Ferreira.
Coorientador: Marko Synesio Alves Monteiro.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Copa do Mundo (Futebol) (2014 : Brasil). 2. Conflito social. 3. Comunicação. 4. Sustentabilidade. I. Ferreira, Lúcia da Costa, 1955-. II. Monteiro, Marko Synesio Alves, 1975-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: With the Team in the Field : mega sport events, Green Cup and conflicts of a global enviromental agenda

Palavras-chave em inglês:

World Cup (Soccer) (2014 : Brazil)

Social conflict

Communication

Sustainability

Área de concentração: Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação

Titulação: Doutora em Ambiente e Sociedade

Banca examinadora:

Lúcia da Costa Ferreira [Orientador]

Aline Vieira de Carvalho

José Eduardo Víglio

Thales Haddad Novaes de Andrade

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior

Data de defesa: 30-05-2017

Programa de Pós-Graduação: Ambiente e Sociedade



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa da Tese de Doutorado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30/05/2017, considerou a candidata Michelle Da Costa Portela aprovada.

Prof.^a. Dr.^a Lucia da Costa Ferreira - orientadora

Prof.^a. Dr.^a Aline Vieira de Carvalho- membro

Prof. Dr. Jose Eduardo Viglio - membro

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes De Andrade– membro

Prof. Dr. Antonio Ribeiro de Almeida Junior-membro

A ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Para o meu pai, Manoel Portela.
Por todos aqueles que resistem e lutam.
A Manaus.

AGRADECIMENTOS

À FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e à CAPES.

Aos meus colegas de curso, especialmente Elzinha Savaget e Nieli Diniz, que tornaram esta caminhada mais terna. Vocês são minhas irmãs para a vida.

Aos meus professores, que sempre me desafiaram e jamais desistiram de mim. Lúcia, sempre com seus conselhos e risos, duras críticas também, muitas vezes agindo mais como uma amiga do que uma orientadora.

Ao Waldinei, pela alegria de tê-lo como amigo. Uma pessoa única, surpreendente e confiável.

Aos funcionários do Nepam. Vocês me compreenderam e apoiaram nos momentos mais difíceis e respeitaram a minha busca para voltar a ser feliz.

Aos meus amigos de Manaus, aos quais amo e respeito, pelo caráter e doação.

Invictus

*Out of the night that covers me,
Black as the pit from pole to pole,
I thank whatever gods may be
For my unconquerable soul.*

*In the fell clutch of circumstance
I have not winced nor cried aloud.
Under the bludgeonings of chance
My head is bloody, but unbowed.*

*Beyond this place of wrath and tears
Looms but the horror of the shade,
And yet the menace of the years
Finds and shall find me unafraid.*

*It matters not how strait the gate,
How charged with punishments the scroll,
I am the master of my fate:
I am the captain of my soul.
Carved In Stone.*

“Fomos nós que paramos eles”
Gabriel.

“Elogiem os homens ilustres”

Título do livro de James Agee e Walker
Evans que revolucionou o jornalismo.

RESUMO

Este estudo versa sobre os conflitos sociais na arena ambiental da Copa do Mundo do Brasil, em 2014, no contexto da inclusão do Brasil e do BRIC's no roteiro de megaeventos de abrangência global, e os sentidos sobre sustentabilidade desencadeados nesse processo. Se por um lado, o projeto desenvolvimentista soube incorporar esse elemento na centralidade da realização do evento, como força legitimadora do país hospedeiro às expectativas de países *middle-class*, a compreensão sobre os movimentos sociais que se organizaram em torno dos megaeventos corrobora estudos recentes sobre coalizões de grupos que, embora ainda de fundo de resistência neoliberal e mantendo uma grande variedade de objetivos, valores e modelos de organização, têm sido capazes de obter a convergência ideológica e compartilhar formas de ação, enfatizadas pelas oportunidades oferecidas pelos eventos internacionais, tais como megaeventos. Dessa forma, a Copa 2014 marcou uma convergência momentânea de grupos e organizações de diferentes orientações ideológicas e estruturas de movimento em oposição a um adversário comum (neste caso, o capitalismo/neoliberalismo), a partir de diferentes características do que está em primeiro plano por cada movimento, tais como a posição dominante das empresas multinacionais, a exclusão das minorias e a destruição do ambiente, para dar amplitude às denúncias e reivindicações reformistas e denunciar o caráter *top-down* da promoção da responsabilidade ambiental corporativa como uma encenação de sustentabilidade, numa arena em que os impactos do eventos e as respostas sociais tornaram as contradições impossíveis de serem encobertas pelo agendamento oficial devido ao uso de estratégias de comunicação e conquista da opinião pública por meio das mídias alternativas criadas para ampliar o poder de crítica dos “atingidos pela Copa”.

Palavras-chave: Copa do Mundo (Futebol) (2014: Brasil), Conflito social, Comunicação, Sustentabilidade.

ABSTRACT

This study deals with the social conflicts in the environmental arena of the 2014 World Cup in the context of the inclusion of Brazil and BRIC in the global mega-events roadmap and the meanings about sustainability triggered in this process. If, on the one hand, the developmentalist project was able to incorporate this element in the centrality of the event, as a legitimizing force of the host country to the expectations of middle-class countries, an understanding of the social movements organized around mega-events corroborates recent studies on Coalitions of groups that, although still bottom of neoliberal resistance and maintaining a wide variety of goals, values and organizational models, have been able to achieve ideological convergence and share forms of action, emphasized by the opportunities offered by international events such as Mega events. To this point, the 2014 World Cup marked a momentary convergence of groups and organizations of different ideological orientations and structures of movement as opposed to a common adversary (in this case, capitalism / neoliberalism), from different characteristics of which is in the foreground by such as the dominant position of multinational corporations, the exclusion of minorities and the destruction of the environment, to give amplitude to the denunciations and reformist demands and denounce the top-down character of the promotion of corporate environmental responsibility as a staging of sustainability, in a arena in which the impacts of events and social responses have made contradictions impossible to conceal by official scheduling using communication strategies and public opinion through alternative media created to broaden the critical power of those affected by the World Cup.

Key Words: World Cup (Soccer) (2014: Brazil), Social conflict, Communication, Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – <i>Lusail Iconic Stadium</i>	43
FIGURA 2 - <i>Doha Port Stadium</i>	44
FIGURA 3 - Arquitetura vernacular em estádio no Catar	45
FIGURA 4 – I Encontro nacional de atingidos	64
FIGURA 5 - Pôster oficial da cidade-sede Manaus	77
FIGURA 6 - Revista Weekly, da FIFA, aponta Manaus como a melhor cidade-sede da Copa do Mundo de 2014	81
FIGURA 7 – Tatu-Bola e Fuleco	82
FIGURA 8- Emissões GEE comparado com RCE pós-evento (Governo Brasileiro)	92
FIGURA 9– Emissões de GEE antes do evento da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014	94
FIGURA 10 – Brasil: distribuição das emissões de GEE antes do evento decorrente das operações da Copa do Mundo da FIFA 2014	95
FIGURA 11 – Brasil: distribuição das emissões de GEE antes de evento decorrentes das obras da Copa do Mundo da FIFA 2014	95
FIGURA 12 – Brasil: Emissões de GEE pós-evento decorrentes da realização da Copa do Mundo 2014 (%)	96
FIGURA 13 – Brasil: distribuição das emissões de GEE pós-evento decorrente das operações da Copa do Mundo da FIFA 2014	97
FIGURA 14 – Brasil: distribuição das emissões de GEE pós-evento decorrentes das obras da Copa do Mundo 2014	98
FIGURA 15- Arena de conflitos da Copa do Mundo 2014	103
FIGURA 16 - Cartaz copa do mundo FIFA 204, sede Curitiba	110
FIGURA 17 – Corte de árvores em Porto Alegre	111
FIGURA 18 – “Jovens” amarram redes em arvores que seriam cortadas	111
FIGURA 19 – Constestação contra o corte de árvores	112
FIGURA 20 - Mapa das cidades-sede sem malha ferroviária	134
FIGURA 21 – Mapa das cidades-sede com malha ferroviária	134

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Eventos a partir do ano de 1992	27
QUADRO 2 - Megaeventos esportivos em países do BRICS	28
QUADRO 3 - As cerimônias olímpicas e suas representações	29
QUADRO 4- Resumo da evolução do programa ambiental na FIFA	39
QUADRO 5 - Matriz de responsabilidades consolidada	73
QUADRO 6- Obras excluídas da matriz de responsabilidades	75
QUADRO 7- Obras de Mobilidade – 1 ano depois da Copa	76
QUADRO 8 - Estádios da Copa do Mundo: investimentos em sustentabilidade	84
QUADRO 9 - Doações RCEs Copa do Mundo	90
QUADRO 10 – ANCOP	104
QUADRO 11 - Comitês Populares da Copa do Mundo	105
QUADRO 12 – GECOPA	118
QUADRO 13 – CTMAS	119
QUADRO 14 – Organizações/associações	119
QUADRO 15 – Classificação das organizações de acordo com a escala de ação	121
QUADRO 16 – Classificação das organizações de acordo com as táticas	123
QUADRO 17 - Cooperação e comunicação entre os comitês	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. POSICIONANDO A QUESTÃO AMBIENTAL EM MEGAEVENTOS	18
1.1 Que faz um evento ‘mega’	18
1.2 O crescimento dos megaeventos e seu alcance no século XXI	21
1.3 Os legados na centralidade de megaeventos	25
1.4 Legado ambiental como elemento central de megaeventos modernos	29
1.4.1 Megaeventos ambientais: perspectiva histórica	33
1.4.2 O Green Goal e o legado ambiental	35
1.5 O futuro do legado ambiental	40
CAPÍTULO 2. ANALISANDO AS ARENAS AMBIENTAIS DA COPA DO MUNDO	47
2.1 Introdução	47
2.1.1 Pesquisando a copa do mundo no Brasil	47
2.2 Aspectos teórico-metodológicos	49
2.3 Os discursos e estratégias ambientais em disputa	55
2.4 Delimitação do corpus	62
CAPÍTULO 3. COPA 2014, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO	65
3.1 Agentes na arena: grupos de interesse e reflexos das suas atuações	66
3.2 Arena 1: Megaeventos, meio ambiente e países em desenvolvimento	68
3.3 Compensação de carbono: um exemplo de normatização internacional	83
3.4 Outros legados da Copa	98
CAPÍTULO 4. MEGAEVENTOS E CONFLITOS SOCIAIS	100
4.1 Estratégias e conflitos em lugares em disputa	101
4.1.1 "Vozes dissidentes"	104
4.2 Avaliando os adversários: dois anos após a Copa	128
CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

Daqui pra frente, até onde a vista alcança o horizonte deste século, o jornalismo será ambiental, ou não será jornalismo. Sem considerar o ambiente, não será bom jornalismo, quer na cobertura da economia, da política, da administração pública, dos negócios, da agricultura, da vida urbana, da educação, talvez até mesmo do esporte e do entretenimento. (FROME¹, 2008).

A ideia de tornar ambiental a economia e a política está sendo levada ao extremo por uma das maiores corporações do planeta, a Federação Internacional do Futebol (FIFA), por efeitos da globalização. Migrando para mercados emergentes, usaria a sustentabilidade como um Cavalo de Tróia capitalista para oferecer um falso senso de satisfação social, dando início a uma disputa sobre o que faz ser sustentável. Com isso, inaugurando uma disputa midiática entre organizadores de megaeventos e grupos contrários à sua realização pela opinião pública, ambos incorporando os discursos sobre sustentabilidade como elementos centrais de seus argumentos. É sobre esse jogo que versa esta tese de doutoramento.

Um ano depois da realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil, em 2014, a entidade máxima do futebol mundial teve sete dos seus dirigentes presos na Suíça, sede da federação, acusados por suspeitas de corrupção no valor de R\$ 150 milhões. Além disso, está sob investigação o processo de escolha dos países-sede das Copas de 2018 (Rússia) e 2022 (Catar)², além do próprio Brasil.

Bem antes desse cenário, o Brasil viu surgir das ruas um movimento que se convencionou chamar de Jornadas de Junho³, quando milhões de pessoas foram às ruas protestar sobre a realização das competições da FIFA no país. Reivindicavam, além de defender a tradição esportiva nacional, escolas e hospitais “com padrão FIFA”, em alusão às exigências feitas pela federação para que o país sediasse o evento.

Entre essas exigências, estava a adequação do projeto de Copa do Mundo às questões ambientais segundo as diretrizes da FIFA. O projeto *Green Goal*, ou Gol Verde na tradução do inglês, foi lançado em 2006 como parte de uma política de integração corporativa às demandas locais dos países hospedeiros que concebia o meio ambiente como elemento fundamental para a Copa do Mundo de Futebol.

¹ Foi colunista da *Field & Stream*, do *Los Angeles Times*, da *American Forests* e da *Defender of Wildlife*. É autor de 20 livros, foi professor das universidades Idaho e Vermont, no *Northland College* e na *Universidade Western Washington* onde recebeu o título de doutor em 1993 e dirigiu o programa pioneiro sobre jornalismo e redação ambiental.

² Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150527_entenda_FIFA_lab. Acesso em 07/10/2015.

³ Apesar de ser tema do quarto capítulo desse estudo, vale apresentar que, entre as melhores produções sobre as Jornadas de Junho, está o filme a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=3dIPZ3rarOQ>. Acesso em: 20/09/2015.

Desde a realização da competição com essas características na Alemanha⁴ (2006), país com vanguarda no setor ambiental, o lobby para que esse conceito fosse adotado para as demais edições elevou a importância da questão ambiental no evento na África do Sul⁵ (2010) até ser incorporado como justificativa para a realização da versão brasileira do evento (2014).

Inspirado nesse contexto, o objetivo central deste projeto é analisar os conflitos sociais e ambientais no âmbito da arena da execução da Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil, também chamada de Copa Verde. Dessa forma, pretendemos realizar o estudo tendo como base duas questões fundamentais:

a) Quais as versões dominantes (significados) sobre a sustentabilidade nos diferentes campos de lutas (arenas) no contexto da Copa do Mundo no Brasil, a Copa Verde, e como foi acionada pelos diferentes agentes?

b) Qual o processo de espetacularização que se deu em torno do tema “sustentabilidade” no contexto da Copa e como foi utilizada para ampliar o poder de barganha ou convencimento junto à opinião pública por diferentes agentes?

Para isso, esta pesquisa trabalha com a análise crítica do contexto de um corpus composto por três conjuntos, todos em desenvolvimento entre 2009 e 2014: a) o projeto da iniciativa *Green Goal* para a Copa do Mundo no Brasil, a incorporação desse discurso pelas seleções na disputa; b) os produtos de comunicação formulados pelos Comitês Populares da Copa do Mundo e notícias produzidos pelos grupos e publicados no site da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo, além dos vídeos publicados produzidos por comunidades atingidas e publicadas no mesmo site; c)

⁴ A Deutsche Welle, empresa de radiodifusão da Alemanha que mantém um portal de conteúdo on-line em 30 idiomas, organizou as informações gerais sobre a Copa do Mundo de 2006 em forma de perguntas e respostas. A inserção do meio ambiente na preparação para a competição aparecia como elemento chave do discurso oficial. (<http://www.dw.com/pt/perguntas-e-respostas-sobre-a-copa-2006/a-1482808>)

⁵ O legado da Copa do Mundo da África do Sul está em constante questionamento desde a realização da competição. Em setembro de 2015, o principal partido de oposição da África do Sul, a Aliança Democrática entrou com uma ação junto às autoridades pedindo que se investiguem supostos atos de corrupção por parte de Molefi Oliphant, que presidiu a Federação Sul-Africana de Futebol quando foi definida a sede da Copa de 2010, e Danny Jordaan, atual presidente da entidade e que liderou o comitê organizador. (<http://atarde.uol.com.br/esportes/noticias/1713766-oposicao-sul-africana-pede-investigacao-sobre-escolha-da-sede-da-copa-de-2010>)

informações e dados da Copa do Mundo publicados no Portal da Copa 2014, oficial sobre o evento e mantido pelo Governo Federal.

O recorte temporal foi motivado pela necessidade de se limitar a coleta de dados a um período factível com o prazo do doutorado. A escolha de início em 2009 se deu porque a divulgação e oficialização da candidatura do Brasil às vésperas do início do torneio na África do Sul catalisou o debate nacional e internacional sobre a realização do evento no Brasil, ao qual a questão ambiental está relacionada.

Em 2010, as eleições para os governos estaduais, Congresso Nacional e Presidência da República constituíram momentos privilegiados de manifestação do lobby em defesa das pretensas cidades candidatas a sediar os jogos da Copa do Mundo junto aos seus públicos locais. Em 2012, a realização da Rio + 20 foi o espaço utilizado pelo governo federal para construir a legitimidade do seu projeto⁶ para megaeventos, como oportunidade única para a modernização rápida de serviços básicos com responsabilidade social e ambiental.

Em 2013, as “jornadas de junho” se constituíram em grandes manifestações nas quais a oposição à Copa do Mundo emergiu e se consolidou como o conflito social mais contemporâneo. Enfim, a realização da Copa do Mundo 2014, acontecimento norteador deste estudo, se efetivou e permitiu a geração dos dados necessários ao desenvolvimento desta análise.

As transcrições das entrevistas e dos pronunciamentos de autoridades envolvidas na realização do evento constam em meu arquivo pessoal, ora organizados a partir de duas pesquisas de campo. A primeira foi realizada em Manaus em dezembro de 2013 e a segunda, em maio de 2014, em Belo Horizonte. Também constam no acervo, os relatos das reuniões do Comitê Popular da Copa em São Paulo das quais participei.

Entre as dificuldades, está o acesso a versões impressas de todos esses documentos, a exemplo de coberturas de mídia sobre a incorporação da questão ambiental pelas seleções, a exemplo da alemã. As pesquisas envolvendo jornais regionais ou temáticos são mais raras justamente porque eles não costumam disponibilizar seus arquivos na internet, o que dificulta e encarece a fase de coleta de dados (MAY; CALIXTO; GEBARA, 2011).

⁶ Representantes da FIFA e do Comitê Organizador Local (COL) no Rio de Janeiro apresentaram a estratégia para a realização de uma Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 de forma sustentável durante a Rio + 20, no dia 19 de junho de 2012. Na ocasião, o diretor de responsabilidade social da FIFA, Federico Addiechi, ressaltou que o objetivo seria realizar um evento com uso inteligente dos recursos, gerando equilíbrio entre os aspectos econômicos, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente.

A escolha por se trabalhar prioritariamente com os conteúdos produzidos pela FIFA, pelo Governo Federal e os comitês se deu porque essas são três das arenas nas quais o discurso de legitimação da sustentabilidade da Copa do Mundo no Brasil circula de forma privilegiada, formando uma macro arena que apresento no decorrer do estudo.

A FIFA esforça-se para proteger e prorrogar as vantagens do seu megaevento em comparação a outros motivos de concentração de investimentos internacionais; o governo procura desenvolver práticas institucionais e ainda caminhar para o aprimoramento de um modelo de desenvolvimento sustentável, além da promoção do próprio governo; enquanto o comitê apresenta a mediação entre os “atingidos” pela Copa e a população, ou a opinião pública, constituindo-se como porta-voz crítico aos interesses das elites, mas também como espaço público de conflitos (CASTELLS, 1999; CHAPARRO, 2007).

Para subsidiar as análises, além de pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças dos comitês populares e observações diretas em reuniões e eventos realizados por esses grupos. Desses, vale destacar o I Encontro Nacional dos Atingidos pela Copa, realizado em Belo Horizonte, em maio de 2014, que reuniu pessoas de todo o país que pertenciam a comunidades impactadas pelas obras da Copa.

Os resultados dessas análises e a discussão deles, assim como seus pressupostos teórico-metodológicos, estão detalhados na tese a seguir, estruturada em cinco capítulos. No **primeiro capítulo**, apresento o cenário no qual o meu projeto está inserido, tanto no contexto empírico quanto na produção acadêmica sobre o tema que inspira a realização deste trabalho, a incorporação da questão ambiental aos megaeventos mundiais. São discutidas as três fases do modelo: o aparecimento da chamada questão ambiental no planejamento estratégico da corporação; a composição e o funcionamento do *Green Goal* pela FIFA e sua vinculação com os países subdesenvolvidos e o discurso ambiental construído para o evento.

No **segundo capítulo** apresento os aspectos teóricos e metodológicos que orientam esta pesquisa. O texto traz a tipologia dos **discursos ambientais** modernos proposta por John Dryzek (2005), inspirado no trabalho de Michel Foucault. A seguir, sugere uma discussão sobre o papel dos **megaeventos** na difusão de discursos ambientais gestados nos centros geopolíticos, que repercutem também nos ditos países em desenvolvimento, numa trajetória baseada na sociologia ambiental. Por fim, defende a hipótese de que os discursos ambientais hegemônicos têm se reconfigurado a partir da

emergência da agenda política, mas não se descolam das suas características enquanto elemento de mediação de interesses. Por isso mesmo, são entendidos e apropriados de diferentes maneiras pelos agentes na arena.

O **terceiro** capítulo apresenta o histórico da questão ambiental no contexto da Copa do Mundo no Brasil e detalha o seu desenvolvimento, relacionando a experiência local à agenda ambiental global. Analisa a vinculação do *Green Goal* ao projeto brasileiro de desenvolvimento sustentável buscando vinculação científica e política, a fim de operacionalizar-se como estratégia central do *lobby* pela realização do evento – e, em sua segunda etapa, como elemento de agregação de valor aos produtos da Copa e de sua realização. Aqui são discutidos a já citada participação do governo na Rio + 20, mas também os inventários de impactos ambientais pré e pós-Copa e a incorporação do tatu-bola como mascote do evento.

O **quarto** capítulo se detém na trajetória de luta de dupla ameaça que agrega os opositores da Copa do Mundo, **pautada no risco de uma sustentabilidade forjada para defender interesses econômicos e que se utiliza do discurso ambiental para restringir direitos aos impactados**. O texto analisa como esse roteiro fatalista mobiliza metáforas das lutas do cotidiano, com heróis e inimigos bem definidos, até ressignificar a ideia de sustentabilidade no seio dos movimentos de contestação.

Por fim, o **quinto** capítulo conclusivo sintetiza argumentos dos capítulos anteriores, para demonstrar como o discurso contemporâneo de defesa de megaeventos vincula-se à contemporaneidade da emergência do discurso ambiental, cuja face mais visível é a do poder legitimador pelo legado ambiental, ou seja, de uma sustentabilidade que articula interesses dos grupos envolvidos na disputa.

O texto também analisa os silêncios produzidos por esses discursos e como ele inibe o debate sobre outros modelos de desenvolvimento para os países que sediam o megaevento Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Por fim, cabe ressaltar que, de modo geral, o objetivo desse documento é apresentar um panorama do que pretendemos desenvolver como versão final para uma tese de doutoramento, com lacunas e falhas explícitas e que merecem ser debatidas com rigor, notoriamente com um volume de dados a ser considerado e ainda analisado. A expectativa é criticar toda produção apresentada até aqui e reconhecer os possíveis caminhos para oferecer uma contribuição acadêmica de relevância no campo da análise dos modernos movimentos sociais e as arenas ambientais.

CAPÍTULO 1. POSICIONANDO A QUESTÃO AMBIENTAL EM MEGAEVENTOS

1.1 Que faz um evento ‘mega’

Esta é a primeira estratégia de sustentabilidade. Não é perfeita, mas sim ampla. Fazer estas coisas sempre é difícil, e sempre se gostaria de fazer mais, mas é a estratégia mais intensa que já foi feita. Já é muito melhor do que fizemos no passado. (ADDIECHI⁷ apud TERRA, 2014).

Como é amplamente divulgado, a Copa do Mundo de Futebol alinha-se entre os maiores eventos organizados em escala planetária com impactos nas áreas de mídia, negócios e turismo, influenciando o desenvolvimento local em regeneração urbana, transporte, construção civil, entre outros setores (FIFA, 2012).

A definição adotada pela FIFA reflete o caráter espetacular empregado aos megaeventos. "Tsunami esportivo" (BRASIL, 2009) e "Cometa do Desporto" (SILVA apud GNECCO, 2011, p. 1), são algumas das metáforas que tentam traduzir em palavras o impacto esperado de tão extenso conjunto de grandes competições esportivas realizadas em um espaço de tempo relativamente curto.

Nos meses que antecederam a Copa do Mundo de 2014, a *mediascape*⁸ global fervilhou com previsões acerca da realização do mundial no Brasil que, de acordo com muitos jornalistas, políticos e ativistas, iria ganhar espetacularmente em visibilidade durante o mundial (CHAVES, 2015).

O fato é que tanto Copa do Mundo de Futebol quanto Jogos Olímpicos tornaram-se referências privilegiadas do que é um megaevento esportivo, enquanto a realização desses eventos provocou ganhos de produção e abrangência nacional nos últimos anos, mesmo que haja referências nacionais sobre o assunto há mais tempo (DACOSTA, 1969; DAMATTA et al., 1982; TAVARES; DACOSTA, 1998).

De acordo com DaCosta e Miragaya:

Apesar do número aparentemente crescente de pesquisadores dedicados à temática, as revisões da produção do conhecimento indicam que ‘o foco quer em megaeventos ou legados tem sido limitado’. (DACOSTA; MIRAGAYA, 2008, p. 38).

⁷Diretor de Responsabilidade Social da FIFA, em coletiva de imprensa realizada às vésperas da abertura do campeonato.

⁸O termo é de ArjunAppadurai e significa fluxos de imagens e ideias passados pela mídia eletrônica e impressa e as consequentes visões de mundo criadas por essa mídia (APPADURAI, 1990, p. 9).

Não apenas por sua contemporaneidade, mas também por sua tradição enquanto estudos esportivos, os megaventos nem sempre foram temas de interesse para os estudos acadêmicos sociológicos.

It is surprising that the sociological and social scientific study of sport – ritualized, rationalized, commercial spectacles and bodily practices that create opportunities for expressive performances, disruptions of the everyday world and affirmations of social status and belonging – was still seen as something as a joke by mainstream sociology until recently. (HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 1).

Mesmo que não existam parâmetros fixos para mediar e conceituar megaeventos, pesquisas contemporâneas captaram seus principais elementos e contribuem para uma definição que sirva às bases dos estudos interdisciplinares sobre conflitos ambientais na arena da Copa do Mundo. Se o escopo científico produzido no Brasil foi acelerado mais recentemente, pesquisadores alocados em centros de pesquisa sobre mídia e globalização, alguns influentes oriundos da Ásia e na África, além de estudos concentrados em universidades inglesas, contribuíram fundamentalmente para a construção do pensamento pós-moderno sobre o tema, amparados na tradição sociológica.

[...] Social aspects of sport can be considered from most classical, modern and postmodern sociological theoretical perspectives, even if the 'founding fathers' did not have much explicitly to say about them (GIULIANOTTI, 2004). Ritualized, civic, events and ceremonies (Durkheim); rationalized, bureaucratically organized, science driven behaviour (Weber); commercial, global spectacles (Marx); expressivity and the everyday (Simmel and postmodernism); and male cultural displays and cultural centers (feminism). These are just a few of the issues that have concerned sociological theorists and inform the sociological analysis of sport. (HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 1).

Horne e Manzenreiter (2006, p. 2) apontam sete características principais para um megaevento: 1) é um evento cultural, comercial e esportivo de escala grande; 2) tem um caráter dramático; 3) tem um apelo popular massificado; 4) tem significado internacional; 5) tem consequências significantes para a cidade ou país-sede; 6) provoca uma atenção imensa da mídia; e 7) representa uma descontinuidade no andamento ordinário de campeonatos esportivos.

Antes disso, Kenneth Roberts (2004) já priorizava o elemento da abrangência para definir o que torna um evento como “mega”. Para o autor, megaeventos são descontinuados – pela dimensão temporal-, fora do padrão, internacional e grande em sua composição. Mais especificamente, ele referêcia “mega” na habilidade de transmitir mensagens promocionais a bilhões de pessoas em todo o planeta via televisão e outros meios de comunicação. “Megs” tem atraído cada vez mais audiência internacional e composição diversificada da sua audiência.

DaCosta e Miragaya (2008) defendem que um megaevento pode ser definido pelo número de participantes ou pelo “processo”, o que para eles significa: “curta duração, porém de preparação longa e por vezes intermitente, sempre operando em escala de milhões de participantes” (DACOSTA; MIRAGAYA, 2008). Isto permite que estes autores, tendo como referêcia as competições esportivas, classifiquem como megaeventos desde os Jogos Latino-Americanos do Rio de Janeiro em 1922 até o carnaval brasileiro.

A definição já havia sido revisada por Roche (apud HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 2), ao defender que “megaeventos são melhor compreendidos como eventos culturais (inclusive comerciais e esportivos) de larga escala, os quais têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional”. Os megaeventos podem ser considerados marcos da modernidade com longa tradição de integrar interesses industriais e corporativos com aqueles de governos em relação ao desenvolvimento urbano e imagem nacional (SCHIMMEL, 2006).

Trabalhando o conceito desenvolvido por esses autores, a ideia que melhor sintetiza tais elementos é a de que megaeventos apresentam grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã (HALL, 2006).

Dadas estas circunstâncias, uma série de literatura sobre megaeventos sugere que eles adquirem significado social, econômico, político e cultural, levando a consequências significativas no hospedeiro – cidade, região ou nação onde elas ocorrem (TAVARES, 2011; GAFFNEY, 2010; MATHESON; BAADE, 2004). Como resultado, a sua crescente importância e atração demonstra que megaeventos são elementos centrais, ao invés de periféricos, de uma sociedade global moderna (HORNE; MANZENREITER, 2006).

1.2 O crescimento dos megaeventos e seu alcance no século XXI

Horne e Manzenreiter apontam que há três principais razões para que a Copa do Mundo de Futebol se tornasse um enorme megaevento contemporâneo (HORNE; MANZENREITER, 2006). Primeiramente, os novos desenvolvimentos em tecnologias de comunicação de massa, especialmente o desenvolvimento da televisão por satélite, criaram audiências globais sem precedentes para eventos como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo.

Por consequência, os direitos de transmissão dos jogos são disputados por consórcios de empresas de comunicação localizadas em diferentes continentes. Similar aos Jogos Olímpicos desde 1980 nesses aspectos, a Copa do Mundo de Futebol tem atraído cada vez mais interesse de parceiros comerciais na área da comunicação de massa.

The Football World Cup is a huge media event. The resources made available for the communications systems, the enormous media centers, and the amounts paid by national broadcasting systems to televise the event provide ample evidence for this. At the Football World Cup Finals co-hosted by South Korea and Japan in 2002 for example each Local Organizing Committee (LOC) was responsible for arranging its own media facilities, infrastructure and services (Horne; Manzenreiter, 2002b). In order to reach the global television audience the World Cup was serviced by two International Media Centers (IMCs), one in Korea and one in Japan. The Korean IMC was in the COEX exhibition centre in Seoul, which has 37,000 square meters actually offered a larger area than the IMC in Paris for the whole of the previous World Cup in 1998. The Japanese IMC was in the Pacifico Yokohama Exhibition Hall and was a little over half the area (20,000 square meters). In addition, at each of the ten stadia in the two countries there were Stadium Media Centers. (HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 5).

Os investimentos em comunicação de massa não foram menores na Copa do Mundo do Brasil. Para a cobertura midiática do evento, foram construídos 12 Centros Abertos de Mídia (CAM), um em cada cidade-sede; credenciados 10 mil jornalistas de 83 países que produziram mais de 35 mil matérias. Somente o CAM do Rio de Janeiro teve 4.281 jornalistas credenciados: 2.192 da imprensa nacional e 2.089 da imprensa internacional.

A Host Broadcast Services (HBS), empresa baseada na Suíça desde 1999, foi a responsável por captar, produzir e distribuir as imagens dos 64 jogos do Mundial. Cada arena (estádios) contava com 34 câmeras dedicadas à transmissão oficial, mas emissoras

licenciadas poderiam posicionar câmeras extras e exclusivas. Para a produção de conteúdos editados, a HBS adotou contêineres ao invés de caminhões de transmissão, devido às grandes distâncias entre as cidades-sede. Cada contêiner possuía um centro técnico de operação.

Tudo o que era capturado nas sedes era entregue por fibra ótica ou por satélite ao Internacional Broadcast Centre (IBC), localizado no Riocentro, no Rio de Janeiro, onde também ficava a sala de controle mestre (*Master Control Room*), que monitora as câmeras de todas as sedes e de onde era distribuído o sinal de rádio e televisão para o mundo inteiro.

Por seu papel central na realização dos jogos, os direitos de distribuição dos jogos são uma das principais fontes de recursos da Fifa. Com a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a entidade arrecadou US\$ 5 bilhões, recorde histórico desse megaevento. A Copa de 2010 na África do Sul rendeu US\$ 4,1 bilhões aos cofres da entidade, e chega a ser surpreendente quando comparados aos US\$ 249 milhões que ingressaram aos cofres da Fifa com a organização da Copa de 2006 na Alemanha. Estima-se que 60% da receita da FIFA com a Copa do Mundo venha dos direitos de transmissão (CAPELO, 2015).

Os dados da audiência são uma boa pista para compreender a abrangência da Copa do Mundo de Futebol. Em 2014, foram 3,2 bilhões de espectadores ao longo da disputa, igual a de 2010, só que foram 1,013 bilhão que viram ao menos um minuto da final, vencida pela Alemanha por 1 a 0, contra a Argentina. Dentre todos os dados, a própria entidade ressaltou a participação da audiência online e o horário dos jogos, que poderiam ser veiculados nas madrugadas ou manhãs em países da Ásia. Em 2014, 280 milhões de torcedores assistiram aos 64 jogos pela internet.

Horne e Manzenreiter apontam que esta aliança desporto-media-negócio é a segunda razão para a expansão dos megaeventos esportivos, especialmente, desde a segunda metade do século XX. Através de embalagens, por meio do modelo *tri-partite* dos direitos de patrocínios, direitos exclusivos de transmissão e merchandising, patrocinadores de ambos os Jogos Olímpicos e os de futebol eventos da Copa do Mundo foram atraídos pela associação entre esporte e a grande audiência mundial que os eventos alcançam.

Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2005, as redes ABC e ESPN (ambas do grupo Disney) adquiriram os direitos de transmissão nos Estados Unidos das Copas

do Mundo de 2010 e 2014 por US\$ 425 milhões. O pacote incluía ainda a Copa das Confederações de 2009 e 2013, além do Mundial feminino de 2007 e 2011.

Seis anos depois, numa licitação disputada em outubro de 2011, em Zurique, na Suíça, os dois grupos perderam para Fox e Telemundo os direitos de transmissão das Copas de 2018 e 2022. Só que os valores mais que duplicaram no período. A Fox pagou US\$ 415 milhões e a Telemundo, cujo público-alvo, de origem hispânica, é maior, teve que desembolsar US\$ 600 milhões pelos direitos (MENDES, 2014). O valor total, de mais de US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 1,7 bilhão), é recorde nos Estados Unidos para a compra de direitos de transmissão de futebol.

A terceira razão pela qual o interesse em sediar megaeventos esportivos cresceu é porque eles agora são vistos como valiosas oportunidades de promoção para as cidades-sede e regiões. Hannigan (1998) identificou o crescimento de “destinos de entretenimento urbanos” desde os anos 1980 como um dos desenvolvimentos mais significativos, transformando cidades em todo do mundo pela convergência de três tendências.

Em primeiro lugar, através da aplicação dos princípios de eficiência, previsibilidade e controle, houve uma racionalização do funcionamento das indústrias de entretenimento. Em segundo lugar, a divisão por temas, como exemplificado pela Disney Corporation (ou 'Disneyization', veja Bryman, 2004), produz novas oportunidades comerciais e imobiliárias em áreas urbanas. Em terceiro lugar, sinergias de acompanhamento entre atividades distintas, tais como fazer compras, jantar fora, entretenimento e educação.

Estas tendências somadas à busca da “classe mundial” sobre o legado de megaeventos em países hospedeiros emergiram diferentes questões quanto ao contexto de suas realizações. Que grupos sociais realmente irão se beneficiar, quais serão excluídos e quais possibilidades de contestação para esses eventos existem são algumas das questões presentes na reflexão mais recente sobre megaeventos, mas muitas vezes ignoradas (LOWES, 2002). Gruneau (2002) argumenta que os políticos e os meios de comunicação locais se concentram nos interesses e entusiasmos dos desenvolvedores, os proprietários e da classe média consumidores como "sinônimo de bem-estar da cidade".

Tradicionalmente, ganhou relevância a perspectiva de que, entre as suas principais características, megaeventos atrairiam investimentos privados e gerariam desenvolvimento no país sede, promovendo, assim, consequências significantes para a cidade ou país-sede (HORNE; MANZENREITER, 2006). Assim, se sucederam as

justificativas para a realização dos Jogos Pan-Americanos realizados em 2007 e os Jogos Mundiais Militares, realizados em 2011, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Também a Copa das Confederações de Futebol da FIFA e os Jogos Mundiais dos Trabalhadores realizados em 2013, que serviram de eventos teste para a Copa do Mundo de 2014. Na sequência dessa agenda, o primeiro grande evento global após o ciclo brasileiro foi a Expo 2015, definida como uma Feira Universal, realizada em Milão, na Itália, entre maio e outubro daquele ano, com o tema “Nutrir o Planeta, Energia para a Vida”.

Uma ideia do porte alcançado por este empreendimento da FIFA pode ser feita a partir da Copa 2006 na Alemanha, que atraiu cerca de dois milhões de turistas, gerou 20 mil empregos permanentes e, finalmente, incorporou 0.6% ao produto interno bruto (PIB) do país naquele ano que totalizou 1.6% de incremento na riqueza do país naquele ano (DAVIS, 2008).

O modelo também deveria ser adotado no Brasil.

O modelo brasileiro para a Copa do Mundo Brasil 2014 é dar prioridade para o financiamento privado na construção e reforma dos estádios, por meio de concessões em longo prazo e parcerias público-privadas (PPPs). (FIFA, 2007a).⁹

Quanto menos dinheiro público for investido, melhor será a Copa. Esta equação guia o projeto desde o começo. O governo, em todas as instâncias, só gastará em obras que lhe interessem. O maior investimento virá da iniciativa privada. (TEIXEIRA, 2009 apud MELO, 2010).

Com a realização do mundial no Brasil, tornaram-se públicos os dados relativos a investimentos da Copa do Mundo do Brasil. Em termos gerais, para a Copa de 2014, o Ministério dos Esportes realizou investimentos públicos de R\$ 25,8 bilhões de reais¹⁰, bem acima dos gastos de 2006 na Alemanha, que foram de R\$ 11,5 bilhões de reais, entre públicos e privados.

Dados anunciados pela EMBRATUR e pelo Ministério do Turismo, a partir de um levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), revelaram que a Copa gerou 910 mil vagas de empregos relacionadas à Copa – 710 mil

⁹FIFA. 2007. **FIFA inspection team Bid inspection report**.

¹⁰ Cf. dados da **Matriz de Responsabilidades** atualizados em setembro de 2013. Para saber mais, acesse: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobrecopa/matriz-responsabilidades>.

fixos e 200 mil temporários (todos com carteira assinada).¹¹(GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO, 2014)

Tais indicadores auxiliaram o governo brasileiro a reforçar a ideia de que os investimentos públicos na Copa do Mundo de Futebol – como ocorre em outros megaeventos esportivos, quer internacional ou nacional – se justificariam porque produziram retornos vantajosos, tanto para governos federal, estaduais e municipais, quanto pela entidade organizadora.

1.3 Os legados na centralidade de megaeventos

Os ‘legados’ - seja social, cultural, ambiental, política, econômica ou desportiva - são a maior atração dos megaeventos esportivos contemporâneos (HORNE, 2007). Eles criam o "fascínio de jogos globais" - talvez especialmente para as economias em desenvolvimento (BLACK; VAN DER WESTHUIZEN, 2004).

Parece evidente que as previsões sobre benefícios de megaeventos são quase sempre erradas, mas tem exigido extensos trabalhos de revisão sobre legados, diferentes pesquisadores no mundo reconhecem que há dois tipos de resultados, positivos e negativos, mesmo considerando a lacuna entre previsão e resultados. No entanto, mesmo que aspectos sociais e culturais, mesmo os ambientais, estejam assumindo novas formas atualmente, o “legado econômico” é o principal motivo para os “interesses envolvidos na hospedagem de megaeventos” (MALFAS; HOULIHAN; THEODORAKI, 2004, p. 2018).

Melhores oportunidades de emprego, investimentos na comunidade local, crescimento de visibilidade do hospedeiro e a atração de turistas dada a visibilidade do evento são algumas das reivindicações feitas por quem sedia megaeventos. Por consequência, os estudos sobre megaeventos estão centralizados na abordagem sobre as consequências para o país hospedeiro, nos estudos sobre legados.

Um megaevento esportivo permite um olhar para essas características como fluxos fluidos e irregulares, como observou Appadurai (1994), dentro de uma arena. Os diversos atores envolvidos, mesmo alguns deles marginalizados, participam desses fluxos experimentando suas consequências.

¹¹ Tais dados estão publicados no site oficial da Copa do Mundo no Brasil (<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/copa-do-mundo-gera-1-milhao-de-empregos>), mas não houve tempo hábil para serem confrontados.

Eventos desse porte ficaram por quatro décadas distantes do Brasil. Antes do Pan-Americano de 2007, por exemplo, os últimos megaeventos esportivos que haviam ocorrido no Brasil foram a Copa do Mundo de 1950 e os Jogos Pan-Americanos de 1963, em São Paulo. No final do século XX, o Brasil voltou a demonstrar interesse, passando a se candidatar a sede desses megaeventos esportivos, obtendo êxito nas edições do Pan-Americano de 2007, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

A candidatura para sediar um megaevento esportivo é feita através das federações esportivas responsáveis. No caso dos Jogos Pan-Americanos, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) entregou a candidatura à ODEPA; no caso dos Jogos Olímpicos, o mesmo COB entregou ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e, no caso de uma Copa do Mundo, a CBF entregou a candidatura à FIFA. E as federações internacionais COI e FIFA concedem o direito de sediar o evento às federações nacionais. Em outras palavras, o contrato é feito entre entidades privadas orientadas para o lucro, porém as federações nacionais dependem, para essas candidaturas, do apoio dos governos locais e nacionais.

Isso significa que em todas essas candidaturas o COB e a CBF tiveram garantias de apoio ao evento dos governos municipal, estadual e federal. Apoiar significa, em grande medida, financiar. Sendo assim, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como instituição pública precisa investir seus recursos escassos em um evento privado. Esse amálgama de interesses públicos e privados leva a uma mistura pouco transparente entre instituições públicas e privadas, assim como ocorreu no Pan-Americano de 2007, gerando desconfianças. Em seguida, os poderes governamentais precisam justificar tais investimentos como essenciais ao bem-estar da cidade. É o que ocorre com aquilo descrito como legado do evento. Os políticos representam a população toda e, portanto, são obrigados a (dizer) defender um legado para toda a população e não só para os membros do comitê organizador, que é uma entidade privada. (CURI, 2013, p. 77).

O legado normalmente é formulado pelos representantes políticos e esportivos de uma forma bastante genérica e não em exemplos específicos locais. Geração de emprego e renda, melhoras da infraestrutura do país sede são facilmente reconhecíveis como legado econômico, enquanto a construção de estádios ou arenas são legados esportivos. Somado à ideia transversal de que tais modernizações seriam acompanhadas de responsabilidade ecológica, assumimos que o legado ambiental permeia todo o evento. **O legado total dessa arena tem fundo político:**

Os jogos Pan-Americanos serão (foram) o maior evento depois dos jogos de 1966 (Jogos Pan-Americanos de São Paulo) e vêm ao encontro da política de maior participação do Brasil no cenário mundial, como as operações de paz no Haiti, a vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, e a organização do país de uma olimpíada. (Ricardo Laser¹² apud CURI, 2013, p. 79).

A citação mostra que um megaevento esportivo não tem apenas consequências locais e municipais, mas também nacionais e internacionais.

Esperava-se ganhos políticos e até uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, uma vaga de altíssimo prestígio e representada como quase impossível de se alcançar [...]. O uso do esporte como ferramenta política está se tornando comum. Na missão da paz da ONU, liderada pelo exército brasileiro no Haiti, foi organizado um Jogo da Paz entre as seleções do Haiti e do Brasil. (CURI, 2013, p. 80).

Ao que parece, países que pretendem se afirmar internacionalmente precisam sediar um megaevento esportivo. Dessa forma, é possível compreender a lista dos países-sedes de Copas do Mundo e Jogos Olímpicos como uma tradução das forças econômicas e políticas do momento.

Das sete Copas do Mundo de futebol e seis Jogos Olímpicos de verão que aconteceram entre 1980 e 2006, seis foram sediados na Europa (Espanha, Itália, França, Grécia e Alemanha), quatro na América do Norte (México e EUA), dois na Ásia (Coreia e Japão) e um na Austrália. Excetuando-se Grécia e México. Nenhum megaevento esportivo aconteceu na África ou na América do Sul no período de referência.

QUADRO 1 - Eventos a partir do ano de 1992.

ANO	OLÍMPIADAS	COPA	PANAMERICANO
2010		África do Sul	
2008	Pequim		
2007			Rio de Janeiro
2006		Alemanha	
2004	Atenas		
2003			St Domingo
2002		Coreia do Sul/ Japão	
2000	Sidney		
1999			Winnipeg
1998		França	

¹² Ricardo Laser, representante do Governo Federal, na primeira Audiência Pública da Comissão Especial do Pan, em Maio de 2005

1996	Atlanta		
1995			Mar Del Plata
1994		EUA	
1992	Barcelona		

Fonte: Elaborada pela autora

Esse panorama mudou claramente. Das cinco edições posteriores a esses eventos, dois ocorreram na América do Sul (Brasil), um na África (África do Sul), um na Ásia (China), um na Europa (Reino Unido) e nenhum na América do Norte.

Em 2001, o economista Jim O'Neill, do banco Goldman Sachs, formulou a tese de que os países Brasil, Rússia, Índia e China (Bric) se tornarão até 2050 as quatro principais forças econômicas do mundo (O'NEILL, 2001). Dessa forma, não surpreende que esses países assumam uma posição de destaque entre as sedes de megaeventos esportivos no começo do século XXI.

QUADRO 2 - Megaeventos esportivos em países do BRICS.

Ano	Cidade/País	Evento
2008	Pequim/China	Jogos Olímpicos de Verão
2011	Nova Deli/Índia	Commonwealth Games
2014	Sochi/Rússia	Jogos Olímpicos de Inverno
2014	Brasil	Copa do Mundo de Futebol
2016	Rio de Janeiro/Brasil	Jogos Olímpicos de Verão
2018	Rússia	Copa do Mundo de Futebol

Fonte: Elaborada pela autora.

Nauright (2004) conclui que: *“developing economies such as Mexico, Brazil, South Korea, Malaysian India, South Africa and others have increasingly sought major events by which to promote their countries on a global stage”*. Ou seja, esses eventos são uma chance para os anfitriões melhorarem suas condições econômicas, a infraestrutura e se promoverem em um nível global. Porém, ao mesmo tempo representam um perigo, porque há típicas preocupações em relação a esses países, no que diz respeito à segurança pública, infraestrutura precária e cumprimento de cronogramas.

Dimeo e Kay (2004) mostraram como a Copa do Mundo de Críquete de 1996, sediada em conjunto por Índia, Paquistão e Sri Lanka, causou dificuldades logísticas e políticas para os organizadores. Esses problemas foram muito destacados pelos países de língua inglesa, reforçando estereótipos sobre a insuficiente capacidade de organização de países em desenvolvimento. Mas os benefícios também não são garantidos em países desenvolvidos, como argumenta Atkinson et al. (2008, p. 420) analisando os Jogos Olímpicos de Londres de 2012:

Direct benefits are likely to be small, since impacts such as net additional tourism are likely to be limited. In addition, mega-event investments tend to displace better alternatives in the host city or beyond (for example, a substantial fraction of the facilities built for the Sydney 2000 Olympic Games has already been shut down). Indirect benefits, such as the host city's image and urban redevelopment, are more difficult to assess. Yet while a mega-event shines a spotlight on a city for a short period of time, most of the activities involve limited participation by local citizens and legacy effects are often quite small. (ATKINSON et al., 2008, p. 420)

1.4 Legado ambiental como elemento central de megaeventos modernos

Os primeiros estudiosos sobre megaeventos globais, o antropólogo John MacAloon (1986) utilizou a Teoria do Espetáculo (DEBÓRD, 1997) como uma lente para a interpretação dos eventos, reconhecendo na manifestação esportiva (os Jogos Olímpicos) uma dimensão ritualística de natureza secular, na qual a sociedade celebra suas ideias coletivas com objetivo de reafirmar valores.

MacAloon analisa que cerimônias olímpicas são estruturadas como “ritos de passagem”. Operando o conceito de liminaridade (transição), demarca momentos como cerimônia de abertura, de premiação e encerramento, além das suas respectivas representações, como exposto o quadro a seguir.

QUADRO 3 - As cerimônias olímpicas e suas representações.

Cerimônias	Representações
Cerimônia de abertura - Revezamento e acendimento da tocha	Rito de separação da vida cotidiana que evidencia a justaposição de símbolos nacionais e símbolos do “transnacional”, da comunidade humana, Olímpica.
Cerimônia de premiação – A bandeira e o hino Olímpico; Programação artístico-cultural; Premiação e execução do Hino Nacional do país do atleta.	Símbolos da comunidade olímpica são posicionados hierarquicamente acima de qualquer símbolo nacional. Espetáculo, atmosfera festiva é dominante. Rito de intensificação (para o público).

Cerimônia de encerramento – Os atletas entram no estádio sem uniformes, clima de confraternização universal, etc.	Rito de seleção e iniciação (para os atletas). Uma expressão simbólica do sentido de “humanidade”; Enfatizam-se os laços de amizade e respeito
---	---

Fonte: MACALOON, 1984.

A partir disso, MacAloon (1984) demonstra que nas cerimônias olímpicas coexistem as identidades estruturais do indivíduo, da nação e da humanidade, porém estas identidades não se sobrepõem umas às outras, sendo ora enfatizadas, ora diminuídas. A configuração específica das cerimônias olímpicas favorece a disseminação dos pressupostos ideológicos concebidos por Pierre de Coubertin (idealizador dos JO’s modernos), os quais consistem, em linhas gerais, no culto à humanidade e celebração de valores iluministas e românticos da modernidade ocidental como, por exemplo, o culto ao indivíduo como centro da sociedade, a racionalização, o valor da competição, o valor educacional do bom exemplo, a ética do *fair play*, o senso de pertencimento a uma comunidade, entre outros (LOVISOLO, 2002).

Com efeito, o próprio Comitê Olímpico Internacional definiu como os valores olímpicos a tríade “excelência, amizade e respeito” (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2011). De qualquer forma, segundo DaMatta (2006), os JO’s, enquanto um ritual, dramatizam, ao mesmo tempo, coletividades e individualidades.

A comparação que DaMatta fez entre as diferentes formas como valores universais e locais são articulados em duas competições internacionais (os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol) é produtiva para a análise que pretendemos tecer neste trabalho:

Um dos pontos mais salientes do contraste entre os Jogos Olímpicos e o Campeonato Mundial de Futebol fala do modo pelo qual cada um desses ritos esportivos elabora o elo entre universal e o local. Campeonatos mundiais e Olimpíadas são ocasiões onde [sic] o ideal de igualdade universal é dramaticamente elaborado e celebrado. Só que cada um desses cerimoniais faz isso concretamente (vale dizer, culturalmente) a seu modo (DAMATTA, 2006, p. 189).

Para este autor, os JO's ritualizam o atleta como a expressão do individualismo, porém, com uma tendência igualitária. DaMatta (2006) ressalta ainda que os JO's reúnem ritos universalistas (as cerimônias de abertura e encerramento) e ritos cívico-nacionalistas (as cerimônias de premiação). Valores como a fé, a vontade pessoal (mobilizada pela coletividade) e a técnica se misturam em proporções variadas e em ocasiões diferentes. Além disso, durante o momento festivo dos Jogos, são realçados valores do país sede.

Por outro lado, a Copa do Mundo também ritualiza o universal; no entanto, a construção do universalismo se faz por meio das singularidades, equipes reunidas para disputar uma única modalidade esportiva. Neste contexto sobressaem os ritos cívico-nacionalistas, uma vez que a parte cerimonial da Copa do Mundo se reduz ao hasteamento das bandeiras e à execução do hino nacional dos países participantes.

A partir da análise feita por DaMatta (2006), podemos inferir que nos JO's o local e o nacional são englobados pelo universal. Em contrapartida, apesar de também existir um caráter universalista na Copa do Mundo, ele se encontra envolto na esfera singular dada pela prática de um esporte específico.

Assim, megaeventos se tornaram casos interessantes para os estudos sobre a questão ambiental desde que começaram a ser entendidos pelo seu aspecto global. Tais estudos estariam voltados principalmente a compreender se sustentabilidade tornou-se um conceito global, ideia ou norma que cada vez mais redireciona instituições práticas, estruturas, normas e ideologia globalmente. Nesse caso, tornando-se uma noção comum que já não pode ser ignorada (MOL; ZHANG, 2012).

Um dos argumentos centrais é que o perfil desses acontecimentos que atraem a atenção mundial (megaeventos) dificilmente poderiam ignorar normas comuns globais sobre – entre outros – meio **ambiente, democracia, transparência e igualdade**. Mais ainda, são capazes de mobilizar diferentes esforços simultaneamente.

Mega events are points of convergence or crystallization points, for a cluster of major development at and between different levels of social life. Moreover, are almost definitions global: the site selection is done globally, the reporting on the event is global, the participants are global, and the politics, economics and culture around it are global. (MOL; ZHANG, 2012, p. 126).

Dessa forma, as pesquisas ambientais nesse contexto se tornaram mais frequentes a partir do entendimento da sustentabilidade enquanto elemento central da

realização de megaeventos. Assim, concentrando-se em identificar se esse elemento encontra formas discursivas e materiais. Como e em qual medida é que a sustentabilidade se cristaliza, é institucionalizada e fixada em materiais e infraestrutura sociais, para ter alguma permanência além do megaevento, quando as coisas parecem retornar aos negócios como de costume.

[...] Os legados dos megaeventos ganharam importância ao se enfatizar a dimensão fundamental do meio ambiente e da sustentabilidade nos Jogos Olímpicos e na doutrina do Olimpismo, conforme apontou DaCosta em livro internacional de 1997 (10) e depois em vários estudos do mesmo autor na década de 2000 (11). No presente livro há um texto de Lamartine DaCosta sobre a proteção ambiental em megaeventos – com enfoque central na Copa de Futebol de 2014 a ser realizada no Brasil – em que se valoriza mais o legado da sustentabilidade do que o megaevento que lhe dá origem. (DACOSTA et al., 2008, p. 37).

Estas questões são particularmente importantes para megaeventos em locais onde a sustentabilidade parece estar longe de ser uma norma aceita, como a China, mas com avanços em países como o Brasil. Apesar de evoluir lentamente, sustentabilidade e transparência foram elementos correlacionados importantes no discurso da Copa 2014, enquanto equidade e distribuição de riquezas têm mais dificuldades para assumir formas, tanto discursivas quanto materiais.

Mol e Zhang (2012, p. 127) alegam que duas observações costumam acompanhar os menos otimistas sobre a questão ambiental em megaeventos. A primeira, enquanto ecologia e modernidade emergem discursivamente no contexto de megaeventos, isso nem sempre quer dizer que são resultado de institucionalização ou cristalização do tema. Segundo, que os avanços relacionados a megaeventos quanto a meio ambiente e democracia são escassos quando comparados ao tamanho dos aspectos nacionais desses problemas.

Como eventos essencialmente modernos, ressaltam os autores, os megaeventos esportivos assimilaram as normas reivindicadas pela perspectiva da modernização ecológica: mercados orientados para que regime de acumulação de capital tenham a capacidade de engajamento com a dinâmica ambiental e desenvolvam soluções sustentáveis.

Sinais dessa abordagem podem ser percebidos nas adequações mais recentes sobre o assunto, quando o impacto ambiental dos megaeventos esportivos passou a ser

apontado como o atual fator de maior comprometimento dos retornos que podem resultar como negativos, especialmente, quando considerados os balanços finais dos megaeventos (FIFA, 2012b).

Alguns autores defendem que as condições ambientais adquirem importância a partir do momento em que o crescimento acontece de forma desenfreada, defrontando-se, atualmente, com uma série de problemas globais, danificando, de maneira alarmante, a biosfera e a própria vida humana (PACE; HARDT, 2014).

Para Capra (2006), esses problemas são sistêmicos, ou seja, interligados, sendo, nesse âmbito, as únicas soluções viáveis aquelas de caráter sustentável. Sua concepção é, por decorrência, um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, vista a dificuldade de criação de ambientes sociais e culturais onde seja possível satisfazer as necessidades e aspirações presentes sem diminuir ou comprometer as perspectivas para gerações futuras, o que consiste em princípio básico da sustentabilidade (HARDT, 2006).

Dessa forma, as competições esportivas deveriam ser realizadas visando ao estímulo da consciência ambiental e da compreensão do significado do desenvolvimento sustentável, ultrapassando o tradicional conceito de crescimento econômico (SANTOS; HARDT, 2013).

Além disso, a perspectiva do legado ambiental como um ganho social para os países passou a ser considerado no processo decisório para a definição das sedes de um megaevento, como analisaremos no terceiro capítulo.

1.4.1 Megaeventos ambientais: perspectiva histórica

Exemplo dessa nova estratégia pela realização de megaeventos ambientais foi a adoção, pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), de uma agenda ambiental em meados da década de 1990, que influenciou as licitações seguintes para a eleição de sedes dos jogos, e seu sucesso ou fracasso são agora também julgados sob esse aspecto (LEME, 2008).

Durante a década de 1990, o COI reforçou formalmente sua posição ambiental, sobretudo por influências originadas da Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas de 1992 no Rio de Janeiro. Neste período, foi criada a Agenda 21, então redigida com base na concepção do desenvolvimento sustentável que se tornou parte da agenda global das Nações Unidas. O COI adotou o conceito de sustentabilidade para regular os Jogos, e mais tarde, o meio ambiente se tornou o “terceiro

pilar” dos objetivos olímpicos (juntamente com o esporte e a cultura). Neste propósito, a própria Carta Olímpica foi emendada para abrigar o nexo ambientalista (LEME, 2008).

A liderança internacional assumida pelo COI se justifica pela sequência de eventos que a organização realizou para discutir a temática ambiental. Em 1995, cria emenda sobre o tema para a Carta Olímpica após realizar a Primeira Conferência Mundial sobre o Esporte e o Meio Ambiente, em *Laussanne*, na Suíça.

A partir de então, assumiu publicamente três pilares: esporte, cultura e meio ambiente. A modificação da carta inclui a definição de desenvolvimento sustentável como “as atividades físicas, os jogos e as competições são sustentáveis quando sua instrumentalização respeita os valores intrínsecos da natureza e do esporte.” (DACOSTA, 2002). O autor sintetiza esse entendimento da seguinte maneira:

Em síntese, a definição então estabelecida propunha uma adaptação mútua entre praticantes e o meio ambiente, uma posição bem distinta em perspectivas do passado no Brasil com relação ao higienismo radical de Eduardo Ferreira França do século XIX, que entendia o meio ambiente como uma ameaça à saúde humana. (ALMEIDA; DACOSTA, 2007, p. 20).

Para DaCosta, enquanto a versão original “simbiótica” se referia a uma necessária convivência de categorias dissimilares como crenças subjetivas ou dados objetivos para a proteção do meio ambiente, a transversalidade inovadora dos estudos ecológicos estava prevendo sinergia – interação de entidades distintas com efeitos benéficos entre si – entre as mesmas categorias. Portanto, a passagem da visão simbiótica para a sinérgica implicava na própria concepção de sustentabilidade que ao se tornar sinérgica, desdobrava-se como “ambiental”, “social”, “tecnológica”, “econômica”, etc.

Na prática, o controle ambiental dos megaeventos esportivos voltou-se para a identificação e tratamento específico de cada atividade que deve ser abordada de acordo com os impactos ambientais que produzem preferencialmente quantificados nos seus efeitos negativos. Se emitem, de modo genérico, lixo, ruídos, fluidos de agentes químicos e esgoto, CO₂ e outros gases poluentes, detritos do tráfico de veículos, restos de obras e outros efeitos nocivos associados ao aumento do consumo de energia e água, devem ser calculados e mitigados.

Nessa trajetória, os Jogos de Sydney, em 2000 na Austrália, destacaram-se pela recuperação de uma área degradada (*HomebushBay*) pela poluição gerada por décadas de atividade industrial (LEME, 2008; MATIAS, 2008), cujos resultados culminam nas primeiras Olimpíadas a serem examinadas pelo Greenpeace, que emitiu

um relatório detalhado e razoavelmente positivo. De acordo com as mesmas fontes, a cidade constituiu, então, um marco da história dessas competições, sendo reconhecida como a sede dos primeiros “Jogos Olímpicos Verdes”, com destaque ao “sistema de transportes sem carros”, uma vez que a maioria dos espectadores compareceu às competições utilizando o transporte público, possibilitado pelas novas linhas de trem construídas para propiciar uma alternativa de deslocamento menos poluente e mais eficiente.

1.4.2 O Green Goal e o legado ambiental

A Copa do Mundo de Futebol FIFA é mais difícil de medir em termos de legado, devido a sua abrangência, mas centralizou as ações mitigadoras aos impactos ambientais negativos. Ao contrário dos Jogos Olímpicos, um conceito ambiental não era obrigatório no caso de uma Copa do Mundo até o lançamento do Programa *Green Goal*¹³, em 2005.

Em resumo, o programa prevê para as cidades-sedes a administração racional e eficiente da água e dos resíduos gerados, a economia de energia e o uso de sistemas públicos de transporte com consumo eficiente de combustíveis (FIFA, 2006). Pensado para ser uma bandeira do desenvolvimento sustentável, o GG foi desenvolvido em parceria inédita entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a Federação Alemã de Futebol e o Ministério do Meio Ambiente.

Para Seixas (2010), as experiências referentes a Jogos Olímpicos e a Copas do Mundo de Futebol em outras cidades no exterior mostram a ocorrência de impactos urbanos importantes e também profundamente inquietantes em termos de transformações ambientais, sociais e econômicas.

A questão é definida pela FIFA na apresentação do programa *Football for the Planet*, o programa ambiental oficial da organização internacional e que compreende a iniciativa *Green Goal*. Enquanto o programa é permanente e orienta todas as ações da

¹³O novo edifício da FIFA é o exemplo da instituição, para cidades-sede, como forma de mostrar esta constante preocupação. O projeto da arquiteta suíça TillaTheus, com 39,7 mil m² de área construída, nas proximidades do zoológico de Zurique, na Suíça, vem sendo utilizado desde 2006 e definiu novos padrões ambientais e de referencial projetual/arquitetônico. A concepção do projeto baseou-se na valorização de itens como: a sustentabilidade, a flexibilização construtiva, a não emissão de poluentes e a eficiência energética; aliados a modernas instalações e a integração completa da edificação ao seu entorno imediato (FIFA, 2010).

FIFA, o GG é voltado exclusivamente para os campeonatos globais, como as copas do Mundo e das Confederações.

A FIFA está comprometida em levar a sério a sua responsabilidade ambiental. Tópicos como aquecimento global, proteção ambiental e gestão sustentável fazem parte das preocupações da FIFA, não apenas em relação à Copa do Mundo da FIFA™, mas também à FIFA como organização. Por isso, a FIFA tem trabalhado, juntamente com seus *stakeholders* e outras instituições, para encontrar maneiras objetivas de lidar com os problemas ambientais e atenuar o impacto ambiental proveniente de todas as suas atividades. (FIFA, 2013).

Desde 2006, o programa se concentra nas seguintes áreas: resíduos, água, energia, transporte, provisionamento e mudanças climáticas. Tais diretrizes foram utilizadas em três experiências até alcançar o Brasil: Copa do Mundo da Alemanha (2006), Copa do Mundo da África do Sul (2011) e Copa do Mundo Feminina da FIFA da Alemanha (2011). De acordo com um dos documentos publicados sobre o tema, “a experiência adquirida nessas situações comprovou que essas áreas são relevantes e eficientes para a FIFA como organização e para os seus eventos” (FIFA, 2013, p.1).

Idealizado pelo COL alemão, o *Green Goal* foi a principal proposta de sustentabilidade para a Alemanha, país com tradição ecológica, para estabelecer metas mensuráveis de proteção ambiental, preencher lacunas nas especificações ambientais da FIFA e reduzir os efeitos ambientais negativos da competição.

Inicialmente concentrado a um capítulo intitulado “Conceito Ambiental para os Estádios”, o pacote de diretrizes ambientais do programa foi ratificado durante a XVII Copa do Mundo FIFA 2002 Japão – Coreia do Sul, com participação de pesquisadores do Öko-Institut e do WWF.

Dos 16 objetivos propostos, 13 foram alcançados a partir de iniciativas conduzidas em parcerias entre as cidades-sede, governo federal, empresas de transporte público, parceiros e patrocinadores FIFA, além da própria entidade. Projetando, assim, para o mundo, a imagem de uma Alemanha ambientalmente consciente e economicamente rentável.

A mais desafiadora das metas estabelecidas para a Copa da Alemanha foi a de realizar um evento neutro em emissões de gases de efeito estufa (GEE), na qual a totalidade das emissões seria voluntariamente compensada. As emissões do evento totalizaram 92.000 toneladas de CO₂. Este resultado foi inferior do estimado pré-Copa (100.000t CO₂) por conta do sucesso dos projetos na área de mobilidade e incentivo ao

uso de transporte público durante o evento, o que permitiu reduzir as emissões deste setor em 19% (FIFA, 2006).

Dentre as ações, destaca-se o investimento de 1,2 milhão de euros em projetos de compensação de emissões de gases do efeito estufa causados por impactos do evento na própria Alemanha e em países em desenvolvimento. A maioria dos projetos era *Gold Standard*, uma das certificações apoiadas pelo WWF mais rigorosas nesse campo. Estes projetos foram elaborados pelo Comitê Organizador Alemão e pela organização suíça *Myclimate* de forma a compensar as 92 mil toneladas de gases lançadas na atmosfera durante a competição (FIFA, 2006).

Como forma de reduzir a desigualdade social o planeta¹⁴, a África do Sul recebeu 400 mil euros para compensar emissões, que levou ao desenvolvimento energético com uso de biomassa, tanto daquela proveniente de esgoto quanto da construção civil, como serragem.

Os impactos na Alemanha tiveram viés ecológico. O consumo de água dos estádios foi reduzido em 20% com o uso de água da chuva, as coberturas dos estádios receberam placas fotovoltaicas na ordem de 2.800kW, reduzindo o consumo energético em 13%, além da cota de 13 milhões de kWh de energia verde, certificadas a partir de hidrelétricas (FIFA, 2006). Mais ainda, cerca de 50 projetos de infraestrutura foram realizados nas cidades-sede para melhorar o transporte público, enquanto a meta de reduzir em 17% a produção de resíduos era alcançada, com a adoção de copos retornáveis.

A experiência na Alemanha abriu o leque de oportunidades no campo Ambiental para a FIFA, que incorporou este programa as cidades anfitriãs, que viriam a sediar um dos seus eventos posteriormente, através de uma cláusula de proteção ambiental:

The Host City undertakes to carry out its obligations and activities under this Agreement in a manner which embraces the concept of sustainable development that complies with applicable environmental legislation and serves to promote the protection of the environment. In particular, the concept of sustainable development shall include concerns for post competition use of

¹⁴A Índia também recebeu recursos do *Green Goal* alemão. O país acabara de ser assolado pelo tsumani de 2004 quando 900 famílias de TamilNadu, no sudeste do país, duramente atingidas, foram beneficiadas com a aplicação de 500 mil euros, na recuperação de casas e na construção de biodigestores através de fezes de bovinos, para a produção de biogás para atividades domésticas. Assim, 30.000 toneladas de dióxido de carbono serão evitadas, nos próximos dez anos, com a abolição das fogueiras usadas anteriormente para cozinhar (OC, 2006).

Stadia and other facilities and infrastructure. (POLOKWANE MUNICIPALITY, 2009, p. 9).

Primeiro país em desenvolvimento a receber recursos do *Green Goal*, a África do Sul sediou a Copa do Mundo de Futebol em 2010. Já sob a égide da cláusula de proteção, o COL africano adaptou o *Green Goal* à realidade local, mais uma vez em parceria com as cidades-sede, os órgãos ambientais nacionais e regionais, o Pnuma e empresários alemães. Nessa ocasião, foi pensado um “evento verde” para deixar um “legado ambiental positivo” para a África (CAPE TOWN CITY, 2008).

Os contornos sociais são evidentes no Programa *Green Goal* 2010 porque associou as questões ambientais à preocupação com a redução da pobreza naquele país. A divulgação do relatório final de 130 páginas, em 2011, de todos os projetos executados, durante quatro anos de preparação para a Copa do Mundo 2010 da África do Sul revela que as “três vias básicas” do desenvolvimento sustentável foram abordadas: meio-ambiente, sociedade e economia.

Dos programas desenvolvidos, 19 dos 41 totais correspondem ao “legado”, o que significa que as melhorias serão sentidas pela população durante muito tempo, após o término do Mundial propriamente dito (FIFA, 2011c). Os projetos compreendiam temáticas como: eficiência energética; redução de gases estufa; conservação da água; gestão de resíduos; transportes; paisagismo e biodiversidade; edificações sustentáveis; turismo responsável; comunicação e conscientização.

A pegada de carbono foi estimada em 896 mil toneladas de gás carbônico, mais de oito vezes a Copa do Mundo de 2006, devido à construção de cinco estádios e à ausência de transporte público de qualidade e à matriz energética, ainda a base de carvão – mas chegou a 1.652.156 de emissões de GEE devido à construção de cinco estádios, como veremos adiante.

Porém, a venda de certificados de eletricidade ecológica, por exemplo, compensaram cerca de 80% das emissões de carbono da competição, assim como, uma taxa de redução da geração de resíduos de 20%. Uma série de projetos de eficácia energética também foram implantados, como exemplo cita-se: o aperfeiçoamento de semáforos; a instalação de holofotes eficientes; e o fornecimento de calefação solar de água para 540 famílias de baixa renda em *Darling*, pequeno município rural, a 75 km da Cidade do Cabo. Também superou as metas nacionais para a redução de resíduos em

aterros e uso de transporte público a fim de minimizar o impacto ambiental do torneio (FIFA, 2011c).

Por essa razão, a Copa da África não é considerada um evento de carbono neutro, mas de baixo carbono, reduzindo-se assim os impactos climáticos do evento através da mitigação de suas emissões (CAPE TOWN CITY, 2009). No campo social, o principal legado veio pela campanha “20 Centros para 2010”, que construiu vinte complexos “*Football for Hope*” em comunidades carentes.

Um ano depois da Copa da África, o *Green Goal* volta a ser usado como bandeira em um evento esportivo na Alemanha, na Copa do Mundo de Futebol Feminino, propondo cerca de 50 medidas e um orçamento de um milhão de euros. Aproveitando as experiências anteriores, a proposta era ir além da redução dos impactos ambientais e utilizar a Copa Feminina como para divulgar questões de proteção de recursos ambientais e para incrementar as matrizes energéticas de fontes renováveis (FIFA, 2011).

As 40.000 toneladas de emissões de gás carbônico adicionais do torneio, pela primeira vez na história do futebol feminino, foram compensadas através de investimentos, na ordem dos 600 milhões de euros, em cinco países em desenvolvimento, em projetos de proteção do clima com o slogan “Pegada do Futebol” (FIFA, 2011, p. 1). Como forma de exemplificar, cita-se: a construção de biodigestores na Índia; de um parque eólico, com 19 turbinas, na Nicarágua; de uma pequena central hidroelétrica em Honduras; e a distribuição de aquecedores eficientes em Gana e no Mali.

Até mesmo o Campeonato Mundial de Futebol Sub-2019 FIFA Colômbia, de 2011, através da Federação Colombiana de Futebol, em parceria com a Secretaria Presidencial de Política Ambiental, se comprometeu com o *Green Goal*. Com a nova política, usou mais de 35 mil mudas em reflorestamentos nos Andes colombianos e campanhas de conscientização do público com temas ambientais. Foram despendidas nove mil toneladas de dióxido de carbono para a realização da competição (FIFA, 2011d).

QUADRO 4- Resumo da evolução do programa ambiental na FIFA.

2006

A FIFA investe 400.000 euros em um projeto de compensação de carbono na África do Sul, para a obtenção de eletricidade a partir do gás de esgoto no município de Sebokeng, em Gauteng. O projeto foi desenvolvido pelo COL alemão, em conjunto com a fundação suíça sem fins lucrativos myclimate, para neutralizar as 92.000 toneladas CO₂ geradas pela competição.

2009	<p>Assegurando seu compromisso futuro com o meio ambiente, a FIFA decidiu incorporar a proteção ambiental nos processos de licitação futuros, começando com os relativos à Copa do Mundo da FIFA™ 2018 e 2022. A FIFA passou a recolher informações abrangentes sobre as atividades planejadas, para evitar, reduzir e compensar o impacto ambiental negativo gerado pela organização da Copa do Mundo da FIFA™.</p> <p>A FIFA dá início à primeira pegada de carbono abrangente para a entidade. A estimativa para a FIFA em 2009 é de um total de 48.488 toneladas de CO2 equivalente.</p>
2010	<p>A FIFA trabalha junto ao COL e às Sedes da Copa do Mundo da FIFA 2010 para implementar programas ambientais. A Cidade do Cabo recebe o Prêmio para Esporte e Meio Ambiente do COI 2010/11 pelo programa ambiental da Copa do Mundo da FIFA 2010™.</p> <p>A FIFA e o Patrocinador da Copa do Mundo da FIFA™ Yingli Solar fecham um acordo para colaboração na instalação de painéis solares nos 20 centros do Football for Hope na África, não apenas para garantir o fornecimento de energia às instalações, mas também para conscientizar as comunidades africanas sobre fontes de energia alternativas.</p>
2011	<p>Juntamente com o Comitê Organizador da Copa do Mundo Feminina da FIFA Alemanha 2011, a entidade lança o primeiro programa ambiental para uma Copa do Mundo Feminina da FIFA, com base nas experiências adquiridas em 2006 e 2010. A FIFA contribui com 150.000 euros para o ambicioso programa desenvolvido pelo COL e pelo Instituto Oeko, uma instituição europeia de destaque em pesquisa e consultoria, comprometida com a construção de um futuro sustentável. Uma das bases do programa é a compensação de 40.000 toneladas de emissões de gases poluentes.</p> <p>Para a Copa do Mundo Sub-20 da FIFA Colômbia 2011, a FIFA trabalha com o comitê organizador, a presidência da Colômbia, o ministro do meio ambiente colombiano e o World WildlifeFund (WWF), para compensar todas as emissões geradas pelo evento, através de um projeto de reflorestamento nos Andes colombianos. A FIFA investe 10.000 dólares para apoiar a compensação de 9.000 toneladas de emissões de gases poluentes por meio do plantio de mais 35.000 árvores.</p>
2012	<p>A FIFA passa, a partir de 1º de janeiro, a compensar todas as suas emissões provenientes de voos, o que corresponde a 75% de todas as emissões da entidade. O investimento anual em projetos de compensação nas 6 zonas da FIFA totaliza mais de 500.000 dólares.</p> <p>A FIFA lança a primeira pegada de carbono de abrangência total da Copa do Mundo da FIFA.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

1.5 O futuro do legado ambiental

A problemática ambiental será uma bandeira maior ainda no contexto da Copa do Mundo FIFA de Futebol. Se no Brasil a questão ambiental aparece como elemento de mitigação de impactos e legado de megaeventos, para as próximas competições da FIFA, soluções de problemas ambientais e o aprimoramento das tecnologias ambientais serão definitivos para a definição das cidades-sede na Rússia (2018) e no Catar (2022).

“A partir da Copa da Rússia, em 2018, esses certificados de práticas "verdes" serão requisitos para os estádios-sede, além de outras práticas sustentáveis que a FIFA tornará obrigatórias nos processos de candidatura dos países.” (EXAME, 2014).

Assim, as próximas duas Copas já tiveram firmadas em seus contratos garantias de responsabilidade e planejamento ambiental, dentre elas, destacam-se:

- Avaliação ambiental completa da organização da Copa do Mundo;
- Integração sistemática do meio ambiente às estruturas de gestão;
- Composição e integração de um conselho consultivo ambiental;
- Criação de um programa de consulta às partes envolvidas;
- Apontamento de objetivos mensuráveis em seis temas principais: água, resíduos, energia, transporte, compras e mudanças climáticas;
- E atividades planejadas para minimizar os efeitos ambientais adversos.

A Rússia lançou seu plano de sustentabilidade em meio a novos conflitos geopolíticos. Por se tratar de um pré-requisito, a estratégia ambiental foi anunciada em cerimônia em Moscou não apenas como “ampla”, mas como conceitual¹⁵. A proposta envolve desenvolvimento econômico, preservação ambiental e engajamento político e social para realizar a *sustainability*.

Os princípios dessa proposta são baseados no documento *2018 FIFA World Cup Values* e o *FIFACodeofEthics*, além de seguir a ISO 20121. Oportunamente¹⁶, a visão

¹⁵<http://www.FIFA.com/worldcup/news/y=2015/m=7/news=wide-ranging-sustainability-strategy-in-place-for-the-2018-FIFA-world--2666924.html>

¹⁶O jogador Hulk, brasileiro radicado na Rússia e titular da Seleção Brasileira de Futebol, recentemente foi a público afirmar que é vítima de racismo a cada partida de futebol que disputa no país. Logo após as denúncias, o jogador teve a participação no sorteio dos grupos da Copa cortada. <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,depois-de-criticar-racismo-na-russia--hulk-e-retirado-de-sorteio-das-eliminatórias-,1731124>.

de sustentabilidade empregada no país extrapola as fronteiras preservacionista e dialoga com outros movimentos globais, como o combate ao racismo e xenofobia no esporte.

- **Desenvolvimento Social:** Em 2015, a FIFA e o COL irão mapear as organizações em toda a Rússia que usem o futebol como uma ferramenta para enfrentar os desafios sociais em suas comunidades. Aquelas consideradas elegíveis, serão convidadas a apresentar propostas para apoio financeiro por meio do programa Football for the Hope.
- **Combate à discriminação:** A partir de março de 2015, a FIFA colocou em prática um novo sistema para monitorar casos de discriminação em todos o mundo. Com apoio de autoridades locais, a entidade quer alcançar um ambiente livre de discriminação na Copa de 2018.
- **Livre de cigarros:** os estádios da Copa de 2018 terão como requisitos códigos de conduta que previna e combata o fumo, segundo diretrizes para o tabaco da Organização Mundial de Saúde (OMS).
- **Mudanças climáticas:** o aquecimento global é uma das questões mais prementes do nosso tempo, a Rússia quer combater o aquecimento global com o controle das emissões de CO₂.
- **Estádios sustentáveis:** conforme as diretrizes da FIFA para a construção de estádios, todas as etapas das obras e arenas deverão obter certificação “verde”. Os gestores serão capacitados, por meio de seminários, quanto às melhores práticas a serem implementadas nos estádios após o megaevento.
- **Gestão de resíduos:** a FIFA e o COL querem promover a gestão sustentável dos recursos, com a reciclagem de papel, papelão, plástico, vidro e pilhas.

No Oriente Médio, o Catar tem se esforçado para apresentar uma imagem de país interessado em promover a sustentabilidade e usar essa “pegada” como vitrine para o mundo ocidental. De fato, a proposta que apresentaram para vencer a disputa entre os países-sede para a Copa de 2022 é audaciosa nesse sentido.

Sediar a copa, para o Catar, estava no cerne de sua estratégia de desenvolvimento até 2030. Para isso, o país apostou em ambiciosos projetos tecnológicos para driblar o forte calor que faz no país nos meses de junho e julho, época em que acontece o torneio. A proposta prevê a construção de nove suntuosos estádios climatizados e a reforma de outros três. Com promessa de investimentos de US\$ 50

bilhões em infraestrutura e de outros US\$ 4 bilhões na construção de estádios, o Catar desbancou as candidaturas do Japão, Coreia do Sul, Austrália e Estados Unidos.¹⁷

A data de realização do evento, sempre objeto de disputa, dessa vez ganhou um elemento definitivo: não poderia ser realizada no verão. Sob condições climáticas intensas, como exposição a temperatura acima dos 50°C, os torcedores talvez não se interessassem a adquirir ingressos para os jogos.

O comitê organizador do Catar, no entanto, sempre alegou que poderia realizar a Copa de 2022 em qualquer período, com uso de tecnologia de resfriamento climático, garantindo o conforto de jogadores e torcedores no estádio. Dessa forma, apresentou os projetos de estádios totalmente voltados para a climatização do ambiente a padrões moderados.

FIGURA 1 – *Lusail Iconic Stadium*.



Fonte: GLOBOESPORTE, 2010.

Uma das imagens mais divulgadas sobre o evento é a projeção do *Doha Port Stadium* que está sendo construído dentro de uma lagoa.

FIGURA 2 - *Doha Port Stadium*.

¹⁷ O Brasil foi um dos primeiros países a declarar, publicamente, seu apoio ao pleito do Catar de sediar a Copa. O anúncio foi feito pelo ex-Presidente Lula à imprensa do emirado durante sua visita de 15 de maio de 2010 ao Catar. Tal fato foi apontado com relevância na mensagem da Presidência da República para escolher o novo embaixador brasileiro para aquele país.

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=164787&tp=1>



Fonte: GLOBOESPORTE, 2010.

A medida que a Copa de 2022 ganha visibilidade, tanto negativa quanto positiva, representantes do governo do Catar se empenham em difundir a ideia de o país pode resolver o problema climática com uso de tecnologia de refrigeração alimentada a energia solar, tanto para os estádios quanto para as áreas livres, ou seja, o deserto¹⁸.

[...] Um dos estádios vai "esculpir" os ventos da região do deserto, combinando-os com fontes de água nas proximidades para fornecer um sistema de resfriamento evaporativo em toda a estrutura. O sistema funcionará sem eletricidade e também deverá servir como uma unidade de refrigeração central para a comunidade ao entorno do estádio quando ele não estiver sendo usado em partidas de futebol. O design da estrutura vai incorporar várias técnicas de economia de energia que foram batizadas de 'arquitetura vernacular (tipo de arquitetura em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída) do Catar'. (HAMMERSCHMIDT, 2013).

A ilustração auxilia à compreensão:

¹⁸ <http://mais.uol.com.br/view/65k9fo807g7i/catar-testa-tecnicas-para-esfriar-deserto-para-copa-de-2022-04028D993560C0895326?types=A&>

FIGURA 3 - Arquitetura vernacular em estádio no Catar.



Fonte: INHABITAT apud TECMUNDO, 2013.

O funcionamento do estádio é assim descrito:

Mas como transformar o ar quente do deserto em ar frio? Os designers desenvolveram uma espécie de “pele” de painéis furados. Ela foi projetada pela sequência Fibonacci e os mecanismos de refrigeração utilizados pelos lagartos do deserto, que movem suas escamas sobre seus corpos na direção do vento como forma de acelerar o resfriamento. As grelhadas perfuradas do estádio vão funcionar de uma forma similar, permitindo que o vento seja direcionado para dentro do estádio. (HAMMERSCHMIDT, 2013).

A despeito de todo investimento na questão climática, a Copa de 2022 no Catar também atrai a atenção do mundo por outros aspectos. Não raro, as notícias atualmente veiculadas sobre os eventos e processos de preparação para a Copa envolvem violações de direitos humanos. Em março 2014, um relatório da *Internacional Trade Union Corporation*¹⁹ revelou que 1.200 trabalhadores envolvidos nas obras de construção dos estádios e de infraestrutura morreram desde 2012. A maioria vinda da Índia e do Nepal. Nas projeções da entidade, pelo menos 4.000 trabalhadores irão morrer até o início da competição, em 2022.

Além das mortes confirmadas, há uma crescente preocupação internacional com as condições de trabalho no Catar, cuja precariedade tem sido alvo de constantes denúncias. A mão de obra barata é cruelmente condicionada a condições análogas à

¹⁹ Publicado em <http://www.ituc-csi.org/international-trade-union-14520?lang=en%20>

escravidão, cujas temperaturas acima dos 50°C que oferecem risco aos turistas, são condições climáticas aceitáveis para o trabalho externo feito por imigrantes.

Neste verão, os trabalhadores nepaleses morreram a uma taxa de quase um por dia no Catar, muitos deles jovens que tiveram ataques cardíacos súbitos. A investigação encontrou evidências que sugerem que milhares de nepaleses, que compõem o maior grupo de trabalhadores no Catar, enfrentam exploração e abusos que equivalem a uma escravidão moderna, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho, durante uma farrá de construção que pavimenta o caminho para 2022. (ZIRIN, 2014).

CAPÍTULO 2. ANALISANDO AS ARENAS AMBIENTAIS DA COPA DO MUNDO

2.1 Introdução

2.1.1 Pesquisando a copa do mundo no Brasil

Quando Manaus foi escolhida para sediar quatro jogos da Copa do Mundo, a decisão foi saudada pela imprensa local e por políticos e um clima de euforia reinou na cidade. Uma lista de projetos que fariam parte do “legado da copa” entrou nas agendas de discussão dos gestores públicos, jornalistas e rodas de conversa de boteco, e passou a pautar reportagens, debates e a vida na cidade. “Imagina na Copa”²⁰ foi uma expressão crítica muito mais presente em Manaus desde o início do processo de realização do megaevento no Brasil do que forçada pela proximidade da competição.

Estavam na lista desse legado: obras de mobilidade urbana, incremento da rede hoteleira, revitalização de áreas degradadas, melhorias no transporte público, geração de energia solar a partir do estádio Arena da Amazônia Vivaldo Lima. Estas e outras iniciativas vendiam a ideia de que Manaus teria papel fundamental na principal marca da Copa do Mundo 2014, a mais sustentável de todos os tempos.

Foi quando surgiu o interesse em cursar doutorado problematizando a principal estratégia adotada para viabilizar o legado ambiental do megaevento, o projeto *Green Goal* da FIFA que abrangeria aspectos como mudanças climáticas, energia, resíduos sólidos. Em tese, porque tais estratégias restritas às ações da copa não comportariam as críticas e problemas ambientais nacionais elencados historicamente por agentes que protagonizam lutas neste campo. Dessa forma, o discurso legitimador adotado para a realização da Copa do Mundo mais sustentável do planeta entraria em conflito com o debate sobre sustentabilidade em curso no país.

Se inicialmente essas impressões estavam restritas a Manaus, foi instigante descobrir como essas mesmas associações, debates, disputas e críticas estavam se desenrolando em outras cidades-sede da Copa.

²⁰ A expressão foi utilizada para ironizar o “jeitinho brasileiro”, verbete para definir a capacidade do brasileiro em encontrar soluções para situações inusitadas. Alguns exemplos de produções audiovisuais profissionais e amadoras que exploram o tema: <https://www.youtube.com/watch?v=l8cGqgfosC0>; <https://www.youtube.com/watch?v=jMpEMUeHTNk>; https://www.youtube.com/watch?v=vbFAuC_NIjk&list=PLifNhh7vtELuNI15C3iekKQPelYrwl_zE.

Assim, aquele “*insight*” permaneceu latente por alguns anos, até que a proximidade da realização da Copa do Mundo no Brasil suscitou a possibilidade de desenvolver a problemática tensionada naquela ocasião, trajetória que culmina neste trabalho. Portanto, neste capítulo, discutiremos os princípios que orientaram as opções pelos métodos e as técnicas utilizadas na coleta, sistematização e análise dos dados em que se baseia esta pesquisa.

Diversas matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade desde que o Relatório Brundtland a lançou no debate público internacional em 1987. Como analisa Acselrad (1999), no interior do discurso desenvolvimentista – produzido por agências multilaterais, consultores técnicos e ideólogos do desenvolvimento –, verificou-se um investimento na correção de rumos, no esverdeamento dos projetos, na readequação dos processos decisórios. Com ajustes – acreditam estes atores – a proposta do desenvolvimento poderia ser resgatada, suas dimensões autofágicas, superadas, sua durabilidade, assegurada, sua vigência, sustentada. Por outro lado, no campo das ONGs, em meio à crítica dos limites do conteúdo que governos e instituições oficiais vêm atribuindo ao desenvolvimento, que pretendem, sustentável, alguns veem na sustentabilidade uma nova crença destinada a substituir a ideia de progresso, constituir “um novo princípio organizador de um desenvolvimento centrado no povo”, e ser capaz de “tornar-se a visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante” (PCDF, 1992).

O que prevalece são, porém, expressões interrogativas recorrentes, nas quais a sustentabilidade é vista como “um princípio em evolução”, “um conceito infinito”, “que poucos sabem o que é” e “que requer muita pesquisa adicional”, manifestações de um positivismo frustrado: o desenvolvimento sustentável seria um dado objetivo que, no entanto, não se conseguiu ainda apreender. Dessa forma, distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade: são discursos em disputa pela expressão mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias, mas a suposta imprecisão do conceito de sustentabilidade sugere que não há ainda hegemonia estabelecida entre os diferentes discursos.

O discurso econômico foi o que, sem dúvida, melhor se apropriou da noção até aqui, até mesmo por considerar sua preexistência na teoria do capital e da renda de Hicks. A visão sociopolítica tem se restringido ao esforço de ONGs, mais especificamente

na atribuição de precedência ao discurso da equidade, com ênfase ao âmbito das relações internacionais.

Mas, ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Tal consideração nos remete a processos de legitimação/deslegitimação de práticas e atores sociais. (ACSELRAD,1999).

Por um lado, se a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual, a definição que prevalecer vai construir autoridade para que se discrimine m, em seu nome, as boas práticas das ruins. Abre-se, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade. E para isso faz-se necessário constituir uma audiência apropriada, um campo de interlocução eficiente onde se possa encontrar aprovação. Poder-se-á falar, assim, em nome dos (e para os) que querem a sobrevivência do planeta, das comunidades sustentáveis, da diversidade cultural etc. Em síntese: a luta em torno a tal representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras da sustentabilidade.

2.2 Aspectos teórico-metodológicos

Na coleta, sistematização e análise dos dados desta pesquisa, empreguei uma metodologia de cunho qualitativo. Denzin e Lincoln (2006) ressaltam que a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente, em termos de quantidade ou volume, intensidade ou frequência.

Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses pesquisadores enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado. Já os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e analisar as relações casuais entre variáveis e não processo. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 23).

Genuinamente multidisciplinar, a pesquisa qualitativa compreende uma enorme variedade de métodos específicos, cada um dos quais partindo de diferentes

premissas em busca de objetivos distintos (FLICK, 2002), a exemplo dos estudos de caso ou de múltiplos casos.

Martins e Bicudo (1989) ressaltam que o recurso inicial para a pesquisa qualitativa é a descrição dos procedimentos de campo, dando à mesma, um grau de objetivação do fenômeno estudado (MORGAN, 1983). Quando são descrições ricas e bem fundamentadas, a pesquisa oferece um elevado grau de flexibilidade ao pesquisador (VIEIRA; ZOUAIN, 2004).

Na tentativa por ampliar os recursos descritivos e reflexivos desse estudo, recorreremos à análise de conteúdo para dar suporte à leitura crítica dos produtos de comunicação ora objeto de estudo desse trabalho sobre a Copa do Mundo de Futebol - os quais apresentaremos no corpus da pesquisa -, pois se apresenta como um dos métodos mais eficientes para rastrear informação dado a sua capacidade de fazer interferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado (SANTOS, 1997).

Para suplementar a discussão, também recorreremos à análise de entrevistas em profundidade com as fontes eleitas enquanto referência nos campos de luta sob as quais se desdobram esse estudo (ver delimitação do corpus). Isso permitiu aferir outros aspectos que não são possíveis de analisar apenas por meio da investigação do que ficou impresso nas notícias e denúncias realizadas no contexto da Copa no Brasil.

Nessa abordagem, priorizamos a narrativa sobre a experiência coletiva frente à visão do narrador, figura que, como anunciara Benjamin (1992), é um relato “no qual o justo encontra consigo mesmo” (BENJAMIN, 1992, p. 221). Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito.

Dessa forma, as entrevistas realizadas contribuem para construir uma narrativa baseada no seu aspecto coletivo, oral e pedagógico, por oposição ao individualismo e a “desorientação” moral das formas especificamente modernas, cultas e urbanas.

Assim, tratamos aqui de contemplar o que preconiza Melo (2009) ao ressaltar a importância não somente de realizar pesquisas relevantes sobre problemas cruciais, mas também de explicá-las de modo compreensível com objetivo de facilitar sua compreensão pelos agentes profissionais que poderão fazer uso dos resultados no interior do sistema produtivo. O autor chama a atenção para o fato de que,

[...] Não se poder negligenciar a exposição das estratégias metodológicas e até mesmo das opções taxonômicas feitas no processo de construção das hipóteses de trabalho. Esse é um requisito imprescindível para o diálogo com interlocutores externos, muitos deles responsáveis pela tomada de decisões sobre o fenômeno científico (apoio à pesquisa), cujas leituras são feitas de acordo com códigos transdisciplinares (MELO, 2009, p.144).

Desse modo, ao optar pela pesquisa qualitativa, acredito criar as condições para não apenas gerar conhecimento útil (VIEIRA; ZOUAIN, 2004) **a partir da análise dos conflitos sociais e ambientais na arena da Copa do Mundo no Brasil**, mas também estimular a elaboração de novas hipóteses e, até mesmo, contribuir com referências para futuras análises e resoluções de conflitos de qualquer natureza.

Assim, o que este trabalho busca realizar é uma interpretação do fenômeno analisado, a partir da formulação de duas grandes questões:

a) Quais as versões dominantes sobre a sustentabilidade nos diferentes campos de lutas (arenas) no contexto da Copa do Mundo no Brasil, a Copa Verde, e como foi acionada pelos diferentes agentes?

b) Qual o processo de espetacularização que se deu em torno do tema “sustentabilidade” no contexto da Copa e como foi utilizada para ampliar o poder de barganha ou convencimento junto à opinião pública por diferentes agentes?

Para construir esta interpretação, analiso notícias, vídeos e discursos de políticos qualitativamente, isto é, contextualizando-os ao veículo (espaço em que foram publicados) e ao momento social de sua veiculação, interpretando os diferentes significados das representações neles presentes. Assim, compondo um painel abrangente e complexo do que foi usado como representação no contexto da Copa e de como estas representações se articulam com significados referentes à “Copa Verde”.

Parto do pressuposto de que a produção discursiva em uma dada sociedade deixa pistas de fundo ideológico que pode servir de via de acesso ao entendimento da lógica social no qual este discurso foi gerado. Tais produtos de comunicação citados acima são fonte de elementos para a interpretação dessa compreensão sobre o conceito de sustentabilidade, desde a sua formulação até a sua veiculação. Essa abordagem introduz a tese que busco defender.

A sustentabilidade é o elemento central na construção do conceito ambiental da Copa do Mundo no Brasil porque oferece a ideia de um legado tranquilizador. O espetáculo (sobre a questão ambiental) se afirma com a admissão de um programa que problematiza a questão ambiental (*Green Goal*) no contexto de um megaevento (que abrange cidades em todas as regiões do país) de visibilidade global (e influência internacional) e oferece discussões sobre datas e doses (por meio do CTMAS), mas não contribui para avanços na agenda ambiental nacional. Sua importância é oferecer ao grande público um elemento de aprovação e apoio, mas cuja impossibilidade de realização não tem importância para a sobrevivência.

A Teoria da Arena prescrita por Renn (1992) permite analisar a influência que os indivíduos e organizações exerceram no processo de implementação de políticas governamentais e públicas no processo de execução da Copa Verde. Para tanto, esses atores sociais utilizam os recursos que possuem para influenciar as questões que estão em jogo na arena específica. Em tempo, visualizamos o megaevento como uma macro arena que compreende os três campos transcritos no corpus da pesquisa, porque funciona como uma delimitação simbólica da luta política que atravessa mas envolve fronteiras institucionais e sociais.

Nessas arenas é possível analisar a influência exercida por determinados atores sociais envolvidos na implementação dos projetos de sustentabilidade da Copa do Mundo 2014 e como estes acionaram as questões ambientais a seu favor.

Para utilizarmos o modelo vamos tratar cada um dos campos de luta como uma arena em separado. Logo, Manaus e São Paulo possuem eventos que serão analisados conjuntamente, levando em conta os atores sociais e as manobras políticas e recursos que esses utilizaram para influenciar a implementação dos projetos da Copa, especificamente aqueles ligados a sustentabilidade.

Feital (2014) discute essa opção metodológica em seu trabalho sobre os conflitos ambientais a partir do impacto da exploração do Pré-Sal, no Litoral Norte de São Paulo. Para ela essa perspectiva teórica sobre conflitos segue um padrão adotado em Ferreira (2005, 2007, 2012) ao reconhecer este fenômeno como transformador de práticas sociais e produtor de mudanças, devido ao seu potencial criativo para produzir mudanças nos grandes dilemas da ação coletiva. Dessa forma, refutando a redução do conflito enquanto um simples problema.

Segundo Feital (2014), essa abordagem evidencia o conflito como uma característica central das sociedades contemporâneas. Para Silva (2011), cada nação, cada

cultura, cada sociedade engendra modelos de relações sociais que são invariavelmente tecidas com os fios do conflito. Essa frase parece ser ilustrativa da ideia de que os conflitos sociais são imanentes à sociedade, pois tecem suas relações sociais e os seus modelos.

Essa ideia de virtudes do conflito está muito próxima das noções de arena de Ostrom (1990), Renn (1992) e Hannigan (1995), e da abordagem híbrida que Ferreira (2012, 2011, 2007, 2004) propõe, principalmente no que se refere à constituição de um palco onde os atores sociais envolvidos na disputa e no conflito têm espaços semelhantes em um mesmo plano situacional. O espaço social onde ocorre o conflito, que não é necessariamente geográfico, é o espaço em que o próprio confronto é um ato de reconhecimento. O conflito é algo positivo, diferente da indiferença, por exemplo, que não leva em consideração a existência do outro, e por isso se torna um fenômeno socialmente negativo. Portanto, dentro desta perspectiva os atores sociais com interesses divergentes mobilizam recursos sociais não só para transformar a realidade a partir da situação de conflitos, mas também para se preparar para esta situação de negociação, transformando o processo de tomada de decisão justo e satisfatório para todos os lados. (FEITAL, 2014, p. 31)

Ao optar pela versão de Renn (1992) sobre arena, optamos por reconhecer esse recurso como uma metáfora, por meio da qual antevemos a possibilidade de interação entre os iguais em um mesmo plano situacional, deixando em um segundo plano as assimetrias de poder entre os participantes.

Da mesma forma, apesar de termos discutido a noção de campo em Bourdieu (1983, 2003), a arena surge como uma referência mais confiável, uma vez que a proximidade ao megaevento ainda não leve à constatação de um processo de reprodução.

A abordagem de arena permite dar maior ênfase no processo de ação coletiva e negociação. Ela acontece muito mais como circunstância do que como reprodução social. Daí a ideia de que a arena é circunstancial, situacional: ela surge quando uma situação social de conflito recolocada entre atores sociais dispostos a debater e a influenciar a tomada de decisão sobre alguma questão produtora de conflito. É possível pensar que há um processo de institucionalização que tende à reprodução desses espaços decisórios em determinados moldes. Desse modo, podemos pensar que há uma tendência ao estabelecimento de um campo. Porém, neste contexto, ainda a dimensão de mudanças e transformações sociais está mais proeminente do que a dimensão da reprodução social. Não podemos nos iludir com a dicotomia: na realidade

empírica ou há arena ou há campo. Dadas as circunstâncias e as situações de emergência dos conflitos e da ação coletiva, pode ser mais apropriado falar e usar a abordagem de arena ou mais apropriado falar e usar a abordagem de campo para termos uma compreensão mais adequada da realidade em sua complexidade. Aqui, foi escolhida a abordagem teórica de arena. (FEITAL, 2014, 32)

No trabalho de campo já realizado podemos identificar como principais agentes sociais: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo (Ancop) e os respectivos comitês das cidades-sede, Governo Federal (representado pelos órgãos federais responsáveis pela execução das obras), governos Estaduais e Municipais (representados pela UGP Copa), FIFA, empreiteiras, e fóruns populares dispersos.

Para que o modelo funcione, é preciso verificar quais foram as regras existentes para implementação desses projetos. Se foram realizadas consultas populares, se alguns agentes podiam interagir diretamente na implementação e outros não, e de que forma esse segundo grupo poderia se fazer ouvir. Renn (1992) define como principais recursos do modelo que podem ser mobilizados por esses atores sociais:

- Dinheiro, que fornece incentivos ou compensação financeira em troca de apoio;
- Poder, que é o direito legalmente atribuído de uma ator social impor uma decisão sobre os demais;
- Influência social, que produz credibilidade social através de confiança e prestígio;
- Valor de engajamento induz apoio através de persuasão, solidariedade ou sentido cultural;
- Evidências que podem ser usadas para convencer as pessoas sobre as consequências sociais de suas ações.

A mensuração desses recursos deverá ser feita através das respostas para as seguintes perguntas:

- Qual a situação financeira da instituição e quanto de recursos ela pode mobilizar a para o tema analisado nessa pesquisa? (Dinheiro);
- Qual competência de autoridade ela tem a respeito daquele assunto? (Poder);
- Qual status social ela tem dentro dessa arena? (Influência);

- Qual sua afiliação, a que grupos esse ator social pertence? (Valor);
- Qual o acesso dele a especialistas, cientistas e pesquisadores que atuam no tema analisado nessa pesquisa? (Evidências);
- A resposta dessas perguntas mede o quanto ela tem desses recursos. Uma tabela comparativa contendo cada resposta pode evidenciar a diferença entre esses atores.

Ainda contextualizando os problemas a serem discutidos na pesquisa, para que esse modelo funcione, é preciso analisar qual foi o papel, a posição e a força das agências reguladoras na implementação dessas políticas. Ficou claro que o Ministério Público Federal do Amazonas é um deles. Mas é necessário pensar se não há outras dessas agências reguladoras que poderiam ter se envolvido na arena e não o fizeram (e porque não o fizeram).

Analisadas essas questões, é possível refletir o processo decisório desses atores e porque os conflitos chegaram aos resultados registrados, em função dos recursos e da mobilização que tinham disponíveis. Por fim, é preciso contextualizar o funcionamento dessas disputas no contexto de uma Arena maior: a do próprio Brasil durante o Mundial.

Cabe considerar que este estudo não tem a pretensão de abarcar a complexidade dos eventos ocorridos durante a realização da Copa do Mundo no Brasil. Desta forma, é necessário construir um *corpus* significativo e uma sistematização de classificação e análise dos anúncios e das representações neles contidas, de modo a construir uma interpretação pertinente do discurso presente no recorte escolhido.

2.3 Os discursos e estratégias ambientais em disputa

As disputas e deliberações relacionadas ao meio ambiente constituem o que John Dryzek (2005) chama de “políticas da Terra”, que são sustentadas pelas diferentes posições em relação aos pressupostos da modernidade e da sociedade industrial. Daí resultam os discursos ambientais, isto é, modos estruturados e compartilhados de apreender, interpretar, representar e defender as questões do meio ambiente, que se expressam em duas dimensões: uma diz respeito à posição assumida frente ao industrialismo – se como uma condição dada, cujos problemas precisam ser enfrentados com ação eficaz baseada em competência científica, ou como oportunidade para intervir

no modelo dominante; a outra remete ao caráter das propostas de enfrentamento das condições criadas pelo industrialismo (se reformista ou radical).

A tipologia de discursos ambientais modernos desenvolvida por Dryzek (2005) foi inspirada na análise do discurso enquanto prática social. Cabe ressaltar que o autor reconhece que tipologias, de toda forma de classificação, trazem cargas de aleatoriedade e reducionismo (DRYZEK, 2005), mas cumprem um papel didático importante ao funcionar como uma proposta de categorias analíticas, não empíricas. Da mesma forma, reconhece que os limites entre os discursos criados por ele são tênues e ressalta que foram desenvolvidos a partir da observação de experiências nos ditos desenvolvidos, notadamente a Europa e os Estados Unidos, e nas arenas globais.

Talvez por essas razões escolher trabalhar a tipologia desenvolvida por Dryzek (2005) soa como um risco para a análise dos discursos na arena da Copa Verde, mas também como uma oportunidade. Em grande medida, os discursos ambientais dos centros geopolíticos repercutem nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, num processo que não é de difusão automática ou de assimilação passiva, mas de esforços direcionados.

A partir dessas premissas, Dryzek identifica em relatos empíricos os tipos de discursos que dominam o ambientalismo contemporâneo. Para cada uma das quatro categorias gerais de abordagem das consequências socioambientais do industrialismo e suas subcategorias de análise, o autor listou as entidades básicas reconhecidas ou construídas por esses discursos, os pressupostos sobre as relações naturais nos quais eles se apoiam, os agentes destacados e suas principais motivações, representadas em metáforas chaves e outros dispositivos retóricos. Além disso, avaliou o efeito desses discursos por meio de seus processos de institucionalização, dos seus reflexos sociais e culturais e das discussões críticas que geraram. São elas:

1. Solucionador de problemas (“*problem solving*”)
2. Sobrevivencialismo (“*survivalism*”)
3. Sustentabilidade (“*sustainability*”)
4. Radicalismo verde (“*green radicalism*”)

O “discurso da sobrevivência” (*survivalism*) tem origem nas posições sobre os limites do crescimento econômico e populacional, lançadas pelo Clube de Roma no início dos anos 1970. Seus partidários reconhecem que a degradação e os riscos ambientais são “efeitos colaterais” da modernização e dos benefícios materiais que ela

traz, e admitem a necessidade de reorientar o perpétuo crescimento econômico e a redistribuição do poder dentro da economia-política industrial. Mas só conseguem enxergar soluções nos termos propostos pelo industrialismo, sobretudo por meio de expedientes administrativos e processos decisórios baseados em conhecimento técnico-científico.

Os métodos de resolução de problemas na área ambiental geram três tipos de discursos que para Dryzek são ao mesmo tempo “prosaicos”, porque trabalham com a inevitabilidade dos pressupostos do industrialismo, e “reformistas”, porque admitem a necessidade de alguns “ajustes pragmáticos”, especialmente via políticas públicas. O que os diferencia é quem comanda (ou serve de referência para) o processo decisório: os especialistas (racionalismo administrativo), o “povo” (pragmatismo democrático), ou o mercado (racionalismo econômico).

Retomando o lançamento do Relatório Brundtland (Nosso futuro comum (1987)), os discursos do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica vêm disputando os métodos de solução dos conflitos entre os valores socioambientais e os econômicos para enfrentar os problemas dos limites do industrialismo: se pela via “reformista” (que tenta conciliar crescimento econômico com proteção ambiental) ou pela via “imaginativa” (que busca redefinir as regras do jogo político-econômico em relação ao trato do meio ambiente). Mas até hoje nem ativistas nem cientistas obtiveram consenso sobre o conceito de **sustentabilidade**.

Se o conceito de sustentabilidade está em disputa basicamente por esses dois discursos, a divisão entre desenvolvimento sustentável e modernização ecológica é tênue, mas traz um fator determinante de diferenciação entre elas. Mais explicitamente do que o desenvolvimento sustentável, a modernização ecológica está ligada à ideia de progresso social e se constitui como um discurso de reafirmação, pelo menos para os moradores dos chamados países desenvolvidos. Assim são classificados os desdobramentos da sustentabilidade (DRYZEK, 2005).

- a. Desenvolvimento sustentável: o autor defende que os países não podem continuar no mesmo caminho que estão e que a redução da pobreza contribui para a solução das questões ambientais, já que são os pobres que (por necessidade e desinformação) exploram os recursos naturais. A metáfora chave desse discurso é o organismo, que cresce interconectado (e não apenas no sentido físico, mas também de aprendizado).

- b. Modernização ecológica: é voltada para o que exatamente precisa ser feito com a política econômica capitalista, especialmente no que se refere aos países desenvolvidos. Apresenta, dessa forma, uma abordagem bem mais estreita do que o desenvolvimento sustentável. Não por acaso, a metáfora chave aqui é a casa arrumada e seus discursos comumente adota o radical grego *oikos* para supor a origem comum das palavras economia e ecologia.

Novamente, a classificação de Dryzek permite associação com outros discursos. Instrumentos da modernização ecológica são compatíveis com os do racionalismo econômico no que diz respeito à mobilização de mecanismos de mercado. Entre os princípios mais recorrentes desse discurso, podemos citar: o do poluidor pagador; o de que prevenir é mais barato do que remediar; o de que um meio ambiente limpo produz trabalhadores mais felizes e produtivos; e o de que há um mercado para produtos e serviços verdes (DRYZEK, 2005).

Quanto ao desenvolvimento sustentável, apesar de apresentar uma compreensão sobre o tema, Dryzek reconhece que seu significado ainda está em disputa, mas busca dissolver conflitos entre visões antagônicas, muitas vezes, baseando-se em histórias de sucesso (DRYZEK, 2005). É um discurso essencialmente integrador porque pressupõe uma retórica de afirmação, de que é possível conciliar economia, sociedade e natureza sem a emergência de grandes mudanças.

Não por acaso, o desenvolvimento sustentável é ambíguo em relação à existência de limites ao crescimento econômico e populacional. O caráter mais vago, polissêmico, que tenta reformular o ideário de progresso sem negá-lo, é uma das explicações para a grande difusão desse discurso:

O desenvolvimento sustentável, no próprio nome, liga-se à Ideia do progresso, e o progresso é uma das noções mais fortes do mundo moderno. Quaisquer que sejam as outras diferenças, os industrialistas vitorianos, marxistas, sociais democratas, liberais democratas e liberais do mercado, todos sempre acreditaram no ideal essencial da história se movendo no sentido da melhoria social. O desenvolvimento sustentável traz essa ideia para uma era ambiental (DRYZEK, 2005, p. 156).

O fortalecimento do discurso de desenvolvimento sustentável ao longo das últimas quatro décadas, aos poucos, deu mais visibilidade aos governos e às grandes

empresas, eclipsando os ambientalistas clássicos. Conforme destacou Dryzek (2005, p. 154): “No que diz respeito aos sistemas sociais, o desenvolvimento sustentável agora toma a economia capitalista como um dado (o que não era verdade no discurso mais radical dos anos 1970)”.

Os dois últimos discursos compreendidos pelo radicalismo verde observados por Dryzek são utilizados nas arenas globais por aqueles que rejeitam os fundamentos básicos da sociedade industrial, sendo por isso qualificados como simultaneamente radicais e imaginativos. Genericamente identificados como “verdes”, esses discursos abrangem diversos movimentos sociais e políticos ecologicamente orientados, como o da justiça ambiental, o ecofeminismo, o biorregionalismo, a ecologia social e a ecologia profunda. Em resumo, a consciência verde enfatiza mais as mudanças no plano individual, enquanto a política verde prioriza a mudança estrutural (DRYZEK, 2005).

- a. Consciência verde: As várias correntes classificadas como consciência verde tem em comum a vinculação a um idealismo que se opõe ao materialismo. Porém, convergem e divergem em diferentes pontos, como a busca por organização das políticas públicas e o controle de natalidade, respectivamente. São ícones movimentos como a ecologia profunda, o ecofeminismo, a cidadania ecológica e os estilos de vida verde.
- b. Política verde: Com uma certa inspiração anarquista, preconiza a quebra de hierarquia e valorização das transformações em pequena escala, do protagonismo e autossuficiência das comunidades locais. Isso aliada a uma conexão global dos movimentos sociais que teria origem nos protestos de Seattle em 1999, durante o encontro da Organização Mundial de Comércio – e que teria se fortalecido a partir dos diversos Fóruns Sociais Mundiais que nasceram no mesmo contexto (DRYZEK, 2005). Como manifestações do discurso política verde, Dryzek (2005) lista os partidos verdes, a ecologia social, os movimentos por justiça ambiental, o chamado ambientalismo global dos pobres, os movimentos pelos direitos dos animais e os movimentos antiglobalização.

Como consequência da evolução desses conceitos, Dryzek (2005) mostra a justiça ambiental como um movimento dos países desenvolvidos, que teria evoluído do "não no meu quintal" para o "não no quintal de ninguém". Ou seja, iniciado como processos locais de resistência a impactos ambientais industriais e crescido como um movimento político transfronteiriço.

É uma caracterização mais restrita do que o conceito de justiça ambiental notabilizado por Joan Martínez-Alier (2007): como movimentos socioambientais emergentes no chamado Terceiro Mundo, que resistem aos impactos dos processos de avanço do capitalismo liberal unindo a luta pelos direitos humanos à Ecologia.

Um exemplo destacado pelo próprio Martínez Alier é o do movimento pela criação das reservas extrativistas na Amazônia brasileira, na década de 1980, que culminou com o assassinato de Chico Mendes. Porém, mais recentemente, outra ideia de justiça social começa a emergir no campo político-filosófico cujo foco não se radicaliza na eliminação rasa da desigualdade, mas na prevenção da humilhação e do menosprezo, pode ajudar a compreender os conflitos que se estabeleceram na arena social e ambiental da Copa Verde.

No bojo dessa perspectiva, as categorias centrais já não são a distribuição equitativa ou a igualdade de bens, senão a dignidade e o respeito humano (HONNETH, 1999, p. 19). Dito de outro modo, Honneth deixa claro que o reconhecimento da dignidade das pessoas e dos grupos constitui o elemento central do que ele compreende por justiça social e que é essa tese, em última análise, a que ele defende.

Com vasto trabalho acadêmico no campo da comunicação ambiental, Julia Corbett (2006) busca compreender os fatores que contribuem para a formação das ideologias ambientais no indivíduo, observando-as a partir de seu processo constitutivo, desde as primeiras relações estabelecidas com a natureza e com o meio físico, que remontam à infância. Também considera como fatores relevantes à compreensão da complexidade da comunicação ambiental o contexto histórico-cultural (que embasa o sistema de crenças) e o "senso de lugar". Este diz respeito ao vínculo que se estabelece com o espaço físico em que se vive e com paisagens familiares, o que gera um sentimento de "estar em casa", uma sensação de pertencimento, de enraizamento e de conforto. Para a autora, esta relação emocional com o lugar influencia decisivamente a percepção e a valoração do meio ambiente.

Dentro dessa perspectiva, Corbett diferencia a comunicação ambiental intencional e direcionada, facilmente reconhecida em matérias de jornais, anúncios

publicitários, fotografias, filmes, sites etc., daquela mais sutil e não declarada, embutida nas práticas e costumes do dia a dia, nos padrões de moradia, de consumo e de transporte adotados nas sociedades. Ao observar esta amplitude, a autora considera que tais ações comunicativas traduzem os sistemas de crenças sobre o mundo natural, os quais orientam as percepções sobre a utilidade da natureza na vida cotidiana. É também com base nesses sistemas que se atribui valor às “coisas naturais”, formulando-se e compreendendo-se mensagens ambientais.

Essa diferença de abordagens entre Dryzek e Corbett nos ajuda a identificar as diversas estratégias adotadas pelos atores participantes da arena da Copa do Mundo do Brasil para comunicar seus discursos, seja para as audiências de massa que lotaram os eventos performáticos (feiras, exposições multimídia, espetáculos artísticos, atos políticos, aulas públicas, manifestações), seja para os públicos qualificados dos encontros nacionais, das palestras, mesas de debates, oficinas ou “rodas de conversa”. A intencionalidade e direcionamento dessa comunicação em relação à agenda da Copa começam nas escolhas do tipo de evento a ser realizado, dos recursos aplicados, da linguagem empregada e do local a ser operado como “território discursivo”.

O eixo paradigmático das disputas foi a noção de sustentabilidade direcionada à “economia verde”, que neste estudo assume a versão como “Copa Verde”, o Green Goal, apresentado no primeiro capítulo. A crítica mais radical a essa proposta é a de que ela representa um retrocesso em relação ao reconhecimento dos riscos do crescimento sem limites, na medida em que propõe uma nova racionalidade ambiental para a perpetuação do crescimento econômico.

A ideia central dessa “sustentabilidade é que o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribua cada vez mais para o Desenvolvimento Sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. Para isso, propõe como essencial que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental, hoje ignorada nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados.

Tomando-se por base as categorias discursivas de Dryzek e os referenciais ideológicos de Corbett, esse conjunto de eventos aponta para três tendências principais no enfrentamento das questões ambientais no contexto da Copa do Mundo, a serem explorados no decorrer dos terceiro e quarto capítulos:

a) Crença no pensamento científico e na competência tecnológica como fontes primordiais das soluções para os problemas ecológicos (debates entre cientistas, pesquisadores e formuladores de políticas de C&T);

b) Crença na racionalidade administrativa para a equação dos conflitos e busca de soluções para os problemas socioambientais (eventos que reúnem administradores públicos e corporativos);

c) Crença na racionalidade democrática para a busca de soluções compartilhadas e socialmente justas para os problemas ambientais (articulações de organizações da sociedade civil visando influenciar os processos decisórios acerca das políticas, regulamentações e acordos multilaterais relacionados à sustentabilidade).

d) Crença na comunicação social para a busca de sensibilização e convencimento de engajamento de um público amplo e difuso sobre a importância da observação dos problemas ambientais.

2.4 Delimitação do corpus

Esta pesquisa trabalha com a análise crítica do contexto de um corpus composto por três conjuntos, todos em desenvolvimento entre 2009 e 2014: a) o projeto da iniciativa *Green Goal* para a Copa do Mundo no Brasil, a incorporação desse discurso pelos agentes oficiais na disputa; b) os produtos de comunicação formulados pelos Comitês Populares da Copa do Mundo e notícias produzidos pelos grupos e publicados no site da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo, além dos vídeos publicados produzidos por comunidades atingidas e publicadas no mesmo site; c) informações e dados da Copa do Mundo publicados no Portal da Copa 2014, oficial sobre o evento e mantido pelo Governo Federal.

O recorte temporal foi motivado pela necessidade de se limitar a coleta de dados a um período factível com o prazo do doutorado. A escolha de 2009 se deu porque a divulgação e oficialização da candidatura do Brasil às vésperas do início do torneio na África do Sul catalisou o debate nacional e internacional sobre a realização do evento no Brasil, ao qual a questão ambiental está relacionada.

Em 2010, as eleições para os governos estaduais, Congresso Nacional e Presidência da República constituíram momentos privilegiados de manifestação do lobby em defesa das pretensas candidatas a sediar os jogos da Copa do Mundo junto aos seus

públicos locais. Em 2012, a realização da Rio + 20 foi o espaço utilizado pelo governo federal para construir a legitimidade do seu projeto.

Em 2013, as “jornadas de junho” se constituíram em grandes manifestações nas quais a oposição à Copa do Mundo emergiu e se consolidou como o conflito social mais contemporâneo. Enfim, a realização da Copa do Mundo 2014, acontecimento norteador deste estudo, se efetivou e permitiu a geração dos dados necessários ao desenvolvimento desta análise.

As transcrições das entrevistas e dos pronunciamentos de autoridades envolvidas na realização do evento constam em meu arquivo pessoal, ora organizados a partir de duas pesquisas de campo. A primeira foi realizada em Manaus em dezembro de 2013 e a segunda, em maio de 2014, em Belo Horizonte. Também constam no acervo, os relatos das reuniões do Comitê Popular da Copa em São Paulo das quais participei.

Entre as dificuldades, está o acesso a versões impressas de todos esses documentos, a exemplo de coberturas de mídia sobre a incorporação da questão ambiental pelas seleções, a exemplo da Alemã. As pesquisas envolvendo jornais regionais ou temáticos são mais raras justamente porque eles não costumam disponibilizar seus arquivos na internet, o que dificulta e encarece a fase de coleta de dados (MAY; CALIXTO; GEBARA, 2011).

A escolha por se trabalhar prioritariamente com os conteúdos produzidos pela FIFA, pelo Governo Federal e os comitês se deu porque essas são três das arenas nas quais o discurso de legitimação da sustentabilidade da Copa do Mundo no Brasil circula de forma privilegiada.

A FIFA esforça-se para proteger e prorrogar as vantagens do seu megaevento em comparação a outros motivos de concentração de investimentos internacionais; o governo procura desenvolver práticas institucionais e ainda caminhar para o aprimoramento de um modelo de desenvolvimento sustentável, além da promoção do próprio governo; enquanto o comitê apresenta a mediação entre os “atingidos” pela Copa e a população, ou a opinião pública, constituindo-se como porta-voz crítico aos interesses das elites, mas também como espaço público de conflitos (CASTELLS, 1999; CHAPARRO, 2007).

Para subsidiar as análises, além de pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças dos comitês populares e observações diretas em reuniões e eventos realizados por esses grupos. Desses, vale destacar o I Encontro Nacional dos Atingidos pela Copa, realizado em Belo Horizonte,

em maio de 2014, que reuniu pessoas de todo o país que pertenciam a comunidades impactadas pelas obras da Copa.

FIGURA 4 – I Encontro nacional de atingidos.



Fonte: Produção da própria autora.

CAPÍTULO 3. COPA 2014, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

Faremos um mundial tão bonito quanto o da África. Em 2014, teremos uma economia ainda mais relevante no cenário internacional. Aprovamos um plano integrado que envolve o governo federal e as 12 cidades-sede. O evento terá máxima transparência. Todos os gastos públicos serão divulgados na internet. E faremos uma Copa Verde como as nossas florestas. A sustentabilidade ambiental será uma das marcas do Mundial. Vamos fazer uma Copa inesquecível. É um compromisso. Podem cobrar. (LULA apud BARROS; PIRRHO, 2010).

A promoção de megaeventos esportivos tem sido uma estratégia de diversos países para a atração de investimentos e de atenção internacional, sob argumento de que os benefícios econômicos justificam o esforço e o gasto público para sediar tais eventos. Portanto, realizar uma Copa do Mundo “verde” era uma promessa do Brasil, que garantiu construir estádios ambientalmente sustentáveis, mais adaptados aos “padrões” internacionais e preparar ações para supostamente alavancar a qualidade de vida e promover a sustentabilidade das cidades-sede.

O caso brasileiro da Copa Verde converge à abordagem de Hayes e Karamichas (2004) para descrever as três principais características dos conflitos de sociedades capitalistas modernas tardias, neste modelo, acelerados por megaeventos. Primeiramente, o desenvolvimento de regimes de governança global por atores não-estatais, e sua capacidade de difusão de normas e regulamentos que afetam objetivos de interesse público, particularmente aqueles articulados em torno de noções de desenvolvimento sustentável, ou *righ-drivers discourses*; a relação entre os megaeventos esportivos e a promoção tanto da padronização cultural e o valor universalizante de sistemas; e a relação entre megaeventos esportivos para o desenvolvimento de novos mercados (e a consolidação dos já existentes).

Para corroborar dessa ideia, cito o a definição adotada pela FIFA no documento *Sustainability Strategy* (2004) sobre a abordagem dada ao tema, quando a organização reafirma o caráter desenvolvimentista ao trazer a questão ambiental ao centro da sua estratégia de mercado a ser aplicada globalmente.

The Sustainability Strategy is based on the seven core areas defined in ISO 26000 – the International Standardisation Organisation’s guidance on social

responsibility. This concept outlines how FIFA and the LOC will jointly approach the sustainability challenges and opportunities of staging the 2014 FIFA World Cup and engage with a range of stakeholders to reduce the negative and increase the positive impact on society and the environment. (FIFA, 2004, p.7).

Diante dessa versão e tomando como referência a teoria de Renn, nossa premissa aqui é que megaeventos esportivos são regulados por regimes de governança multi-níveis e multi-ator, em que a autoridade para definir o evento e seus termos e condições é negociado entre os intervenientes não-estatais e privados, tais como a FIFA, a UEFA e o COI e suas emanções nacionais.

3.1 Agentes na arena: grupos de interesse e reflexos das suas atuações

Analisar os agentes engajados num megaevento requer o mapeamento do padrão dos apoios financeiros e ideológicos em torno da realização de um projeto desse porte tanto na fase pré-evento quanto no pós-evento. Mesmo que ocorram padrões em comum entre os grupos interessados num megaevento específico, é preciso considerar as características heterogêneas presentes entre esses atores, a exemplo de circunstâncias socioculturais, histórica e econômica de cada país (PREUSS, 2007).

O primeiro grupo de interesse é formado pelos membros da organização internacional que realiza o megaevento, **no caso da Copa do Mundo, a FIFA** e suas entidades confederadas. Eles têm em comum a preocupação em selecionar as doze cidades-sede que irão sediar os jogos, buscando reconhecer a distribuição dos jogos de maior sucesso entre tais cidades, de modo a identificar quais delas terão maior capacidade de investimentos dentro das exigências de legados que os realizadores apresentam. Em resumo, seria considerar que quanto mais cidades se candidatarem a sediar os jogos, maiores serão as promessas de investimentos de cidades-sede em potencial e de seus governos.

O segundo grupo de interesse é o dos governos locais que reconhecem a oportunidade de investir em três áreas em particular: relações internacionais, com o potencial de impulsionar o país e as cidades-sede como destino turístico durante a Copa e pós-evento; moral nacional, com o estímulo ao envolvimento da população na realização de um evento que move a “paixão nacional do brasileiro”, o futebol; e relações

públicas, com uma sinalização ao país sobre o engajamento governamental em estimular o desenvolvimento local.

Tratando de relações internacionais, por exemplo, a realização dos jogos da Copa em Manaus foi uma oportunidade para o governo local comercializar a cidade com o principal destino turístico sustentável da competição. Ao governo federal, em dar continuidade à projeção do BRICS como bloco econômico (ver quadro 2, p. 23).

A questão da moral nacional é representada pela ideia à população de “participar de uma perspectiva nacional, um sentimento de vitalidade, de fazer parte, de ser reconhecido, moderna e tecnologicamente atualizado” (DENIS et. al., 1988). Finalmente, quando tratamos de oportunidade de relações públicas, a realização de um megaevento sinaliza grandes mudanças ou reposição da imagem do país perante o mundo. Por exemplo, o interesse do Brasil foi em demonstrar a crescente relevância da sustentabilidade do país (econômica e ambiental) para a política e economia globais ao propor realizar a “Copa Verde”, mas diante de um quadro de insatisfação popular que trataremos adiante, optou por um slogan ufanista - “A Copa das Copas”.

O terceiro grupo de interesse é o dos políticos das cidades-sede, que tem em comum objetivos como promover a cidade-sede enquanto uma “cidade-global”, cosmopolita, capaz de receber turistas de todas as origens com segurança e qualidade na oferta de serviços. Dessa forma, atraindo não apenas os turistas interessados em explorar a natureza, mas também em ampliar o leque de turismo de negócios, com congressos e convenções.

Nessa perspectiva, as cidades-sede teriam a oportunidade de se desenvolverem como espaços de preservação da biodiversidade, mas com novos espaços de negócios, melhora nas telecomunicações, “revitalização” de parte das cidades, boas instalações turísticas, aeroportos internacionais.

Assim, os políticos locais acreditam que o impacto econômico seria resultado desse estímulo da economia local, atraindo investimentos que não viriam de fundos da própria cidade. Nesse caso, o dinheiro externo ou autônomo origina-se do apoio dos governos Estadual ou Federal ou Comitê Organizador.

O quarto grupo interessado é o de indústrias empreiteiras locais/regionais que se beneficiam mais obviamente da construção da infraestrutura e de instalações esportivas. Outros negócios promovem “parceiros” dos jogos, uma vez interessados em promover suas imagens e fazer contatos, como as companhias aéreas nacionais.

O quinto grupo interessado é o das redes de televisão, que no caso brasileiro emerge como prioridade as televisões comerciais que funcionam sob concessão do governo federal. Além disso, as empresas disputam o direito de transmissão dos jogos. Não apenas a transmissão do megaevento é uma fonte de prestígio, mas as redes podem gerar lucro a partir da venda de comerciais, sendo que os jogos podem ser transmitidos durante o “horário nobre” da rede. A Rede Globo comprou os direitos de transmissão, mas com as condicionantes da modernização do sistema de telecomunicações brasileiro. (ver capítulo 1)

Portanto, são vários os discursos mobilizados pelos grupos do público participante na tentativa de influenciar as decisões. Isso evidencia que o uso desses discursos – técnico-científico, econômico, político-normativo e burocrático – não se concentrou nas mãos de apenas um dos atores, mas fizeram parte dos recursos mobilizados por todos eles. Além disso, mostra também que o discurso técnico-científico não foi, na maioria das vezes, o elemento central na argumentação e negociação entre os atores, mas sempre esteve combinado a os outros discursos para então ganhar força e influência na tomada de decisão.

Desse modo, a análise dessa situação de ação segue em concordância com o argumento de Renn (1992), de que os atores sociais precisam de mais de um recurso social para maximizarem o seu sucesso em uma arena. Esses recursos podem ser usados para ganhar atenção e suporte do público em geral, para influenciar as regras da arena e para pontuar na competição com os outros atores. Ou seja, esses recursos ajudam os atores a serem influentes.

3.2 Arena 1: Megaeventos, meio ambiente e países em desenvolvimento

Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental são programas cada vez mais importantes para o mundo dos torneios de futebol. A ideia foi inaugurada pela Associação Alemã de Futebol (DFB), que formulou um programa de gestão ambiental para a Copa do Mundo 2006, conduzindo à definição, ainda em 2003, do Green Goal – ou Gol Verde, em português. O objetivo eram cortes na gestão de resíduos e consumo de água (através da utilização, por exemplo, de reuso de água e reciclagem de copos nos estádios) e promoção do transporte público para o espectador “viajar” até o estádio (FIFA, 2007).

É inegável que a Copa do Mundo de 2006 foi primeira da FIFA a reivindicar um “legado verde”. No entanto, este esquema, elaborado em 2003 pela ONG WWF (Fundo Mundial para a Natureza) Alemanha e Öko-Institut, a pedido da comissão organizadora, embora bem sucedida, foi voluntária. FIFA (e seus parceiros corporativos) não foram ativamente envolvidos até cerca de seis meses antes do evento em si (ÖKO-INSTITUT, 2007, p. 16). Ao contrário do COI, a FIFA fez compromissos ambientais vinculativos para a celebração de eventos mais recentemente, como exigência para a Copa do Brasil (HAYES; KARAMICHAS, 2011, p. 10).

Na Copa de 2010, havia pouco na África do Sul sendo oferecido sobre meio ambiente, com apenas a proximidade de cidades-sede para os parques nacionais e o que poderíamos chamar de turismo sobre a vida selvagem, mencionado no dossiê de candidatura, e de transporte, em termos de logística, quando os organizadores locais elaboraram uma ação ambiental local, com planos para algumas cidades-sede, o “Programa Green Goal para a Cidade do Cabo”. O objetivo do programa - muito parecido com o esquema de Gol Verde alemão no qual baseia-se - foi o de minimizar os impactos ambientais do torneio, elevar os padrões de longo prazo e promover o desenvolvimento sustentável (CIDADE DO CABO, 2009).

Zbicz (2009, p. 40) argumenta com relação a Pequim, para citar um exemplo olímpico (ver quadro 2, p. 23), que uma das funções dos megaeventos é consequentemente aumentar as expectativas – de um ambiente mais limpo - entre os países de *middle-class*. Assim como no Brasil, os Jogos e outros megaeventos esportivos operam como vitrines para a internalização de valores e normas ambientais, com um vasto potencial mimético, tanto na geopolítica quanto no alcance de público. Em outras palavras, elevados padrões ambientais não são mais vistos como antagônicos ao desenvolvimento de regimes de crescimento económico, tornando-se em vez disso uma fonte fundamental de inovação do mercado e crescimento econômico futuro (BARRY, 2001).

Como será evidenciado, programas de desenvolvimento ambientais e sustentáveis são dependentes de parcerias entre os poderes públicos, órgãos reguladores, parceiros corporativos e atores da sociedade civil, particularmente de ONG's (HAYES; KARAMICHAS, 2011). E como ocorrem em anfitriões temporários, seus resultados dependem de um número de fatores, de arranjos institucionais e culturais para respostas públicas às agendas de desenvolvimento sustentável.

Por isso mesmo, megaeventos esportivos cada vez mais fornecem uma plataforma para o crescimento econômico com abordagens orientadas para a proteção do ambiente. Nisso, os agentes realizadores (COI e FIFA) funcionam como autoridades reguladoras para o desenvolvimento e a divulgação das melhores práticas ambientais e de tecnologias sustentáveis, facilitando a criação eo crescimento de novos mercados.

Portanto, é possível afirmar que megaeventos esportivos são, fundamentalmente, eventos de globalização. Através da sua capacidade de agir como agentes poderosos de transferência de tecnologia e difusão de normas técnicas, padronizam noções ambientais, tais como a certificação internacional (Liderança em Energia e Design Ambiental (LEED)), Forest Stewardship Council (FSC), ISO 14001 etc.) ea introdução ou extensão de processos tais como a monitorização e avaliação do desempenho.

A ideia de realização de uma Copa Verde foi amplamente difundida pelo Grupo de Trabalho Interministerial²¹ que tratou da candidatura do Brasil como sede da Copa de 2014 e orientou a disputa para cidades-sede entre as candidatas. As vencedoras foram escolhidas porque melhor assimilaram aos seus projetos locais às diretrizes da iniciativa *Green Goal*, como veremos adiante.

Para executar as ações de sustentabilidade do megaevento, o Grupo Executivo da Copa (Gecopa)²² instituiu a Câmara Temática Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CTMAS)²³, em maio de 2010, sob a coordenação dos ministérios do Esporte e do Meio Ambiente, para formular diretrizes de pactuações das políticas da Agenda de Meio Ambiente e Sustentabilidade²⁴ para a Copa do Mundo no Brasil.

O acordo de Cooperação Técnica entre os ministérios previa que os dois órgãos deveriam desenvolver, enquanto diretrizes, políticas de sustentabilidade e mobilizar os órgãos vinculados aos mesmos para viabilizar as agendas, além de criar

²¹ Conforme publicação:

http://www.mma.gov.br/estruturas/255/_arquivos/05__portaria_223_cria_gt_copa_255.pdf.

²² A criação do grupo foi publicada no Diário Oficial da União do dia 27/05, conforme divulgado na agenda do Ministério dos Esportes: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/38485-ministro-do-esporte-e-advogadogeral-da-uniao-lancam-grupo-de-acompanhamento-de-aco-es-da-copa>. Endereço do DOU: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/66788525/dou-secao-3-25-02-2014-pg-125>.

²³ Conforme publicado no site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/copa-verde/camara-tematica-de-meio-ambiente-e-sustentabilidade>

²⁴ Cf. relatório Balanço Parcial da Copa 2014. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/balancoCopa2014.pdf>. Acesso em outubro de 2013.

espaços institucionais para a construção dessas demandas (FIFA, 2012). Também cabia à CTMAS envolver os governos estaduais e municipais nesse processo, além de estabelecer os acordos multilaterais necessários para a troca de experiências no campo da sustentabilidade com outros países, especialmente, aqueles que já sediaram megaeventos.

A CTMAS também devia:

Propor e desenvolver mecanismos de articulação com o setor privado e a sociedade civil visando à viabilização das iniciativas previstas na Agenda de Sustentabilidade; e [...] promover um esforço conjunto, em articulação com os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, para assegurar que os empreendimentos considerados relevantes para a Copa incorporem a dimensão ambiental e tenham assegurado o seu licenciamento e demais autorizações nos prazos necessários ao cumprimento das obrigações do Brasil como país sede.²⁵ (BRASIL, 2014).

Com o intuito de auxiliar os trabalhos e a construção de estratégias para o evento, câmaras locais similares também foram criadas em todas as cidades que sediaram os jogos, de acordo com a abordagem “ambiental”, “social” e “tecnológica” da sustentabilidade.

Assim, surgiram as políticas de utilização de materiais reciclados e reutilizáveis, a coleta e destinação correta de resíduos gerados pelos eventos, a neutralização das emissões dos gases carbônicos (devidamente certificada por consultorias especializadas que calculam a quantidade de poluentes gerados com o processo de organização do evento, como por exemplo os poluentes gerados pelo transporte dos organizadores e dos participantes do eventos, para posterior compensação por meio do plantio de árvores); cuidados com a acessibilidade do local; racionalização do uso da água e de energia elétrica; utilização de alimentos orgânicos; utilização de “brindes verdes” ou produzidos por comunidades carentes; incentivo ao comércio justo; promoção de ações sociais, culturais e de campanhas educativas, de incentivo e preservação ambiental.

As diretrizes que orientaram o trabalho da CTMAS previram uma Copa voltada para a compensação de emissões de gases do efeito estufa e que coopere com o combate ao aquecimento global seguindo metas como:

a) Promoção da sustentabilidade ambiental com inclusão social;

²⁵ Cf. publicado no site do MMA: <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/copa-verde>.

- b) Incentivo e estímulos aos negócios verdes;
- c) Incentivo a ações promotoras de eficiência energética;
- d) Valorização, promoção e proteção da biodiversidade brasileira;
- e) Construção de estádios dentro dos padrões de sustentabilidade;
- f) Utilização de água de maneira racional;
- g) Incentivo à mobilidade e circulação sustentáveis;
- h) Incentivo ao consumo de produtos orgânicos e/ou sustentáveis;
- i) Promoção do ecoturismo nos biomas brasileiros²⁶.

Para cumprir a sua missão institucional, o CTMAS definiu cinco ações temáticas para executar na Copa do Mundo do Brasil e contratou sete consultores para atuar na governança dos pilares (inventário, compensação e mitigação) do projeto de sustentabilidade da Copa por meio de cooperação técnica internacional com o Programa das (PNUD). A fórmula para o resultado do programa de desenvolvimento sustentável na Copa foi apresentada durante a Rio + 20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 2012²⁷.

Foram eles: a. Gestão de resíduos e reciclagem (coordenação MMA); b. Certificação e gestão sustentável das arenas (coordenação ME); Campanha Brasil Orgânico e Sustentável (coordenação MDS em parceria com MDA); Campanha Passaporte Verde (coordenação MMA, MTur e Pnuma); Compensação e Mitigação das Emissões (coordenação MMA).

Por essas razões, a construção de um projeto nacional embasado no discurso ecológico foi decisiva no processo de escolha das doze cidades-sede da Copa. Nesse aspecto, a referência à “predominância” natureza e o apelo internacional da “Amazônia” foi ressaltada como diferencial nos momentos decisivos da trajetória de implantação e realização da Copa no Brasil, a exemplo de membros da Gecopa.

No entanto, a versão da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo 2014, organizada e publicada pelo Ministério dos Esportes a dois meses da abertura do megaevento, revelava que o Brasil renunciou a vários dos projetos de sustentabilidade que marcaram a proposta brasileira original (PORTAL DA COPA, [2013]).

²⁶ Cf. material publicada no Portal da Copa 2014. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/camaras-tematicas>. Acesso em outubro de 2014.

²⁷ Conforme apresentação do Relatório Rio +20 – Modelo Brasileiro. Relatório de Sustentabilidade da Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-do-brasil/documentos-do-brasil/projeto-bra.pdf>

QUADRO 5 - Matriz de Responsabilidades Consolidada.

Matriz de Responsabilidades Consolidada							
Anexo							
(obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global(R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)		Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	
1	Belo Horizonte	BRT: Antônio Carlos / Pedro I	726,4	382,3	-	344,2	-
2	Belo Horizonte	Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado	161,6	146,0	-	15,6	-
3	Belo Horizonte	BRT: Área Central	75,5	55,0	-	20,5	-
4	Belo Horizonte	Expansão da Central de Controle de Trânsito	31,6	30,0	-	1,6	-
5	Belo Horizonte	Via 210 (Ligação Via Minério / Tereza Cristina)	129,6	72,0	-	57,6	-
6	Belo Horizonte	BRT: Cristiano Machado	55,3	50,0	-	5,3	-
7	Belo Horizonte	Boulevard Arrudas / Tereza Cristina	233,4	210,0	-	23,4	-
8	Brasília	Ampliação da DF-047	54,2	50,4	-	3,9	-
9	Cuiabá	VLT Cuiabá / Várzea Grande	1577,6	423,7	-	1.153,9	-
10	Cuiabá	Corredor Mário Andreazza	52,9	31,0	-	21,9	-
11	Curitiba	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano	28,1	18,5	-	9,6	-
12	Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária (Gov. Estadual)	65,2	42,3	-	22,9	-
13	Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária (Gov. Municipal)	165,3	62,5	-	102,8	-
14	Curitiba	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,6	12,0	-	0,6	-

15	Curitiba	Vias de Integração Radial Metropolitanas	56,3	36,5	-	19,8	-
16	Curitiba	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	47,8	35,0	-	12,8	-
17	Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Estadual)	30,5	10,0	-	20,5	-
18	Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Municipal)	39,4	20,0	-	19,4	-
19	Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Estadual)	20,0	10,0	-	10,0	-
20	Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Municipal)	61,3	58,2	-	3,1	-
21	Fortaleza	VLT Parangaba/Mucuripe	307,5	170,0	-	137,5	-
22	Fortaleza	Eixo Via Expressa/Raul Barbosa	152,0	141,7	-	10,3	-
23	Fortaleza	BRT Avenida Dedé Brasil	41,6	21,6	-	20,0	-
24	Fortaleza	Estações: Padre Cícero e Juscelino Kubitschek	43,5	33,2	-	10,3	-
25	Fortaleza	BRT Av. Paulino Rocha	65,9	19,6	-	46,3	-
26	Fortaleza	BRT Av. Alberto Craveiro	41,4	23,7	-	17,7	-
27	Natal	Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73,1	12,1	-	61,0	-
28	Natal	Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	371,0	293,0	-	78,0	-
29	Recife	Corredor da Via Mangue	430,4	331,0	-	99,4	-
30	Recife	BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacaruna / Centro do Recife	197,7	162,0	-	35,7	-

Fonte: MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014.

Se forem levadas em conta as 12 cidades-sede do Mundial, o país desistiu de um compromisso a cada cinco assumidos na Matriz de Responsabilidade apresentada à opinião pública quando do lançamento das obras. O levantamento leva em conta 114 intervenções divididas em: mobilidade urbana, aeroportos, portos e estádios. Segundo o último relatório pré-evento divulgado pelo governo federal, 19 obras foram entregues e 22 abandonadas.

QUADRO 6- Obras excluídas da Matriz de Responsabilidades.

Obra/projeto	Cidade-sede	Valor
Via 710 (Andradas / Cristiano Machado)	Belo Horizonte	R\$ 174,9 milhões
VLT: Linha 1 / Trecho 1 (Aeroporto / Terminal Asa Sul)	Brasília	R\$ 276,9 milhões
Corredor Metropolitano (Requalificação de Vias Existentes)	Curitiba	R\$ 137,6 milhões
Corredor Avenida Cândido de Abreu	Curitiba	R\$ 14,2 milhões
BRT - Eixo Leste/Centro	Manaus	R\$ 290,7 milhões
Monotrilho Norte/Centro	Manaus	R\$ 1,307 bilhão
Reestruturação da Av. Eng. Roberto Freire	Natal	R\$ 221,7 milhões
Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem do aeroporto	Porto Alegre	R\$ 228,2 milhões
Corredor Avenida Tronco	Porto Alegre	R\$ 156 milhões
Corredor 3ª Perimetral	Porto Alegre	R\$ 194,1 milhões
Corredor Padre Cacique/Av. Beira Rio	Porto Alegre	R\$ 144,3 milhões
Monitoramento dos 3 Corredores	Porto Alegre	R\$ 14,4 milhões
BRT Protásio Alves e Terminal Manoel Elias	Porto Alegre	R\$ 77,9 milhões
BRT João Pessoa e Terminal Azenha	Porto Alegre	R\$ 64,5 milhões
Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro	Porto Alegre	R\$ 95,3 milhões
Prolongamento da Avenida Severo Dullius	Porto Alegre	R\$ 83 milhões
Complexo da Rodoviária	Porto Alegre	R\$ 31,5 milhões
BRT Avenida Bento Gonçalves e Terminal Antônio Carvalho	Porto Alegre	R\$ 52,7 milhões
Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre	Recife	R\$ 18,5 milhões
Terminal Marítimo do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	R\$ 91 milhões

BRT: Corredor Estruturante Aeroporto/ Acesso Norte	Salvador	R\$ 567,7 milhões
Construção do Monotrilho - Linha 17 – Ouro	São Paulo	R\$ 1,881 bilhão
	Total	R\$ 6,123 bilhões

Fonte: Elaborado pela autora.

A situação fica mais evidente quando, um ano depois do encerramento da competição, veio à tona que o país ainda aguarda a conclusão de 50% das obras que tiveram orçamento comprometido (ver quadro 7).

QUADRO 7- Obras de Mobilidade – 1 ano depois da Copa.

Cidades-sede	Obras previstas	Obras entregues
Belo Horizonte	7	7
Brasília	1	1
Cuiabá	3	0
Curitiba	10	2
Fortaleza	6	0
Natal	2	0
Porto Alegre	2	2
Recife	7	3
Rio de Janeiro	3	3
Salvador	2	1
São Paulo	1	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse aspecto, a referência à “predominância” natureza e o apelo internacional da “Amazônia” foi ressaltada como diferencial nos momentos decisivos da trajetória de implantação e realização da Copa no Brasil, a exemplo de membros da Gecopa.

[...] Para o ministro dos Esportes, Orlando Silva, a sustentabilidade será a principal marca da Copa do Brasil. ‘O mundo inteiro está interessado em conhecer e saber que é a Amazônia Brasileira. Eu espero que Manaus dê um show em 2014 para todos compreendam o nosso compromisso com a sustentabilidade, que é a marca que queremos passar na Copa de 2014’. O ministro também ressaltou que tem recebido boas notícias sobre a obra da Arena da Amazônia. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2011).

A visão do grande vazio despovoado não foi apagada do imaginário popular nacional e internacional sobre a Amazônia e o oportuno fantasma da ocupação internacional continua presente, por exemplo, no debate sobre a atuação das organizações

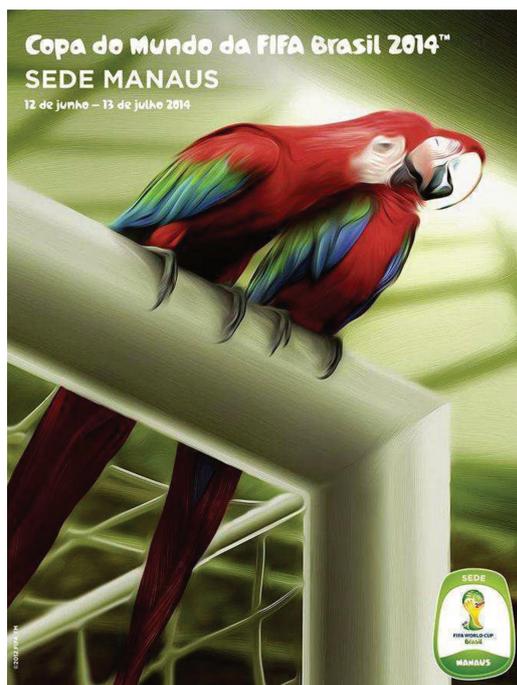
não governamentais ambientalistas na região, alimentado principalmente pelos militares (ZHOURI, 2010). Desde os anos 1970 tem ganhado força, porém a percepção da floresta como fonte de biodiversidade e provedora de serviços ambientais, como uma herança cultural e biológica da humanidade que precisa ser preservada para as próximas gerações (SANTILLI, 2005).

Para o diretor de Comunicação da FIFA, Nicolas Maingot, a diversidade regional do Brasil será um dos maiores atrativos da Copa de 2014. ‘É muito bom para a FIFA que uma Copa do mundo quando chega num país se espalhe pelas regiões mais variadas possíveis. A Copa não é um evento só para os fãs de futebol, mas para quem quer conhecer novas culturas, a culinária, o folclore e as belezas naturais e isso o Amazonas tem de sobra’[...].

O presidente da CBF e do Comitê Organizador Local da Copa 2014 no Brasil Ricardo Teixeira disse ontem, em evento com a imprensa que antecedeu o Sorteio das Eliminatórias da Copa que, contrário às críticas sobre o número de cidades-sedes, um total de 12 depois de incluídas Manaus e Cuiabá, os jogos do Mundial na Amazônia e no Pantanal são o que mais despertam a atenção do mundo, de acordo com pesquisa realizada pela FIFA. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2011).

A construção de um projeto embasado no discurso ecológico foi decisiva na improvável vitória de Manaus sobre Belém, no Pará. Localizada no centro do maior Estado da Amazônia, a capital do Amazonas, que conserva 90 % de cobertura florestal, foi escolhida como cidade-sede em 2009. A surpreendente vitória contra a forte concorrente pode ser atribuída a uma boa campanha de marketing: Manaus vendeu a marca “Copa Verde” – a “capital da floresta amazônica”. O pôster oficial da cidade-sede Manaus é uma amostra dessa estratégia:

FIGURA 5 - Pôster oficial da cidade-sede Manaus.



Fonte: PORTAL DA COPA, 2013.

O plano da “Copa Verde” foi apresentado em 2011 pelo Governo do Amazonas para a Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo de 2014 (ANEXO). A definição Sobre a Copa Verde no Amazonas dizia que: “a questão ambiental norteará a maioria dos projetos da Copa - a COPA VERDE, na cidade de Manaus. Desde a Copa de 2006, a FIFA estabeleceu um programa intitulado ‘*Green Goal*’ que busca reduzir efeitos adversos no ambiente associados à organização e a realização da Copa do Mundo por todos os estádios como reduzir o consumo de água potável, aproveitar as águas da chuva, reduzir contaminação de águas residuais e subterrâneas, poupança de energia, o transporte durante a Copa do Mundo deverá ser eficiente em relação ao ambiente. As atividades devem ser orientadas de modo a evitar o uso desnecessário de transportes individuais e usar, sempre que possível transporte coletivo público sustentável evitando motores à combustão e utilização individual de veículos não motorizados”.

Na sequência, o relatório dizia: “Neste sentido, as obras da Arena da Amazônia previam a reutilização de toda a estrutura remanescente do estádio Vivaldão, como a cobertura que servirá ao estádio Gilbertão em Manacapuru, os assentos e instalações sanitárias que foram instalados em mais de 20 estádios no interior do estado e no Serviço social da indústria (SESI) em Manaus. A estrutura de concreto foi demolida e triturada para ser reutilizada na estrutura do novo estádio. Estudos para a geração de energia a partir de coletores solares a serem instalados nos arredores da Arena fazem parte

do projeto. Neste sentido, em fevereiro do ano presente, o Governo do Amazonas firmou uma parceria com o Governo Alemão, através do Banco estatal KFW, para desenvolver estudos que resultem no aproveitamento da Energia produzida a partir de coletores fotovoltaicos. Neste acordo o KFW custeará os estudos no entorno da Arena da Amazônia. O novo sistema de transporte utiliza energia elétrica em seus motores emitindo a menor quantidade de Carbono na atmosfera, apresentando conceitos inovadores de transporte coletivo para a realidade de Manaus. Outro projeto que evidencia a preocupação com a sustentabilidade ambiental é o da Mobilidade Urbana com o projeto do Monotrilho”,²⁸

A Arena da Amazônia teve seu projeto de sustentabilidade reduzido. Em outubro de 2013, o governo do Estado admitiu não haver tempo suficiente para que um sistema para geração de energia solar no estádio estivesse pronto para o Mundial de 2014. O projeto da usina tinha sido feito com ajuda do banco KFW (banco de desenvolvimento do governo alemão para países emergentes). A estatal Eletrobrás chegou a se reunir com secretários de governo para ajudar na instalação de painéis de captação de energia dos raios do Sol no estádio. Tudo isso, porém, foi feito após a Copa.

O transporte público também é precário e as prometidas obras de mobilidade foram abandonadas. Entre as mais importantes estavam uma linha de monotrilho que faria a ligação da Zona Norte (a mais populosa de Manaus) ao centro da cidade e o corredor exclusivo para ônibus (chamado de BRT – *Bus Rapid Transit*). O monotrilho foi orçado em R\$ 1,3 bilhão e o BRT em R\$ 200 milhões e ambos seriam bancados com recursos públicos locais e federais.

A ausência de dados técnicos fundamentando os projetos, porém, provocou uma série de questionamentos do Ministério Público Federal (MPF), do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU). A sociedade civil também questionou o traçado do monotrilho quando ele ainda estava no papel pela possibilidade de centenas de desapropriações e de impactos em área tombada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no centro de Manaus.

Em outubro de 2013, acatando a uma ação do MPF, a Justiça Federal do Amazonas determinou, em liminar, a suspensão das obras do monotrilho, e orientou a Caixa Econômica Federal a não liberar empréstimos para o governo do Amazonas. Até o

²⁸ O monotrilho não chegou a ser construído devido a conflitos entre os governos Estadual e Municipal e o Ministério Público Federal.

momento, não há informações de que o governo estadual tenha recorrido da decisão, mas empresas que ganharam a licitação, em 2011, sim. O caso está no Tribunal Regional Federal (TRF1), em Brasília.

O projeto do monotrilho acabou sendo retirado da Matriz de Responsabilidade da Copa e transferido pelo governo do Amazonas para o PAC da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, mas isso não altera em nada a ação do MPF, já que as irregularidades permanecem como explica o Procurador da República Jorge Medeiros, que atua na área do patrimônio público. A promessa agora é que seja realizado e entregue depois da Copa.

O procurador Jorge Medeiros explica as bases da denúncia:

O monotrilho não tem a devida especificação do que deve ser licitado. Tem rubricas abertas, que constam apenas como ‘verbas’. Verbas para que? A justificativa que era que apenas depois da licitação é que seria possível determinar. O que é uma temeridade. A lei exige que o detalhamento seja prévio. Isso gera problema concreto porque, se não existe especificação antes, que já é ilegal, no momento posterior, fatalmente vai ter termos aditivos”, diz o procurador. Ele aponta ainda outra irregularidade identificada no projeto: a falta de observância de exigências da lei federal de 2002 que determina que os modais de transporte devam ser inseridos no contexto do plano diretor da cidade. (FARIAS, 2014).

Sobrou a Manaus os custos da sua mais vistosa obra. Os gastos para derrubar o Vivaldão e erguer a Arena Amazônia são imprecisos, mas o Estado terá 20 anos para quitar seu empréstimo com o Banco nacional de desenvolvimento econômico e social (BNDES). A obra, orçada em R\$ 499,5 milhões, somando aditivo, reajustes, serviços complementares e consultoria técnica totaliza, até o momento, R\$ 757,5 milhões, o que representa um acréscimo de 51,7%, segundo dados do Sistema de Acompanhamento de Obras do Governo do Estado (Sicop).

Muito pouco difundida foi a luta de uma pequena comunidade religiosa – Santo Daime - localizada na região do bairro Tarumã, próxima ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, que lutou para salvar um igarapé. Manaus é uma cidade cortada por centenas de cursos d’água conhecidos localmente como igarapés – microbacias que, juntas, vão formar um grande rio, o rio Negro.

A maioria dos igarapés de Manaus está poluída e/ou foi aterrada para obras de urbanização. Os poucos que sobrevivem estão em áreas de proteção ambiental (APPs).

Ainda assim, não tem a vida garantida: durante as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, por exemplo, uma das nascentes do Igarapé da Água Branca, que cortava a comunidade, e outras áreas de vegetação nativa também foram suprimidas. E a obra fez parte da Matriz de Responsabilidade da Copa.

A utilização da cidade como bandeira da Copa do Mundo encontrou seu ápice durante o megaevento, quando a revista oficial da FIFA escolheu Manaus para dar capa aos melhores destinos da Copa do Mundo 2014.

FIGURA 6 - Revista Weekly, da FIFA, aponta Manaus como a melhor cidade-sede da Copa do Mundo de 2014.



Fonte: THE WEEKLY, 2014.

O Governo do Amazonas e a Prefeitura de Manaus comemoraram o balanço da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 em Manaus. Até o final dos jogos, 119.925 turistas foram a Manaus e deixaram R\$ 325,8 milhões na economia local, de acordo com dados da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonatur). Pela televisão, 240 milhões de pessoas em todo o mundo assistiram aos quatro jogos na Arena da Amazônia, segundo a FIFA.

Além dos roteiros verdes, a mascote oficial da Copa do Mundo 2014 foi pensada para ser uma referência e homenagem à biodiversidade brasileira, mas

principalmente como uma mensagem para “proteger a natureza”. No dia 16 de setembro de 2012, a FIFA e o governo brasileiro anunciaram o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), espécie encontrada apenas no Brasil, como a personificação da identidade do evento para com os torcedores, a partir de uma articulação da Associação Caatinga, uma ONG sediada no Ceará dedicada ao combate à extinção do animal.

O tatu-bola foi batizado de Fuleco em concurso nacional transmitido pelo Fantástico, revista semanal veiculada aos domingos pela Rede Globo de Televisão, que realizou enquete durante a transmissão daquele dia para a definição do nome da mascote.

FIGURA 7 – Tatu-Bola e Fuleco.



Fonte: NAZARETH apud CARVALHO, 2014.

A presença da mascote durante os jogos foi diminuindo até vir à tona a disputa entre FIFA e Associação Caatinga quanto ao valor a ser doado pela entidade para a preservação do tatu-bola. A entidade acusou a FIFA de oferecer R\$ 300 mil, enquanto a federação respondeu que oferecera US\$ 300 mil, sem acordo, ao final. Às vésperas da abertura da Copa do Mundo 2014, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), instituiu o Plano de Ação Nacional para Conservação do Tatu-bola, o PAN Tatu-Bola²⁹.

A medida ocorreu também às vésperas do tatu-bola mudar de classificação na Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, de “Vulnerável” para “Em Perigo”, devido à pressão da caça predatória, destruição do habitat natural da

²⁹ Conf. portaria publicada no Diário Oficial da União de Nº 97, sexta-feira, 23 de maio de 2014.

espécie e pouca geração de conhecimento sobre o tatu, com pesquisas científicas, por exemplo.

Para atingir a meta e tirar o animal da lista de extinção, foi criado um Grupo de Assessoramento Estratégico e estabelecidas 38 ações. A elaboração do PAN Tatu-bola foi coordenada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB/ICMBio), com o apoio da ONG Associação Caatinga e do Grupo Especialista em Tatus, Preguiças e Tamanduás. Outras 15 instituições, entre universidades, órgãos estaduais e federais do meio ambiente, também participaram da elaboração dos planos. A coordenação executiva é feita pela Associação Caatinga e é acompanhada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Cerrado e Caatinga (Cecat) e pela Coordenação-Geral de Espécies Ameaçadas (CGESP).

3.3 Compensação de carbono: um exemplo de normatização internacional

Organizadores de megaeventos são claramente conscientes dos custos de reputação quanto a publicidade negativa e de danos ambientais. Além das especificidades do impacto do planejamento local para os ‘mega’, é comum minimizar ao campo secundário os impactos ambientais negativos, mas também criar uma solução mitigadora genérica, como o “sistema de saneamento de carbono”, ou a comumente denominada compensação de CO₂ e outros gases de efeito estufa (GEE).

De acordo com dados do Grupo Executivo da Copa (Gecopa)³⁰, esta foi a primeira Copa do Mundo em que todos os estádios deveriam seguir modelos de construção e gestão sustentável capazes de obter certificação internacional, ou melhor, quando foram desenvolvidas as chamadas arenas verdes. Da mesma forma, o Estado adotou uma campanha de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) para compensar GEE, remetendo a duas das cinco ações temáticas desenvolvidas durante à Copa (certificação de arenas e compensação e mitigação de emissões).

Todos os estádios deveriam seguir modelos de construção e gestão sustentável capazes de obter certificação internacional, ou melhor, quando foram desenvolvidas as chamadas arenas verdes. Como demonstrado no quadro abaixo, das 12

³⁰ A criação do grupo foi publicada no Diário Oficial da União do dia 27/05, conforme divulgado na agenda do Ministério dos Esportes: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/38485-ministro-do-esporte-e-advogadogeral-da-uniao-lancam-grupo-de-acompanhamento-de-acoes-da-copa>. Endereço do DOU: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/66788525/dou-secao-3-25-02-2014-pg-125>

arenas utilizadas na competição foram construídas segundo a padronização LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), mesmo que nem todas tenham alcançado a certificação – sem qualquer consequência objetiva para a realização dos jogos.

QUADRO 8 - Estádios da Copa do Mundo: investimentos em sustentabilidade.

Cidades-sede	Estádios	Orçamento Inicial	Orçamento final	Sustentabilidade
Belo Horizonte	Estádio Magalhães Pinto - Mineirão	R\$ 695 milhões	R\$ 695 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação LEED Platinum • Reaproveitamento dos entulhos provenientes da obra; • Reaproveitamento da água da chuva em reservatório de cerca de 6 mil metros cúbicos; • 6.000 painéis fotovoltaicos na cobertura para geração de energia solar; • Sistemas de válvulas de descargas e torneiras com fechamento automático; • Iluminação de alta eficiência com baixo consumo e sistema elétrico inteligente; • Sistema de coleta seletiva de lixo e armazenamento de resíduos sólidos; • Uso de madeira com selo de manejo florestal.
Brasília	Estádio Mané Garrincha ³¹	R\$ 1,403 bilhão	R\$ 1,437 bilhão	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação LEED ouro. • Reaproveitamento dos entulhos provenientes da obra; • Reaproveitamento da água da chuva em cinco reservatórios que fornecem água para sanitários e irrigação do gramado; • Revestimento da cobertura auto-limpante que utiliza a água das chuvas.

³¹ Em setembro de 2009, o Ministério Público do Distrito Federal ajuizou ação de improbidade administrativa contra ex-gestores da Novacap e contra a empresa GreenLeaf Projetos e Serviços por suposto superfaturamento na aquisição do gramado do Estádio Nacional de Brasília. De acordo com a ação movida pelo MP, houve irregularidades na implantação, drenagem, irrigação automatizada e manutenção durante quatro meses, que ocasionaram prejuízo de pelo menos R\$ 1,6 milhão. Publicado em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/mp-aponta-superfaturamento-no-gramado-do-estadio-de-brasilia.html>

Cuiabá	Arena Multiuso Pantanal	R\$ 570 milhões	R\$ 596 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Fachada com material que diminui a incidência de raios UV facilitando a refrigeração interna; • Cobertura com isolamento térmico e "cantos" abertos para aumentar a circulação de ar, ambos facilitando a refrigeração interna; • Reaproveitamento da água da chuva para um reservatório que fornecem água para sanitários e irrigação do gramado.
Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba - Arena da Baixada	R\$ 326,7 milhões	R\$ 234 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Reaproveitamento da água da chuva para toda água utilizada dentro do Estádio.
Fortaleza	Estádio Governador Plácido Castelo – Castelão	R\$ 518,6 milhões	R\$ 518,6 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação LEED • Reaproveitamento de estruturas já existentes; • Utilização de louças sanitárias com menor consumo de água e descargas a vácuo, que contribuem para a redução do consumo; • Coleta, separação e destinação dos resíduos sólidos. Até o início de junho já haviam sido coletadas 67.550 toneladas.
Manaus	Arena da Amazônia	R\$ 669,5 milhões	R\$ 650,9 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação LEED • Cobertura que capta água das chuvas para irrigação automatizada do campo; • Cobertura translúcida que permite maior passagem de luz, diminuindo o uso de energia artificial; • Membrana do “teto” que reflete até 75% dos raios solares, diminuindo a temperatura no local e a necessidade do uso de refrigeração; • Aproveitamento de 95% do material da demolição.
Natal	Arena das Dunas	R\$ 400 milhões	R\$ 400 milhões	<p>Certificação LEED básica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cobertura desnivelada que aumenta a circulação de ar, facilitando a refrigeração interna; • Aproveitamento de 99% do material da demolição. • Reaproveitamento da água da chuva para um reservatório que fornece água para sanitários e irrigação do gramado.

Porto Alegre	Estádio Beira-Rio	R\$ 330 milhões	R\$ 330 milhões	<p>Certificação LEED</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento da qualidade do ar durante a fase de construção; • Mecanismos de controle do uso de energia elétrica; • Cobertura com membrana auto-limpante que absorve o calor dos raios solares, auxiliando a refrigeração interna, e translúcida, que permite a entrada da luz natural no estádio; • Aproveitamento de 75% do material da demolição. • Irrigação inteligente do gramado • Reutilização da água da chuva nos sanitários.
Recife	Arena Pernambuco	R\$ 532,6 milhões	R\$ 385,3 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação LEED Prata • Usina solar com 3.652 painéis solares fotovoltaicos, que gera 126,480 kWh por mês e supre 30% da demanda de energia do estádio; • Cobertura e fechamento lateral do estádio que possibilitam a utilização de água da chuva; • Uso de 24% de insumos reciclados durante a obra, com destaque para o aço e o cimento.
Rio de Janeiro	Estádio Mário Filho – Maracanã	R\$ 1,050 bilhão	R\$ 1,077 bilhão	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação LEED Prata • Placas fotovoltaicas na superfície que cobre as arquibancadas, de aproximadamente 2,5 mil metros quadrados, com capacidade de geração de 400 mil kW/h por ano, que supre 9% da energia necessária para o funcionamento do estádio; • Dispositivos que permitem economia de água e um sistema de captação de chuva na cobertura que reduziu o uso de água potável em 50% e de água em geral em 40%; • Parceria com a Recicla Rio, rede formada por cinco cooperativas de catadores da Zona Norte da cidade, que permite o reaproveitamento de sete toneladas por mês de materiais recicláveis.

Salvador	Estádio Fonte Nova	R\$ 689.400 milhões	R\$ 689.482 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Certificação LEED Prata • Reutilização de 100% do concreto da antiga Fonte Nova; • Cobertura que capta água da chuva para reuso; • Brises da fachada que proporcionam ventilação e iluminação natural e protegem o estádio da radiação solar excessiva; • Sistema de cobertura com alto índice de refletância solar, que evita o efeito “ilha de calor” e não bloqueia totalmente a luz solar; • Destinação de cerca de 90% dos resíduos gerados.
São Paulo	Arena Corinthians – Itaquerão	R\$ 820 milhões	R\$ 820 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Fachada que proporcionam ventilação e iluminação natural e protegem o estádio da radiação solar excessiva; • Formato arquitetônico aumenta a ventilação interna, diminuindo o custo energético com refrigeração.
12 cidades-sede	Cinco estádios reformados, quatro reconstruídos e três construídos	R\$ 7,315 bilhões	R\$ 7,833 bilhões	9 arenas verdes com certificação ambiental

Fonte: Adaptado de PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014; PORTAL DA COPA, 2014.

Compensação de carbono foi introduzida em megaeventos pelo Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2006, na Alemanha, como parte da primeira versão da campanha *Green Goal*. O esquema objetivava "neutralidade climática" por compensação 92.000 toneladas de CO₂e (Carbono equivalente, incluindo CO₂ e outros gases de efeito estufa (GEE)) em parceria com o programa “Gold Standard” do WWF.

Desde os Jogos Olímpicos de Inverno de 2002 em *Salt Lake City*, os organizadores locais usam algum esquema de compensação de carbono para mitigar as emissões. O Comitê Organizador de Pequim – Jogos Olímpicos de Verão 2008 - desenvolveu uma campanha para compensar as emissões de CO₂e que os voos usados pelos atletas causavam, trabalhando em parceria com o Greenpeace da China. Vancouver – Jogos Olímpicos de Inverno 2010 - foi o primeiro Comitê Organizador Local a nomear um fornecedor oficial de compensações de carbono (Offsetters Verde Technology Inc.), apostando em normas relativamente rigorosa.

É possível notar que ONG’s nacionais e transnacionais tem sido fundamentais para o estabelecimento e legitimação de tais regimes, e, fundamentalmente, em medir as

pegadas de carbono. Mas a metodologia de "carbono neutro" (ações de compensação) de megaeventos esportivos tendia a abordar apenas o mais superficial das despesas de carbono.

O Green Goal de 2006, por exemplo, incluiu apenas emissões dentro da própria Alemanha, excluindo as emissões de carbono das viagens internacionais. Da mesma forma, o programa de compensação de Vancouver abrangia apenas as emissões "diretas", tais como viagens de atletas ou construção de estádios e parques olímpicos e aquecimento de instalações, mas excluía o carbono gerado pelo espectador (VANOC, 2009). Para cobrir este déficit, Vancouver pediu aos visitantes para compensar a sua própria viagem voluntariamente. Na prática, portanto, a neutralidade de carbono - mesmo nos termos definidos pelos organizadores - é altamente improvável que seja alcançado.

Em contraste, a metodologia da pegada de carbono de Londres 2012 visava calcular emissões "quando elas acontecem", abrangendo o período a partir das cerimônias de abertura e encerramento, dos jogos e o seu processo de desenvolvimento. Sem surpresa, esta pegada chega a 3,4 milhões de toneladas de CO₂ (ou cerca de 0,5% do total anual de emissões do Reino Unido), especialmente tendo em conta a extensão da infraestrutura construída para o parque olímpico em Londres (COMMISSION FOR A SUSTAINABLE LONDON 2012, 2009).

O Comitê Olímpico de Londres optou por uma metodologia progressivamente robusta. Mas esta metodologia em desenvolvimento também revela, no nível global do evento, iteração, incoerência e confusão (HAYES; KARAMICHAS, 2011). Sochi 2014, por exemplo, utilizou como metodologia para os Jogos de Inverno 2006 apenas tempo de uso de energia em jogos e emissões de transporte.

É possível admitir que nem o COI nem a FIFA desempenham um papel regulador em termos de definição de padrões ou metodologias para tais regimes (e, portanto, na realização de compensação na conta pública, difundindo as melhores práticas ou exigindo transparência), ou mesmo no financiamento. Para Heyes e Karamichas (2011), no momento não é possível comparar sucessivos megaeventos um com o outro, dada a ausência de sistemas de confiança, transferível, de relatórios e auditoria. Isto é particularmente importante, dada a proliferação de sistemas e objetivos que transitam de "baixo carbono" a "zero emissões líquidas" para "neutra em carbono":

Na prática, é extremamente difícil para os públicos compreender o significado, o alcance e operação de sistemas de mitigação de carbono, ou os detalhes e

diferenças entre concorrentes reivindicações, promessas ou ações. (HEYES; KARAMICHAS, 2011, p. 13).

Mais fundamentalmente os esquemas de compensação em que megaeventos reivindicam a neutralidade climática são inevitavelmente eles próprios altamente controversos. Para todos os atrativos práticos aparentes de compensação, adicionalidade é hipotética e difícil de medir (como são controlados os esquemas de medição de carbono?), medidas de cima para baixo fragmentadas correm o risco de causar o deslocamento simples, ou “vazamento”, de atividades prejudiciais; a permanência de projetos de compensação são impossíveis de verificar (em contraste marcante com o nosso conhecimento de permanência das emissões de carbono na atmosfera).

[...] Esquemas [de compensação de GEE] são frequentemente confusos, falta credibilidade e estão abertos a fraude [...] Compensação normalmente coloca a carga de ação sobre os países do Sul global, reduzindo consequentemente o escopo dos países em desenvolvimento para reduzir as suas próprias emissões ou para elevar os padrões de vida básicos. (HEYES; KARAMICHAS, 2011, p. 14).

Para esses autores, programas de compensação são, essencialmente, um alibi para o fracasso de agentes públicos e privados para combater as emissões sistêmicas de carbono em países desenvolvidos, pois fazem uso comum de expressões como ‘indulgência de carbono’ e ‘lavagem de carbono’. Compensação faz muito pouco para resolver e ainda agrava as desigualdades globais e degradação ambiental, dizem eles. E vão além ao afirmar que “compensação é simplesmente uma outra forma de expansão de mercado neoliberal, mercantilização e capitalização (MUHOVIC-DORSNER, 2005; GOSSLING et al., 2007; CLIFTON, 2009; NERLICH; KOTAYKO, 2009).

Um exemplo referencial é um problema fornecido pelo *Green Goal*, um modelo que se disseminou a partir da Alemanha (2006), transitou para a Copa da África (2010) e foi adotada de forma mais ampla no Brasil (2014). A maior parte da compensação de carbono da Copa do Mundo da Alemanha foi obtida através de investimentos em dois projetos de redução de gases de efeito estufa na África do Sul: a construção de uma caldeira para uma fazenda em Letaba, no norte no país, perto do Parque Nacional Kruger, e um projeto para gerar eletricidade a partir do gás de esgoto, na Sebokeng Township, fora de Joanesburgo (FIFA, 2006). Mais tarde, a África do Sul tinha grande dificuldade para garantir o financiamento para a compensação de carbono

dos seus próprios jogos em 2010, e, como consequência, cidades-sede, como a Cidade do Cabo, desistiu da meta de carbono neutro, optando por apontar para um evento de “baixo carbono” (CAPE TOWN CITY, 2009).

Os países desenvolvidos podem compensar no Sul; os países do Sul não pode fazer o reverso. Aqui, eles (FIFA, COI) foram incapazes de financiar a compensação a todos; Com efeito, as equipes que compensaram suas viagens o fizeram como parte de um programa UNEP, com sportswear multinacional (Puma) cobrindo os custos para as sete equipes que patrocinavam (incluindo quatro equipes africanas, Argélia, Camarões, Costa do Marfim e Gana). (CAPE TOWN CITY, 2009).

Com a criação do “Plano Nacional de Compensação das Emissões de GEE”, baseado no cancelamento e doação voluntária de “reduções certificadas de emissão – RCE” originados de projetos nacionais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o governo brasileiro acreditou que poderia compensar as emissões de responsabilidade direta do governo.

As emissões de GEE decorrentes da realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014 totalizaram 1.406.430 toneladas de tCO₂ equivalente – índice abaixo do estimado no inventário FIFA, que calculou 2.472.002 toneladas de tCO_{2e}.

QUADRO 9 - Doações RCEs Copa do Mundo.

Empresa	Quantidade (RCEs)
ESTRE AMBIENTAL S.A.	5.000
RIMA INDUSTRIAL S.A.	5.000
TRACTEBEL ENERGIA S.A.	105.000
RHODIA – UMA EMPRESA DO GRUPO SOLVAY	100.000
ARCELORMITTAL BRASIL	70.000
GERDAU S.A.	70.000
USIMINAS – USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A	70.000
SINOBRAS – SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S/A	35.000
APERAM SOUTH AMERICA	35.000
VALLOUREC TUBOS DO BRASIL S/A	20.000
BUNGE BRASIL	5.500
WAYCARBON SOLUÇÕES AMBIENTAIS E PROJETOS DE CARBONO LTDA.	5.000
PLANTAR CARBON AMBIENTAL LTDA.	5.000

SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.	5.000
INICIATIVA PESSOAS PELO CLIMA (P4C)	5.000
GET2C BRASIL LTDA	5.000
Total:	545.500

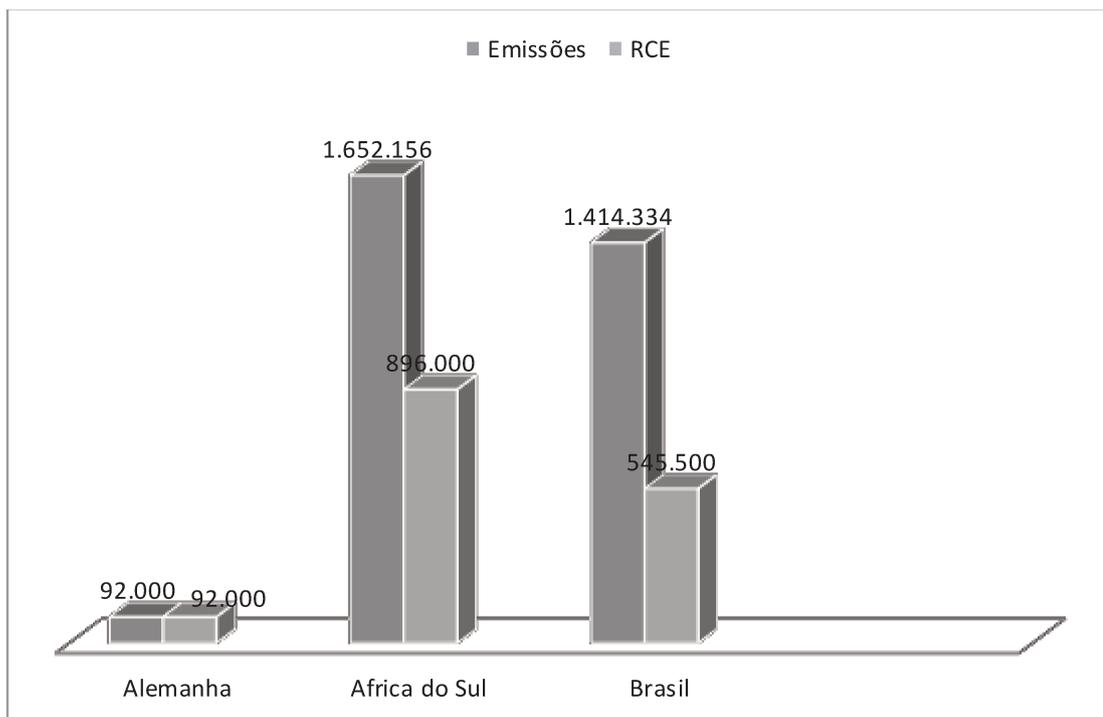
Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA).

E de fato comemorou o feito com informações divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) às vésperas do encerramento do evento que priorizavam uma compensação dez vezes acima do que as emissões de carbono, com um tom de ironia com o desempenho a seleção brasileira de futebol.

Brasil compensou quase dez vezes mais do que as projeções de emissões diretas de gases de efeito estufa geradas pela Copa do Mundo FIFA 2014 – número de gols que a Seleção levou apenas nos últimos dois jogos da competição. Com o encerramento, na última semana, de chamada pública do Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram compensadas 545,5 mil toneladas de carbono equivalente (tCO₂eq), unidade de medição das substâncias que interferem no aquecimento global. O número supera as 59,2 mil tCO₂eq estimadas para atividades como obras, uso energético nos estádios e deslocamento de veículos oficiais. (BRASIL, 2014).

Em contradição, a própria notícia informava que inventário coordenado pelo MMA revelava que o Brasil não alcançaria seu objetivo inicial de compensar a totalidade das emissões da Copa.

FIGURA 8- Emissões GEE comparado com RCE pós-evento (Governo Brasileiro).



Fonte: Adaptado de (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

Gestora do Projeto Copa no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a bióloga Adriana Brito da Silva ressalta que o modelo de doações de créditos de carbono é inédito no Brasil e representa um ganho em capital intelectual e instrumental que poderão ser utilizados em outras estratégias dentro do órgão. O Governo brasileiro passaria a incentivar firmemente a anulação voluntária dos RCEs para esse propósito e apoiou o amplo reconhecimento desta ideia na COP-21, em Paris³².

O ministério sempre teve dificuldades para influenciar os órgãos federados e foi muito importante construir um modo totalmente novo de trabalho com essa experiência, com tantos entes federados reunidos pelos mesmos objetivos. Também com tantos consultores atuando ao mesmo tempo. Com certeza, quando se trata de legado institucional, a *expertise* constituída a partir dessa experiência representa a maior vantagem para o MMA. (SILVA apud UNFCCC, 2014).

A articulação entre os entes federados aparece entre os principais legados elencados no documento Gestão das Emissões de Gases do Efeito Estufa da Copa do Mundo de 2014 (2015)³³. A partir da conscientização e capacitação dos atores envolvidos

³² Nota <https://nacoesunidas.org/brasil-compensa-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-resultantes-de-grandes-eventos/>

no planejamento e realização do evento, os consultores alcançaram “sinergia técnica” entre os diferentes entes envolvidos a partir de debates com *multi-stakeholder*.

No entanto, a quantidade de RCE estimado dos projetos de energia renovável localizados no Brasil aptos a operar no âmbito do MDL poderia gerar 25.494.041 toneladas de CO₂ equivalente. Com isso, neutralizar dez Copas do Mundo (FIFA), segundo o MMA, caso fossem incorporadas à estratégia central com ampliação da campanha de adesão. De acordo com dados do UNFCCC (2014), o total de créditos de carbono desses projetos contabiliza 25.494.041 tCO₂e, ou seja, um valor maior do que o esperado de emissões da COPA do mundo de futebol no Brasil.

Os embates entre os países em desenvolvimento, que se mostram resistentes a ideia de ter metas de redução obrigatória no período pós-Kyoto e os países desenvolvidos, que sustentam que países em desenvolvimento passem a ter metas obrigatórias de redução de GEE se apresenta como a grande discussão que paira nas negociações que remetem a continuidade de um acordo climático global pós 2020, dentre eles, o MDL.

A proposta do Brasil para o segundo período do Protocolo de Kyoto se baseia nas responsabilidades (emissões) históricas dos países. O Brasil se posiciona em relação à mudança climática na busca da efetividade, integridade e justiça ambiental, que buscam evitar obstáculos ao desenvolvimento do País. O Brasil, no Acordo de Copenhague e na COP 16, em Cancun reiterou seu compromisso com ações nacionais voluntárias de redução de emissões de GEE, com reduções entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020. (MOTTA et al., 2011, p. 14).

Esse compromisso foi ratificado na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) (MOTTA et al., 2011). Dessa forma, o mercado de carbono brasileiro é uma estratégia que visa se consolidar no país, seja na categoria regulada ou voluntária, contribuindo significativamente para o alcance das metas governamentais estabelecidas na PNMC, já que os projetos brasileiros são potenciais redutores de emissão, contribuindo para estabelecer uma economia de baixo carbono no país (SOUZA, 2011).

A metodologia utilizada pelo Brasil está exposta no relatório do Projeto Gestão das Emissões de GEE da Copa - "Gestão das emissões de gases de efeito estufa da Copa do Mundo", resultado dos debates entre CTMAS entre Governo Federal e Governos dos Estados e cidades-sede Copa. De maneira geral, o projeto englobou a elaboração do inventário das emissões de GEE relacionados à Copa; os planos de

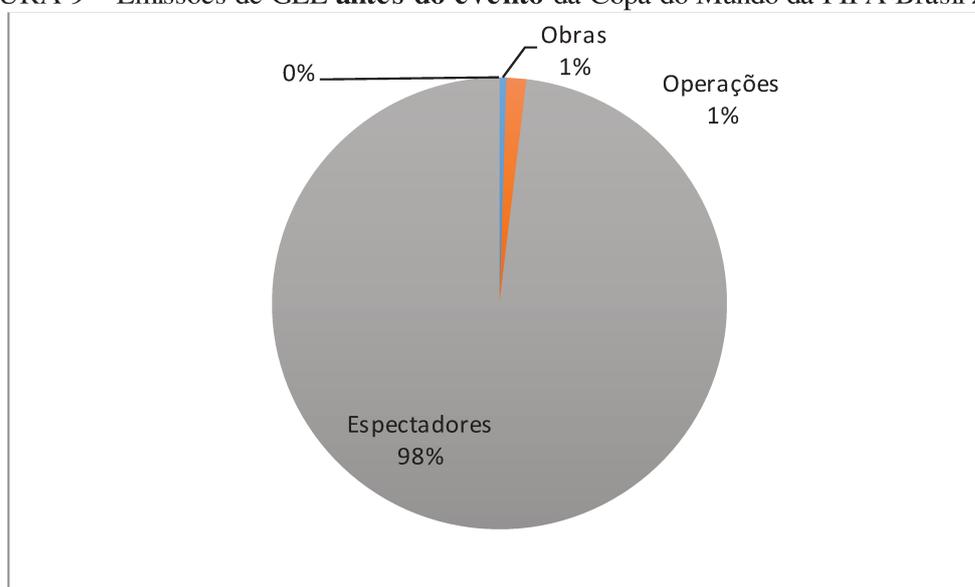
mitigação e compensação; além de uma validação da metodologia utilizada e dos resultados obtidos.

O cálculo das emissões de GEE da Copa do governo brasileiro foi o mais abrangente já documentado na história dos megaeventos. O governo utilizou critérios como materialidade das informações prestadas pelos “entes federados”, as consequências diretas e indiretas das emissões resultantes das atividades do Mundial, o controle operacional das obras e da realização do megaevento, além da influência direta do governo sobre os Estados, quanto ao fornecimento de suprimentos, por exemplo.

Também foram identificadas as ações desenvolvidas pelos estados e Cidades-Sede voltadas à mitigação das emissões, como a Certificação das Arenas, os Planos de Gestão de Resíduos e Reciclagem, as iniciativas de mobilidade urbana, o uso de combustíveis menos poluentes, como o biodiesel e o etanol, os projetos de ciclovias e os projetos de compartilhamento de bicicletas, replantios, dentre outros.

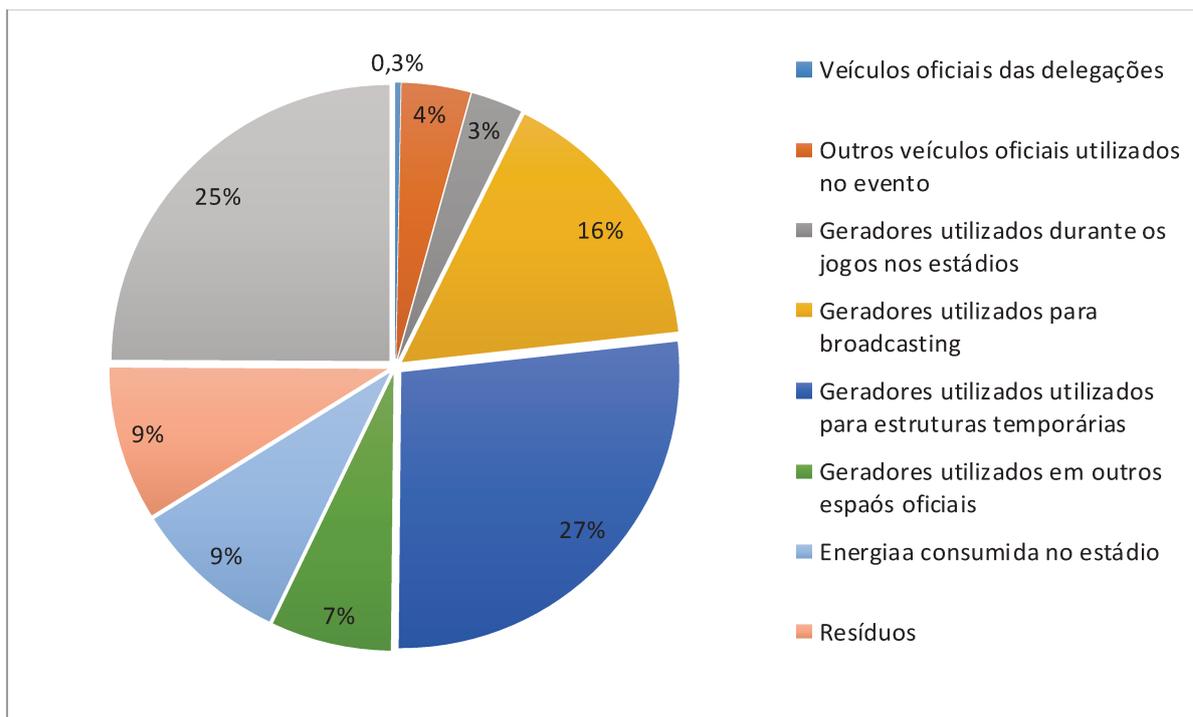
A maior parte das emissões veio das atividades relativas aos espectadores, porém, o inventário não tinha como objetivo previsões sobre emissões de GEE para o evento.

FIGURA 9 – Emissões de GEE **antes do evento** da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.



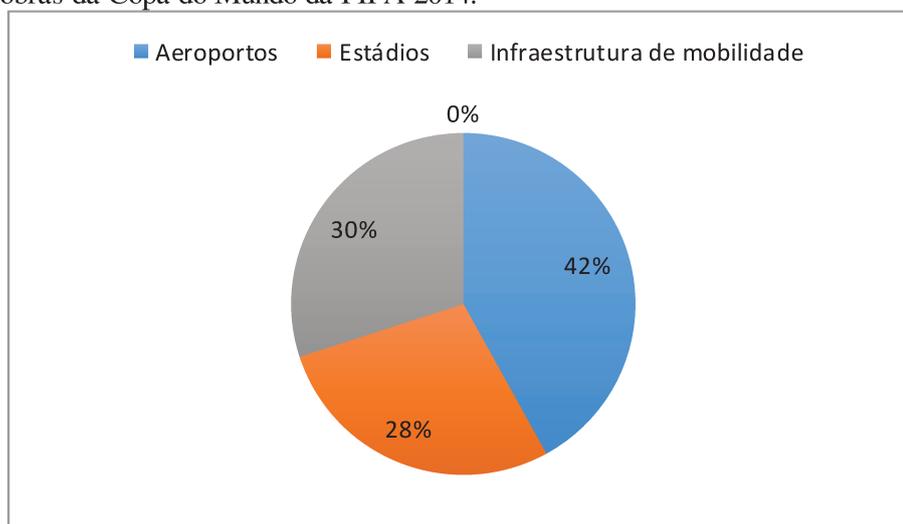
Fonte: Adaptado de (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

FIGURA 10 – Brasil: distribuição das emissões de GEE **antes do evento** decorrente das operações da Copa do Mundo da FIFA 2014.



Fonte: Adaptado de (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

FIGURA 11 – Brasil: distribuição das emissões de GEE **antes de evento** decorrentes das obras da Copa do Mundo da FIFA 2014.

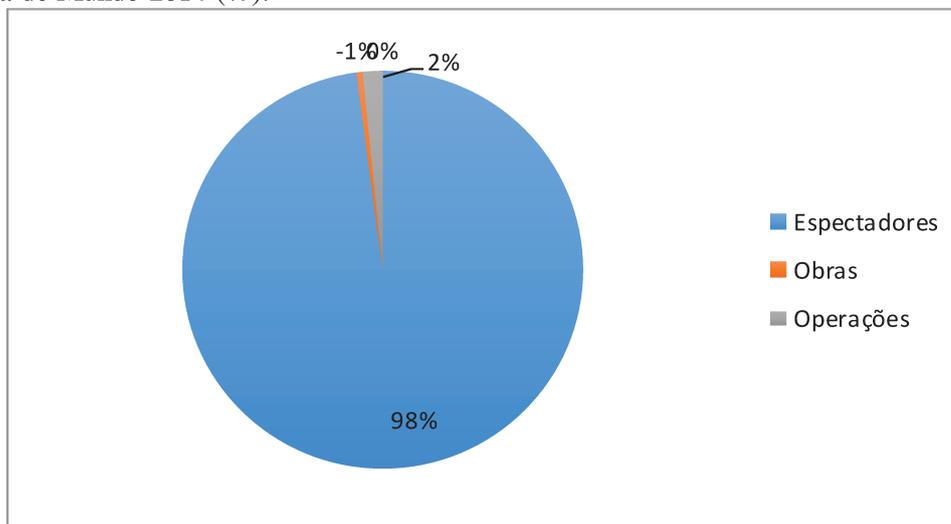


Fonte: Adaptado de (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

O inventário *Ex-Ante* não tinha como objetivo prever as emissões de GEE em valores, mas identificar e destacar as ações que mais poderiam gerar poluentes. Dessa forma, os consultores do MMA envolvidos na medição não previram, por exemplo, os

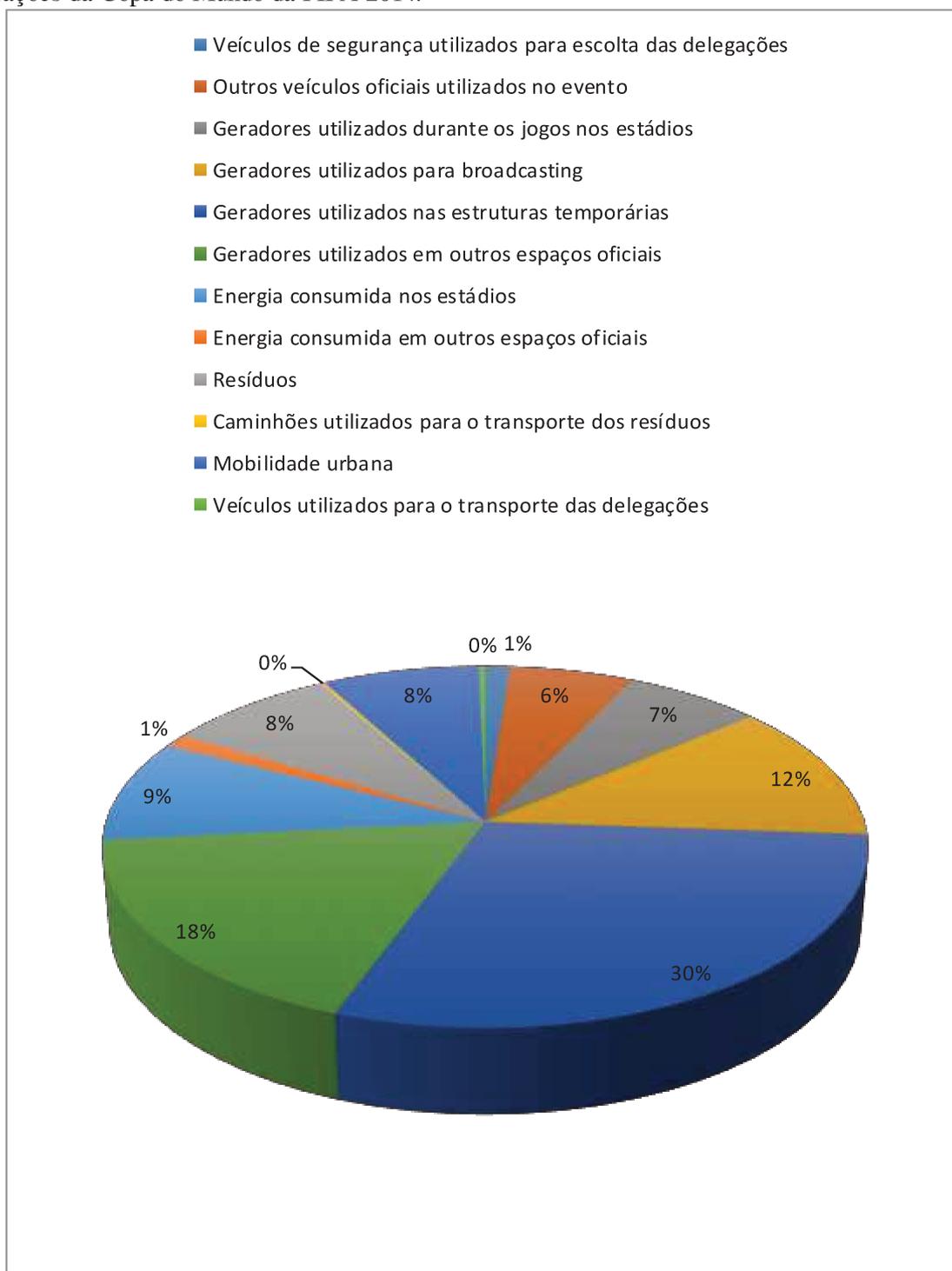
níveis de poluentes causados pelo apoio às delegações, mas foram precisos na indicação da principal fonte de poluentes: espectadores. Assim, os resultados das emissões **pós-evento** seguem abaixo:

FIGURA 12 – Brasil: Emissões de GEE pós-evento decorrentes da realização da Copa do Mundo 2014 (%).



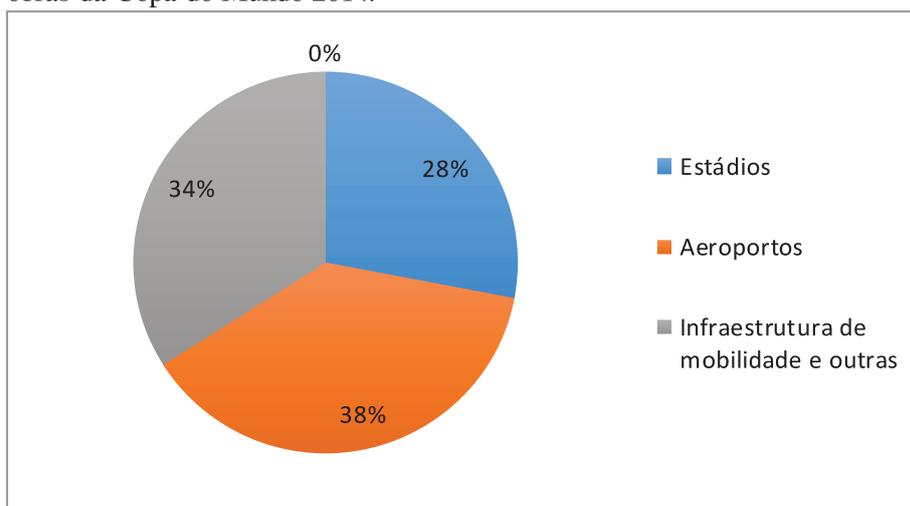
Fonte: Adaptado de (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

FIGURA 13 – Brasil: distribuição das emissões de GEE pós-evento decorrente das operações da Copa do Mundo da FIFA 2014.



Fonte: Adaptado de (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

FIGURA 14 – Brasil: distribuição das emissões de GEE pós-evento decorrentes das obras da Copa do Mundo 2014.



Fonte: Adaptado de (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

3.4 Outros legados da Copa

As ações de compensação das emissões de GEE também abrangeram as demais estratégias da CTMAS. Para a Gestão de resíduos e reciclagem (coordenação MMA), o governo federal abriu linha de apoio às cidades-sede para a inclusão de catadores e seis cidades foram contempladas com R\$ 2,3 milhões. Com o investimento, cerca de 710 catadores realizaram a coleta seletiva no entorno das arenas e festas oficiais para as torcidas em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal e São Paulo. Nas demais cidades-sede, as ações de coleta e reciclagem foram realizadas com recursos dos governos locais, com envolvimento remunerado estimado de 1.400 catadores.

Além disso, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) abriu linha de financiamento para estruturar a coleta seletiva em caráter permanente nas cidades-sede, o Projeto Cidades da Copa. Foram aprovados projetos em Brasília, Curitiba, Porto Alegre, e Rio de Janeiro, em um total de aproximadamente R\$ 79 milhões.

Com a campanha Brasil Orgânico e Sustentável (coordenação MDS em parceria com MDA, 18 mil voluntários participantes do Programa de Voluntariado do Governo Brasileiro (Brasil Voluntário) receberam um kit de alimentos orgânicos não perecíveis. Os produtos foram adquiridos junto a cooperativas e associações pelo MDS, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em uma iniciativa inédita. A alimentação inclui sucos orgânicos, castanhas, barras de cereais, frutas desidratadas, biscoitos e outros.

Durante os jogos, as cidades-sede receberam Quiosques de Comercialização de Produtos Orgânicos e da Agricultura Familiar, com produtores de vários biomas diferentes durante a Copa. Ao todo, cerca de 60 grupos e associações de produtores, ou 25 mil famílias agricultoras de todo o país, participaram da ação.

Já a campanha Passaporte Verde tinha como slogan "Eu Cuido do Meu Destino" e incentivava que consumidores e empresários optassem por práticas mais sustentáveis. Durante a Copa, a campanha se resumiu a uma plataforma de comunicação sobre consumo e produção sustentáveis, com portal interativo, aplicativo móvel e forte presença nas mídias sociais.

Os Roteiros Passaporte Verde, por exemplo, reuniam sessenta opções de passeios, a partir de cada uma das doze cidades-sede; as Jornadas da Sustentabilidade, que eram workshop de engajamento em práticas de ecoeficiência para hotéis, bares e restaurantes realizados nas cidades-sede e que geraram materiais para serem distribuídos pela internet; e o Compromisso Passaporte Verde, aplicativo por meio do qual proprietários e usuários poderiam autoavaliar para conhecer o nível de sustentabilidade do seu estabelecimento.

CAPÍTULO 4. MEGAEVENTOS E CONFLITOS SOCIAIS

É claro que o problema não é o futebol. O problema não é nem mesmo a existência de um torneio global como a Copa do Mundo. O problema é a forma como esses megaeventos são vinculados a imensos projetos de desenvolvimento usados como Cavalos de Troia neoliberais para forçar a aplicação de políticas que chocariam o mais empedernido dos cínicos: uma doutrina de choque do esporte. O povo do Brasil, que exige “hospitais e escolas no padrão FIFA” está mostrando ao mundo uma forma de imaginar como poderemos sair deste ciclo brutal. Os migrantes trabalhadores nepaleses, somente pela coragem de se mostrar, estão fazendo o mesmo. (ZIRIN, 2014, p. 202).

Os jogos da Copa do Mundo do Brasil foram realizados entre os dias 12 de junho e 13 de julho de 2014 com um desempenho da seleção alemã que virara o novo jargão nacional – a Alemanha venceu a Argentina por 1x0. Porém, ainda nas semifinais, a equipe da Alemanha revelou-se tão superior em campo que impôs um implacável 7x1 contra o Brasil³⁴.

A partir de então, o jargão nacional “Imagina na Copa”, que ganhou popularidade após as jornadas de junho³⁵ como crítica à realização das copas das Confederações, em junho de 2013, e do Mundo da FIFA, num futuro junho 2014, foi substituído quase que automaticamente pelo “7x1 para Alemanha”, para falar sobre qualquer assunto em que o Brasil despertasse decepção.

As manifestações de junho não surgiram do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de mobilizações – o MPL (que se organiza desde 2003 e idealizou a mobilização pelo direito ao transporte urbano), por exemplo, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis, as associações de prostitutas –. Todas essas mobilizações, que, entre “catraços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop³⁶.

Sediados nas 12 cidades-sede que receberam os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, a Ancop e os comitês populares se organizaram acionando elementos

³⁴ WIKIPEDIA. Final da copa do mundo FIFA de 2014. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Final_da_Copa_do_Mundo_FIFA_de_2014>. Acesso em: jun 2015.

³⁵ As “jornadas de junho” foram movimentos autogestionados que ocuparam as ruas de São Paulo em junho de 2013, às vésperas da abertura da Copa das Confederações.

³⁶ Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo.

condicionantes do projeto da Copa. Esse movimento multissetorial, que congregou inúmeras tendências e propostas, tem como principal característica a pluralidade de papéis desempenhados pelos protagonistas, que além de serem portadores da capacidade organizativa no interior da vida social, também emergiram como agentes políticos e mediadores entre a vida social e política.

É fato que a realização dos megaeventos – fundamentalmente, a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas do Rio 2016 - é observada como um momento central na vida dos brasileiros, para além do espírito ufanista que é sempre marcante nesse período. Dessa vez, a sua realização no Brasil esteve associada à ideia de aceleração do desenvolvimento, do processo de um país que usa as suas principais referências para reforçar estratégias econômicas pré-existentes.

Com fundo desenvolvimentista, como tratamos nos capítulos anteriores, podemos dizer que, no caso de algumas cidades-sede, alguns dos projetos urbanos mais importantes (tais como o sistema de metro metropolitano) são originários da candidatura para a Copa. Mesmo as obras projetadas anteriormente foram impulsionadas pela Copa, uma vez que tornaram-se verdadeiramente necessárias para garantir um evento de sucesso – e fixa um prazo final para a sua conclusão.

Portanto, esse “cenário da Copa”, para usar um termo cunhado por Kovac (2003) ao referir-se à 'cena olímpica', verifica-se que a Copa 2014 apresentou uma série de características distintivas. Seguindo o modelo do urbanismo multi-localização, as regiões de disputas se deram em áreas urbanas, como é típico de megaeventos. Talvez, por isso, o caráter pluralista dessa mobilização.

Com este espaço-tempo de concentrada territorialização, sustentabilidade constituiu um grande problema: nas áreas urbanas, houve multiplicação de investimentos em infraestrutura, serviços e instalações esportivas (Dansero et al., 2006), na expectativa de que no período pós-evento não se convertessem em “elefantes brancos”; enquanto também houve expansão da pressão em zonas relativamente intactas de interesse natural. Os impactos sobre o meio ambiente eram pesados, tanto durante a preparação do evento quanto posteriormente, tornando indissociável o debate e análise dos conflitos socioambientais da Copa.

4.1 Estratégias e conflitos em lugares em disputa

Na arena social, a Copa do Mundo 2014 reuniu numerosos agentes, liderados por diferentes lógicas e situado em diferentes escalas geopolíticas (veja a Figura 15), como vimos no início do capítulo três e agora adotamos de modo mais específico. Destacamos algumas delas:

- As organizações desportivas, incluindo a FIFA, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), GECOPA, as federações desportivas nacionais e internacionais – anexadas ao contexto porque o mundo do evento explorou os recursos locais para a criação das condições necessárias para a Copa.

- Atores políticos e institucionais, principalmente os membros do Comitê Organizador Local e as prefeituras das cidades-sede. Esses atores todos procuraram explorar a exposição oferecida pelo evento, conscientes do seu potencial para integrar o território em redes globais e atrair investimentos internacionais, além de nova produção e serviços, principalmente o turismo.

- As empresas participantes, patrocinadores e fornecedores, as câmaras de comércio locais, federações patronais, empresas de construção e conselhos de turismo.

- Associações ambientais, sociais e culturais locais, juntamente com setores da educação e da ciência, que foram envolvidos em uma série importante de reflexões sobre o futuro de cidades amplamente reformadas, e sobre os efeitos sobre a qualidade de vida de seus habitantes.

- Comitês Populares da Copa do Mundo, que organizava as lutas em comum entre todos os agentes envolvidos contra os impactos do megaevento nos locais em que eles aconteceriam.

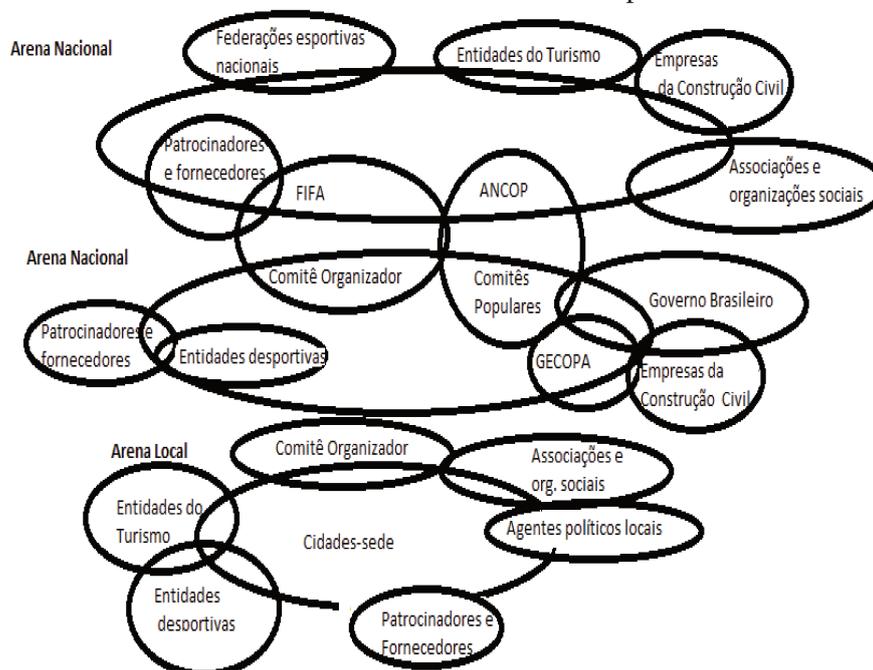
- A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo (Ancop), que estimulava a formação de comitês locais e a construção de uma agenda de ação local e nacional entre eles, recorrendo, inclusive, ao campo jurídico para impedir a realização das obras do megaevento. Disputou ativamente a narrativa dos jogos em “defesa dos atingidos pela Copa”.

Podemos amplamente distinguir aqui entre agentes “arena projeto” (aqueles que fazem a megaevento possível), e agentes “arena-contexto” (aqueles que não estavam diretamente envolvidos na organização do evento, mas que eram agentes influentes nas redes da Copa 2014). Um número de agentes (em particular, as autoridades municipais) equilibra a linha entre estas duas categorias, porque buscam realizar medidas que visem tanto os aspectos materiais do ordenamento do território e de imagem urbana

(DANSERO; MELA, 2007). Em três escalas, esses agentes disputaram o território da Copa do Mundo do Brasil em contextos locais, nacionais e internacionais.

O trabalho nesse meio de campo é significativo na medida em que envolve agentes da sociedade civil, sobretudo, através de estratégias de comunicação destinadas a criar legitimação e consenso sobre a realização dos jogos, para superar o elitismo da candidatura olímpica. No entanto, como foi o caso em outras edições de megaeventos, críticos e opositores foram progressivamente marginalizados.

FIGURA 15 - Arena de conflitos da Copa do Mundo 2014.



Fonte: Elaborada pela autora.

Nossa análise aqui se concentra sobre essa relação entre os agentes da sociedade civil e os organizadores do evento. Observando o contexto exposto no capítulo anterior, o primeiro ponto que considerando-se os riscos e impactos negativos em localidades anfitriãs impulsionados pelas obras de infraestrutura da Copa, o megaevento encontra dificuldades para parecer sustentável.

Para minimizar esse problema, ao longo desta tese discutimos como diferentes estratégias foram adotadas por organizadores de megaeventos de modo a reduzir seu impacto. Seguindo o “Green Goal”, estudamos a partir do projeto *ex-ante* a implementação da infraestrutura da Copa e a sua gestão *ex-post*, a fim de controlar, evitar ou minimizar os efeitos negativos do programa, e para reforçar os impactos positivos.

4.1.1 "Vozes dissidentes"

QUADRO 10 – ANCOP.

ANCOP – Associação Nacional dos Comitês Populares	
Objetivos	A ANCOP tinha como objetivo organizar os doze comitês populares nas cidades-sede, tanto burocrática quanto institucionalmente, incentivando os movimentos locais a discutirem e resistirem contra o projeto da Copa. Fundada em 2010, durante o Fórum Social Urbano.
Planos	<p>Plano geral para:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Crítica a megaeventos *Organizar os Comitês locais * Mobilização social * Busca por opinião pública
Site: http://rio.portalpopulardacopa.org.br	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de dossiês sobre o impacto negativo de megaeventos; • Monitoramento do impacto dos megaeventos antes, durante e após a sua realização; • Implementação de um plano de mídia para dar visibilidade às ações dos “atingidos” pela Copa.

Fonte: Elaborado pela autora.

O uso de análise qualitativa para investigar as associações, grupos e movimentos espontâneos que se mobilizaram contra o projeto de hospedagem da Copa do Mundo do Brasil, para realizar essa etapa da pesquisa. Ao dar atenção especial aos Comitês Populares da Copa do Mundo e da sua articulação nacional – ANCOP – reconhecemos sua ação ao longo de vários anos (realização de entrevistas semiestruturadas entre 2013 e 2015, com representantes das entidades que conseguiram visibilidade nacional para a suas reivindicações) que marcam a realização dos megaeventos do Brasil, a fim de identificar mudanças nas motivações de oposição e estratégias. A articulação liderou um verdadeiro movimento contrário à Copa.

Em geral, a mobilização contra a Copa foi composta um grande número de movimentos contrários à globalização, com destaque aos movimentos ambientais que encontraram escopo nesse cenário, ambos bem cobertos pela literatura internacional existente (WILLIAMS; MATHENEY, 1995; ROUTLEDGE, 2003; JÚRIS, 2004, FEATHERSTONE, 2005; LEWICKI; GRAY; ELLIOT, 2003).

Diferentes agentes integraram os comitês: movimentos urbanos por moradia popular, articulações dos povos indígenas, associações de prostitutas, universidades, entidades de defesa dos direitos humanos, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra, ambientalistas, fóruns temáticos de meio ambiente, redes de articulação por justiça social e ambiental, pesquisadores, entre outros.

QUADRO 11 - Comitês Populares da Copa do Mundo.

Comitês Populares da Copa do Mundo	
Objetivos	Os Comitês Populares da Copa do Mundo estavam situados em cada uma das cidades-sede do megaevento (Manaus, Brasília, Fortaleza, Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Cuiabá, Curitiba, Natal), com o objetivo de unificar os diferentes movimentos sociais no combate à execução da Copa, que denunciavam como avanço do capitalismo neoliberal disfarçado de 105 megaeventos.
Planos	Plano geral para: <ul style="list-style-type: none"> *Crítica a megaeventos *Org. os movimentos locais * Mobilização social * Busca por opinião pública
Site: http://rio.portalpopulardacopa.org.br	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização contínua; • Ações locais de resistência institucional; • Militância organizada; • Monitoramento do impacto dos megaeventos antes, durante e após a sua realização; • Gerar ações (fatos) para alimentar o plano de mídia dos “atingidos” pela Copa. • Estratégias de Comunicação locais: manutenção de sites e blogs, assessoria de comunicação e produção de conteúdos digitais e vídeos: <p>http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=3017 (Rio de Janeiro)</p>

	<p>https://atingidoscopa2014.wordpress.com/ (Belo Horizonte)</p> <p>https://comitepopularsp.wordpress.com/ (São Paulo)</p> <p>https://comitepopularpe.wordpress.com/ (Pernambuco)</p> <p>http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/ (Salvador)</p> <p>https://comitedacopa2014.wordpress.com/ (Fortaleza)</p> <p>https://copa2014curitiba.wordpress.com/ (Curitiba)</p> <p>http://acopano.df.blogspot.com.br/ (Distrito Federal)</p> <p>http://fpcopa2014manaus.blogspot.com.br/ (Manaus)</p> <p>https://comitecopa.wordpress.com/about/ (Cuiabá)</p> <p>http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/ (Porto Alegre)</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Em comum, as populações das cidades-sede evidenciaram o incômodo com o fracasso do projeto original da Copa do Mundo. Para a Ancop, o discurso “verde” mascarava a desconsideração pelos impactos causados pelas obras. É necessário lembrar que os grandes investimentos em estádios e obras de mobilidade urbana para os grandes eventos eram acompanhados de um discurso de sustentabilidade, mas desde o “Ato Olímpico” (Lei n. 12.035), os governos das 12 cidades-sede da Copa viveram uma versão moderna do totalitarismo, convencionalmente chamado de “*Estado de exceção*”, segundo Giorgio Agambem (2004, p. 12).

Também a lei, não apenas o futebol, foi adaptada.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (AGAMBEM, 2004).

Sistematicamente, os Comitês Populares locais e sua articulação nacional denunciaram, por meios próprios divulgação e autogestão em produção de conteúdo (ver quadros descritivos), a flexibilização da legislação ambiental vigente para a realização das obras da Copa e das Olimpíadas (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015, p. 99). Por exemplo, o

licenciamento do corredor viário que liga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, a Transcarioca, no Rio de Janeiro, foi feito mediante a apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sem a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015, p. 99).

A primeira versão do documento Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, organizado em 2012 pela Ancop, alertava que “o projeto Olímpico do Rio de Janeiro, não obstante eventuais efeitos pontuais positivos, expressa um padrão autoritário de intervenção pública e contraria as diretrizes do Estatuto da Cidade” (PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012, p. 70). Para tanto, o documento destaca a mudança na legislação urbana em cidades como Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro, de forma a atender aos parâmetros esportivos necessários nas intervenções urbanas. No Rio de Janeiro, a

Câmara Municipal [...] aprovou, sem consulta prévia aos órgãos técnicos da prefeitura, emendas apresentadas pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) liberando a construção de empreendimentos na praia da Joatinga e em ruas internas da Barra da Tijuca” (PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012, p. 59).

Acrescenta diversos casos de flexibilização do licenciamento ambiental em diferentes cidades-sede da Copa do Mundo. Em Natal, foram encontradas irregularidades na licença do Estádio Arena das Dunas e, em Cuiabá, na licitação e no licenciamento do teleférico da Chapada dos Guimarães (PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012).

A segunda versão do Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, de 2014, traz um capítulo inteiro sobre meio ambiente, que era transversal na primeira versão de 2012.

Os exemplos mencionados anteriormente revelam diferentes formas de acionar ou omitir a problemática ambiental quando conveniente. No caso das remoções aqui tratadas, o meio ambiente tornou-se justificativa para a remoção da população, pela necessidade de preservação das margens da Lagoa de Jacarepaguá, em que se localizam as Comunidades Vila Autódromo e Vila Arroio Pavuna. As precárias condições de saneamento básico, coleta de lixo e a presença de moradias nas áreas de preservação permanente seriam as razões pelas quais as comunidades prejudicariam o ambiente natural da margem da

Lagoa. (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015, p.94).

Em especial, o Dossiê destaca um caso de remoção com discurso ambiental com ganhou visibilidade nacional, o caso da Comunidade Vila Autódromo, que exemplifica um caso de reivindicação de participação popular no processo de urbanização da comunidade.

Para o enfrentamento da situação de violação de direitos ocasionados pelas remoções, a Comunidade Vila Autódromo tomou a iniciativa de elaborar um Plano Popular, de forma participativa, para mostrar que sua permanência é viável e compatível com a proteção ambiental (ver capítulo Moradia) de urbanização, com o apoio das Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do ETTERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do IPPUR e da Universidade Federal Fluminense (UFF), elaborado de forma participativa e denominado “Plano Popular da Vila Autódromo” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015, p. 94).

O principal argumento da Prefeitura do Rio de Janeiro para as remoções era que pelo menos 15% da comunidade estava em Área de Preservação Permanente (APA). “A questão ambiental é acionada para sua total remoção. Diante da fragilidade do argumento, a prefeitura apresentou outros projetos para tentar a remoção, incluindo uma alça viária que cortaria dois córregos e implicaria em aterro na FMP” (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015, 94).

Após dois anos de negociação, vinte das 600 famílias conseguiram permanecer na área vizinha ao Parque Olímpico, em moradias permanentes. E viraram notícia internacional no jornal El País, com o título da matéria: “Vila Autódromo. A comunidade que venceu os Jogos Olímpicos”.³⁷ (SASTRE, 2016).

O documento destaca ainda a construção do movimento Golfê para Quem?, que mais ganhou visibilidade nos meses que antecederam as Olimpíadas. Após 112 anos fora dos jogos, o golfe ganhou um Centro Olímpico de Golfê construído em um terreno dentro de 58,5 mil metros quadrados de uma Área de Preservação Permanente em Marapendi, na Barra da Tijuca, importante remanescente de Mata Atlântica, considerada

³⁷ Disponível em:

(http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/25/politica/1469450857_996933.html).

Patrimônio Nacional pela lei 11.428 e que engloba dois frágeis ecossistemas - a restinga e o manguezal - essenciais para a manutenção da biodiversidade e do clima local.

A compreensão sobre esses movimentos em torno dos megaeventos corrobora estudos recentes sobre coalizões de movimentos que, embora ainda de fundo de resistência neoliberal e mantendo uma grande variedade de objetivos, valores e modelos de organização, têm sido capazes de obter a convergência ideológica e compartilha formas de ação (DELLA PORTA; TARROW, 2005; RUGGIERO; MONTAGNA, 2008). David Harvey aponta que seriam as novas “lutas de classes” (2006), enfatizadas pelas oportunidades oferecidas pelos eventos internacionais, como as conferências da ONU Rio (1992) e de Joanesburgo (2002), reuniões do G8, portanto, megaeventos esportivos.

Nessas análises, a ênfase é colocada na ligação temporária entre diferentes culturas e 'repertórios de ação' (DELLA PORTA; MOSCA, 2003; DELLA PORTA, 2006) em oposição a um adversário comum (neste caso, o capitalismo/neoliberalismo), a partir de diferentes características do que está em primeiro plano por cada movimento, tais como a posição dominante das empresas multinacionais, a exclusão das minorias (DOSSIÊ, 2013) e a destruição do ambiente (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2013; HEYNEN; ROBBINS, 2005). Esta última abordagem é altamente relevante para esta investigação sobre protestos contra a Copa, que marcou uma convergência momentânea de grupos e organizações de diferentes orientações ideológicas e estruturas de movimento. Desde a justiça global e grupos ambientais marginalizados, muitas vezes associados à organização nacional e internacional para dar amplitude às denúncias e reivindicações reformistas (DRYZECK, 2005).

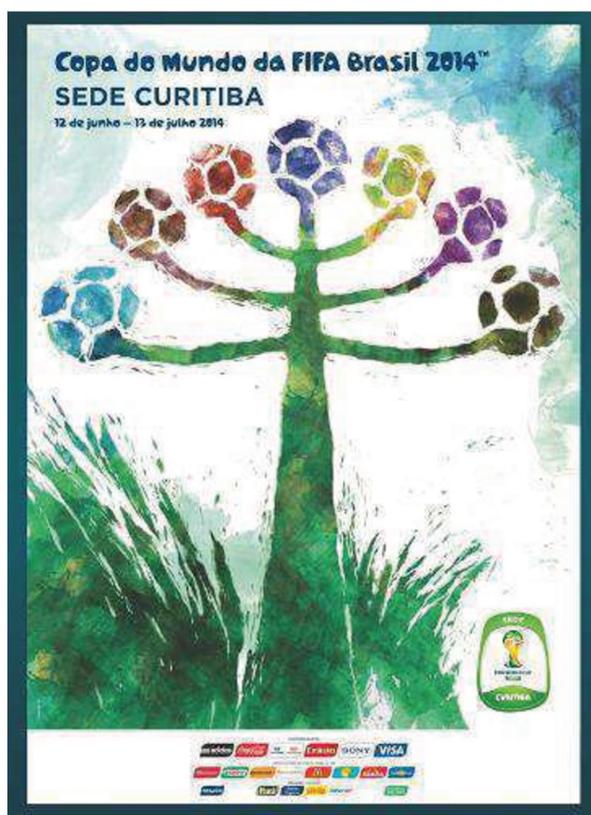
Também membros da Ancop e líderes do Comitê Popular de Recife (PE), o Movimento #OcupeEstelita e do grupo Direitos Urbanos (DU) denunciam a privatização controversa do Cais José Estelita, na bacia do Pina, no Centro da Cidade. A área de 10 hectares foi comprada pelo Consórcio Novo Recife em 2008 para ser usado em um empreendimento imobiliário orçado em R\$ 800 milhões e que previa a construção de 12 torres com até 40 andares.

Objeto de cinco ações judiciais, o movimento alcançou vitória quando a Justiça Federal anulou o leilão do Estelita (ROCHA, 2015). Além de universitários e professores, participam do movimento o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Os questionamentos judiciais, tanto na Justiça Estadual quanto na esfera Federal, questionam a lisura do leilão do terreno (motivo de ação judicial movida pelo Ministério Público Federal); a ausência de Plano Urbanístico exigido pela Lei Municipal 16.550; o parcelamento do terreno (Lei Federal nº 6.766/76 e Lei Municipal nº. 16.286/97); a ausência de Estudo de Impacto Ambiental (contrariando o disposto no art. 225, § 1º, inciso IV, art. 16 da Lei Municipal nº. 16.176/96 e artigos 10 e seguintes da Lei Municipal nº. 16.243/96, Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife) e de Estudo de Impacto de Vizinhança (exigência prevista no Estatuto das Cidades na Lei nº. 10.257/2001, art. 188); além da ausência das licenças do DNIT, Iphan e ANTT. Por ser uma área sob questionamento judicial, não se pode construir nada até que todos os processos sejam concluídos.

Em Porto Alegre, “jovens” armaram redes em árvores que seriam cortadas na região da Usina do Gasômetro, para resistir à urbanização da Avenida Beira-Rio, onde também está localizada a arena homônima reformada para a Copa do Mundo de 2014. Os ativistas resistiram por 40 dias, mas foram surpreendidos por uma ação da Brigada Militar na madrugada do dia 29 de maio de 2013. Encaminhados aos 9º Batalhão de Polícia Militar, foram liberados na manhã seguinte.

FIGURA 16 - Cartaz copa do mundo FIFA 2014, sede Curitiba



Fonte: PORTAL DA COPA, 2014.

FIGURA 17 – Corte de árvores em Porto Alegre.



Fonte: BERNARDI, 2013.

FIGURA 18 – “Jovens” amarram redes em árvores que seriam cortadas.



Fonte: DINIZ, 2013.

FIGURA 19 – Constação contra o corte de árvores.



Fonte: AGAPAN, 2013.

Do ponto de vista dos ambientalistas, a ação conjunta foi uma maneira de assegurar que os impactos ambientais do desenvolvimento da infraestrutura da Copa fossem levados em consideração – por esses grupos de resistência, principalmente - desde as fases iniciais do processo de tomada de decisões e seu consequente monitoramento. Mais ainda, a mobilização dos recursos financeiros utilizados na organização das lutas foram obtidos sobre a argumentação ambientalista.

“A Copa do Mundo no Meu Lugar” foi o nome do programa desenvolvido pelo Fundo Socioambiental Casa com o objetivo de incentivar e capacitar as associações comunitárias e ONG’s para desenvolver estratégias de comunicação que tornassem públicas histórias de resistência contra os impactos dos megaeventos esportivos. Todos os contemplados integraram os Comitês Populares. Abaixo, a lista de projetos apoiados e suas definições (CASA, 2014):

✓ Ação Comunitária Caranguejo Uçá, Pernambuco, Brasil, \$ 4.967,71: Envolver a comunidade e Território Pesqueiro Ilha de Deus, numa dinâmica de aprendizado e consciência vivencial, de forma criativa e sustentável, gerada a partir do empoderamento político social e humano proporcionado pela participação de forma direta ou indireta nas ações do Núcleo de Comunicação (Cine clube, TV Mocambo, Formação em audiovisual, a Radio Comunitária Boca da Ilha), o Teatro de Rua Trilha, as aulas de Música, o incentivo à pesquisa através de biblioteca comunitária, e a Ação ambiental de

visita reflexiva e educativa a área de mangue local, maior Manguezal urbano do Brasil, com ênfase na percepção das formas predatórias na relação do homem com o meio.

✓ Associação Alternativa Terrazul, Brasil, \$ 6.557,38: Realizar um encontro em Brasília que reúna as entidades do Campo Socioambiental, articuladas pelo FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento) para avaliar os impactos ambientais e determinar curso de ações em relação à Copa do Mundo.

✓ Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (ABAT), Rio de Janeiro, \$ 6.060,61: com a organização e o fortalecimento comunitário da Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (um dos pontos mais acessíveis e, portanto buscados por turistas), capacitando e estimulando para a gestão da organização e do turismo de base comunitária, habilitando o grupo no projeto do governo federal “Parques da Copa”.

✓ Comissão de Moradores do Pico do Santa Marta, Rio de Janeiro, \$ 4.967,71: Resgatar a história do Pico do Santa Marta no momento em que essa área, a mais antiga do morro, corre o risco de ser invisibilizada com a ameaça de remoção de 150 famílias, inclusive do morador mais antigo da comunidade, seu Manoel Isidoro, que tem 60 anos de pico, e de famílias que ocupam o local há 5 gerações. O objetivo é impedir a remoção dessas 150 famílias e resgatar seu conhecimento do ambiente natural local para viabilizar alternativas de renda como monitores ambientais e de turismo comunitário aos moradores.

✓ Comitê Popular da Copa – BA, Bahia, Brasil, \$ 4.967,71: Fortalecer a Comunicação do Comitê Popular da Copa – BA para ampliar as ações de denúncias das violações de Direitos Humanos, do Direito à Cidade e os impactos ambientais negativos promovidos direta ou indiretamente pelos megaeventos esportivos na cidade de Salvador, bem como, disponibilizar informações e/ou relatos sobre experiências exitosas no âmbito da atuação do Comitê e dos diferentes parceiros que o integram.

✓ Comitê Popular da Copa Natal/RN, Rio Grande do Norte, Brasil, \$4.967,71: Organizar uma frente de atuação visando denunciar as violações dos Direitos Humanos, em especial o Direito à Cidade e o Direito Ambiental, divulgar nossas atividades, criar campanhas e garantir a visibilidade das mesmas.

✓ Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, \$ 4.967,71: Materializar em formato audiovisual e fotográfico a memória com o registro de histórias sobre estas comunidades periféricas da zona sul de Porto Alegre, sobre as

peças e o ambiente onde vivem estas comunidades que estão sofrendo os impactos das obras da Copa do mundo e sendo vítimas de violação de direitos humanos. Utilizar essa ferramenta para a organização da comunidade, envolvimento do sujeito violado e apropriação do mesmo sobre a conjuntura e os principais aspectos que devem ser levados em consideração ao identificar onde e como ocorre a violação de direitos e principalmente quem é e qual a responsabilidade de quem está violando o direito, além de dar conta de contribuir para o entendimento do dano causado ao patrimônio ambiental daquele lugar, dentro dessa conjuntura de disputa com a especulação imobiliária.

✓ Comunidade Lauro Vieira Chaves, Fortaleza, Ceará, \$ 4.967,71: Realizar um filme para registrar a luta vitoriosa da comunidade Lauro Vieira Chaves e inspirar outras organizações populares na luta pela garantia de direitos humanos e mobilização popular em prol de melhorias na qualidade de vida coletiva nas cidades. A história pretende mostrar como os personagens em questão conseguiram alcançar suas reivindicações abordando também a relação pessoal entre eles próprios e com o local onde moram.

✓ Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Brasil, \$ 6.557,38: Realizar um levantamento dos principais impactos ambientais que resultam das obras e mobilizações em prol da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

✓ Grupo de Turismo da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, Fortaleza, \$ 6.150,39: Promover formação para o fortalecimento da participação da juventude no turismo Comunitário, na defesa do território e da biodiversidade, na Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde e na Rede Tucum - "Entre estes desafios destacamos a necessidade de construir uma reflexão crítica sobre "a preparação da Zona Costeira cearense" para realização da Copa do Mundo de 2014, considerando o vivido durante a Copa das Confederações, avaliamos que as realizações desses eventos promovem a ampliação da especulação imobiliária, impactando as populações pobres".

✓ ID, São Paulo, Brasil, \$ 4.967,71: Realizar documentário (finalização e distribuição) para conscientizar a população e as gestões governamentais sobre a importância de maior transparência e planejamento nas reformas públicas de infraestrutura urbana, com o objetivo de difundir a informação sobre os altos impactos sociais e ambientais provocados, impactos em função de grandes eventos como o da Copa do Mundo de 2014.

✓ Instituto Caracol, Mato Grosso, Brasil, \$ 4.967,71: Desenvolver um estudo de caso na Escola de Educação Indígena Jula Pará da T. I. Umutina para proporcionar uma análise participativa do contexto sociocultural por conta do esperado impacto do turismo previsto durante a Copa em sua comunidade.

✓ Instituto Cidade Amiga, Mato Grosso, Brasil, \$ 6.358,67: Divulgar informações para a sociedade sobre os impactos socioambientais dos projetos relacionados ao plano de mobilidade urbana para Copa Pantanal, em Cuiabá.

✓ Instituto Econsciência, Porto Alegre, \$ 4.802,59: Produzir um vídeo que mostre a importância da zona rural para a cidade e que fortaleça a resistência dos moradores da zona extremo sul de Porto Alegre, frente à especulação imobiliária gerada pela Copa do Mundo 2014. A zona rural de Porto Alegre tem-se transformado em uma área que exerce forte atração sobre dois grupos urbanos. O primeiro é o dos grandes empreendimentos imobiliários, uma vez que é uma região que oferece uma qualidade de vida diferenciada em relação ao centro urbano. E o segundo é aquele que tem sido expulso do centro em decorrência das obras da Copa. Este grupo é "empurrado" para áreas ambientalmente vulneráveis para viver, muitas vezes em condições socialmente vulneráveis.

✓ Plataforma Copa Favela 2014, Pernambuco, Brasil, \$ 4.967,71: Produzir e exibir um vídeo para sensibilizar a população quanto à questão das remoções, dando visibilidade aos problemas das pessoas atingidas, aos impactos ambientais causados por obras construídas sem EIA/RIMA, dentro da APA da bacia hidrográfica do Rio Beberibe.

✓ Vila Autódromo e Arroio Pavuna: Lutas e Resistências, Rio de Janeiro, \$ 4.967,71: As duas associações se uniram para resistir às remoções e lutar pela melhoria ambiental da área. As duas comunidades atuam no Subcomitê da Bacia do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, e estão procurando soluções para melhorar sua qualidade ambiental, como fossas verdes, reflorestamento e recuperação da mata de restinga da beira da Lagoa.

Com os recursos oriundos do programa, após oficinas de comunicação e produção audiovisual, jovens da comunidade Lauro Vieira Chaves produziram um vídeo sobre a história ambiental da comunidade, com depoimentos dos mais antigos moradores contando as transformações que testemunharam na localidade, que foi usado para contrapor o trajeto do VLT em Fortaleza, projeto sequer concluído. Entre os idealizadores do vídeo, Gabriel Matos, relata o engajamento e o impacto do apoio do fundo.

Em 2010, logo quando foi dito que Fortaleza ia sediar a Copa, agentes do Metrofor, responsável por construir o VLT, mediram e tiraram fotos das nossas casas sem nos informar para que aquilo. Semanas depois fomos chamados a um auditório em que anunciaram os valores que pagariam pelas desapropriações. Teve casa avaliada em R\$ 4mil. A minha foi avaliada em R\$ 12 mil, mas um corretor amigo meu avaliou em R\$ 30 mil. Então, os valores eram muito baixos. Aí começamos a nos organizar, foi tirada uma comissão pra representar a comunidade junto ao Comitê Popular da Copa e conseguimos vitórias. No início seriam removidas 203 casas, e hoje foram removidas apenas 66. Sendo que dessas 66, 10 poderão voltar a uma sobra de terreno que vai ficar. (MATOS, 2014).

E complementa.

Conseguimos isso pela mobilização. Tendo audiências públicas e negociando com o governo. Já que ele não ia precisar do terreno todo, então a gente queria que ele cedesse o resto do terreno pra gente reconstruir novamente. E a gente conseguiu também com que o conjunto habitacional, que ia ser construído a 14km da comunidade, fosse construído a três quadras. Assim, lá a gente tá se mobilizando junto ao Comitê contra a Copa e tudo. E a gente sempre grita que “Não vai ter Copa”. (MATOS, 2014).

Membro do comitê de Porto Alegre, Fernando Campos Costa, da organização não governamental (ONG) Amigos da Terra, assume a crítica à construção do espaço institucional de oposição à versão oficial de sustentabilidade da Copa. Transcrevo trechos longos da entrevista com fim à discussão:

É mais uma coisa que vai de legado, vai ser essa legislação, as ferramentas, a validação da economia verde pra sociedade como um todo, então, normalmente sem uma discussão [interna]. Acho que é [o meio ambiente] uma compreensão um pouco difícil de trabalhar muito no plano geral, tem que ir no específico, tem que ir pra lá pra comunidade fazer essa reflexão juntos. Aqui [eventos nacionais] é bem difícil de colocar, porque acaba ficando um tema periférico. Parece não tanto, mas quando a gente trabalha isso na base, a gente tem em algumas comunidades essa ideia de que a importância do ambiente, eles não querem só o lotezinho, eles não querem só a casa. Ele quer um ambiente, ele quer um local saudável pra viver. (COSTA, 2014).

Para o ativista, a questão ambiental ainda é uma interrogação para as comunidades de “atingidos pela Copa”, mais adaptadas a questões objetivas de sobrevivência, como moradia e trabalho, mas que é presente no imaginário. Em parte, porque a discussão ambiental é discriminada pelos movimentos sociais urbanos, enquanto já é melhor recebida pelos movimentos do campo.

Então, essa é uma compreensão mais ampla: é a partir de uma situação agora da Copa, eu vou me juntar com o cara que perdeu com a Vale, juntar com o cara que tá pentelhando com a TKSA, pilhando com o cara do Belo Monte, sabe, do agronegócio. Enxergar o mesmo inimigo. [...] O inimigo é o sistema capitalista, é essa forma de financiarizar as relações. Numa linguagem mais atual é colocar catraca em tudo. Então, tudo hoje na vida é mais cercado, mais privado, então isso é a propriedade privada. Entra nesse contexto como um tema que a partir da primeira cerca isso tudo começou a acontecer. Essa ideia de é essa a pegada que deixa esse sistema, pegada de injustiça e destruição. Pra eles é a lógica do mercado: quanto menos, maior o valor. Quanto menos ambiente saudável tiver, mais vai valer essas condições aí que eles querem. O meio ambiente é publicidade, essa lavagem-verde. [...] O tema ambiental há muito tempo foi rechaçado nas discussões mais esquerdas e isso é responsabilidade, inclusive, do próprio movimento ambiental, como se colocava em sua origem, em seu processo, sua caminhada. E eu acho que hoje é saber entender isso aí e saber dialogar em busca de relação e de quem tu quer estar. Eu quero estar com as empresas ou com a comunidade do Morro de Santa Tereza?! Então, é isso, o que é prioridade pra mim? Não negociar essas coisas, como acontece com várias organizações que a gente aqui e que hoje estão à frente dessas políticas. (COSTA, 2014).

Por outro lado, os novos temas ambientais, como o pagamento por serviços, o REED e todo o repertório em torno dos negócios ambientais internacionais, segundo o ativista, ainda são elementos tanto discursivos quanto materiais desconhecidos pela maior parte da população.

Como o tema do REED que estão usando todas essas ferramentas de carbono para fazer essas negociações internacionais. Todos os temas de serviços ambientais que tão rolando, inclusive nas cidades começando, a relação até com os próprios catadores que tem tido essa relação também com os serviços ambientais. Então, é isso. A gente tinha muito essa discussão no campo, já faz alguns anos que a gente vem fazendo. Agora, dentro da cidade essa discussão é muito pouco feita. A gente acredita que tenha uma intencionalidade nessas políticas, que a princípio é isso, a gente precisa da imagem, a gente precisa da imagem do catador, do agricultor, do índio, do quilombola no seu ambiente natural, feliz, alegre. Eles precisam ter alguns símbolos pra poder mostrar,

porque esse mercado que vai dar dinheiro pra eles é a redução das empresas, é a área do agronegócio, aí ele tem volume, vai ter volume nesse mercado deles e a outra lógica, é a lógica inversa do mercado, tipo: quanto menos tiver, mais vai valer esse carbono. Hoje esse carbono não vale nada, tá lá embaixo, quando começar a mídia a falar, a aterrorizar as pessoas com culpa, as pessoas vão entrar em pânico, muitas pessoas já estão assim, achando que tem que pagar como se fosse pecado, eu pequei então tenho que ir lá, tenho que... é assim que a gente tem visto essa relação complexa. Então, é meio complexo. (COSTA, 2014).

Os grupos dominantes nesse ambiente socialmente descrito são um elemento básico da oposição à construção das obras da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo 2014, orientados pela GECOPA. Mas houve grupos ambientalistas mais tradicionais – caso do mascote da Copa - que também construíram narrativas críticas ao projeto, estes, mais ativos historicamente no país.

QUADRO 12 – GECOPA.

GECOPA	
Objetivos	A GECOPA tinha como objetivo gerenciar o desenvolvimento do projeto da Copa do Mundo do Brasil 2014.
Planos Site: www.portaldacopa.gov.br	<p>Plano geral para:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Infraestrutura *Projetos de turismo *Legados *Reconhecimento <i>middle-class</i> <ul style="list-style-type: none"> • Seleção das cidades-sede que melhor se adaptaram às diretrizes FIFA; • Monitoramento do impacto dos megaeventos antes, durante e após a sua realização; • Implementação de um plano de mídia para dar visibilidade positiva à Copa.

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 13 – CTMAS.

CTMAS	
Objetivos	A CTMAS foi o Câmara de Trabalho em Meio Ambiente e Sustentabilidade, interministerial, gestada pelos ministérios do Esporte e do Meio Ambiente.
Planos	<p>Plano geral para:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Planejamento em sustentabilidade * Cidades-sede Verde * Turismo sustentável * Busca por opinião pública <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da implantação, pelas cidades-sede, das diretrizes do Green Goal; • Monitoramento do impacto dos megaeventos antes, durante e após a sua realização; • Busca pela opinião pública; • Sustentabilidade como impacto positivo.

Fonte: Elaborado pela autora.

As várias associações/organizações consideradas são apresentados no quadro de classificação por ação, mantendo a distinção entre associações internacionais/nacionais/locais, com uma descrição das principais características de cada ação. As organizações internacionais em causa – Organização das Nações Unidas (ONU), Anistia Internacional, Greenpeace e Rede Jubileu Sul, estavam ativos através de suas representações locais.

QUADRO 14 – Organizações/associações.

Organização/ Associação	Esfera Ambiental	Esfera Ética
Internacionais ANCOP REDE JUBILEU SUL	<ul style="list-style-type: none"> - Foco no monitoramento do evento; - Disseminação de informações contrárias à dos organizadores - Preocupação com o impacto dos megaeventos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Denúncia nas redes internacionais de Direitos Humanos sobre as remoções e “abusos” no processo de execução da Copa. - Preocupação com o campo da legislação.

	- Mobilização nacional e internacional para denunciar as violações.	- Envolvimento da opinião pública contra da Copa.
Nacionais CONECTAS Comitês Populares Locais	- Preocupação com o impacto ambiental de megaeventos no Brasil, particularmente, sobre as necessidades para a realização do evento e a reivindicações das comunidades “atingidas” pela Copa.	

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 15 – Classificação das organizações de acordo com a escala de ação.

Classificação de acordo com a escala de ação		Aparecimento e envolvimento (partes destacadas) na vida útil da cidade								Esfera da ação		
										Esfera Ambiental	Esfera Ética	Esfera Civil
Ação Internacional	FIFA											
	Governo Brasileiro									x	x	
	Patrocinadores											
	ANCOP									x	x	X
	Empresas vinculadas											
Ação Nacional	GECOPA									x		
	CTMAS									x		
	Ministérios									x		
	Comitês Populares											
Ação local	Organizadores locais									x		
	Comitê Popular – Manaus									x	x	X
	Comitês Populares - Fortaleza									x	x	X
	Comitês Populares – Brasília									x	x	X
	Comitês Populares – Natal											

	Comitês Populares – Recife										x	x	X
	Comitês Populares – São Paulo										x	x	X
	Comitês Populares – Rio de Janeiro										x	x	X
	Comitês Populares – Curitiba												
	Comitês Populares – Porto Alegre										x	x	X
	Comitês Populares – Salvador										x		X
	Comitês Populares – Cuiabá												X
	Comitês Populares – Belo Horizonte												
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016				

Fonte: Elaborado pela autora.

Ação local	Organizadores locais							x		
	Comitê Popular – Manaus							x	x	x
	Comitês Populares - Fortaleza							x	x	x
	Comitês Populares - Brasília							x	x	x
	Comitês Populares - Natal									
	Comitês Populares - Recife							x	x	x
	Comitês Populares – São Paulo							x	x	x
	Comitês Populares – Rio de Janeiro							x	x	x

CP- Manaus	Red	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue	White	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Yellow	Light Blue
CP-Cuiabá	Red	Light Blue	White	Light Blue								
CP- Curitiba	Red	Yellow	Light Blue	White	Light Blue	Light Blue	Light Blue	Light Blue				
CP- Porto Alegre	Red	Yellow	White	Yellow	Light Blue	Red						
CP- Belo horizonte	Red	Yellow	White	Light Blue	Yellow							
CP- Brasília	Red	Yellow	Light Blue	Yellow	White	Light Blue						
CP- Natal	Red	Light Blue	White									

Fonte: Elaborado pela autora.

Nível de comunicação e cooperação

Vermelha: alta

Amarela: média

Azul: baixa

Na esfera internacional, a ANCOP denunciou o governo brasileiro sobre aquilo que ela denominou como “abusos cometidos em nome da Copa do Mundo”. No dia 4 de março de 2013, a representante da entidade, Gisele Tanaka, falou aos delegados da 22ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, para cobrar posição da organização quanto às remoções ocorridas para a construção de obras vinculadas ao megaevento. Na ocasião, citou as redes Conectas, Rede Jubileu Sul e Witness e a apresentação do relatório da Relatoria Especial da ONU sobre Direito à Moradia Adequada, feita pela Urbanista Raquel Rohnik, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) uma das articuladoras da Ancop.

“Esperamos que a comunidade internacional se mobilize e que o Brasil responda aos questionamentos da Relatoria especial para o Direito à Moradia, tomando medidas efetivas para que família tenha que sofrer com a ameaça das remoções forçadas” (ROLNIK apud PORTAL POPULAR DA COPA, 2013).

Esse grupo de agentes da sociedade civil se reuniu no 1 Encontro Nacional dos Atingidos pela Copa do Mundo - “1 Encontro dos(as) Atingidos(as) – Quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos”, em Belo Horizonte, entre os dias 1 e 3 de maio de 2014, como um último ato nacional e internacional de denúncias sobre as violações e como absorver as manifestações em massa que ainda impactavam o país contra o Governo Brasileiro e a priorização de megaeventos.

Os comitês de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro³⁸ e Porto Alegre se mostraram notáveis na organização da articulação nacional e, mais especialmente, para o tema deste estudo sobre a questão ambiental nesse contexto. Quando exploramos essa forma de auto identificação no contexto dos comitês locais, percebemos que ela ocorre mais explicitamente em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde a articulação local adotou o nome de Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de 2014 (COPAC) para identificar a sua atuação, como pode ser constatado no blog mantido no endereço eletrônico: <http://atingidoscopa2014.wordpress.com/>.

Belo Horizonte foi o único comitê que teve desde o início o nome de “atingidos”. Na época, a construção dos comitês foi feita de forma muito diversa em cada cidade. Em algumas cidades foram mais ONG's que estiveram a frente, em outras foram os movimentos sociais e, aqui, um pouco pelo caráter das organizações que estavam

³⁸ A realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro previstas para ocorrer em 2016 impede a continuidade do trabalho de campo, prazo final da entrega deste documento de tese, já que existe vasta literatura produzida sobre o megaevento por núcleos e grupos de pesquisas localizados na referida cidade.

assumindo, a gente sonhou em um comitê que fosse organizado e voltado pra luta dos atingidos, por isso, os atingidos pela copa são as pessoas que desde há quatro anos começaram a sofrer os impactos da Copa do Mundo. São trabalhadores barraqueiros do Mineirão, trabalhadores informais, pessoas que perderam a moradia, pessoas em situação de rua, todos esses grupos são os atingidos. Nossa ideia era constituir uma articulação ampla desde os atingidos no comitê de belo Horizonte e não no órgão de denúncia e de organização. A gente queria mesmo que fosse uma organização popular. (MIRANDA, 2014).

A questão ambiental não emergiu como um recurso isolado naquele momento de articulação em que as remoções das famílias atingidas pela Copa assumiam essa posição de bandeira de luta.

Acho que a questão ambiental e ecológica é a vida das pessoas. A gente não percebe claramente em conflitos urbanos que corpo e natureza estão juntos. Quando a pessoa luta pela casa ela luta por espaço de comunidade, um espaço onde ela tem integração, onde ela construiu sua casa, tem sua mangueira, tem as suas coisas. Então, entra primeiro por aí. A luta pela moradia, pelo trabalho popular é uma luta também contra a perversidade dessa lógica capitalista e, por isso, eu acredito também, uma luta ambiental. Além disso, a gente discute muito modelo de mobilidade urbana que hoje o país tá implementando e fortalecendo com a Copa do Mundo que é baseado em veículos unimodais, pra uma pessoa, privado, causa muito mais poluição na cidade, na vida das pessoas. Então todas essas dimensões são discutidas no comitê, sempre passando primeiro pelas pessoas e a relação delas com a natureza e não pautando natureza diretamente. (MIRANDA, 2014).

Ambos estes grupos são de importância local em que procurou proteger os direitos dos utilizadores de serviços e espaço público nas cidades-sede, que foi afetada pela construção das obras da Copa.

4.2 Avaliando os adversários: dois anos após a Copa

Dois anos depois da Copa, é possível analisar o legado dessa articulação multisetorial e de gestão compartilhada. As associações que rejeitou radicalmente os jogos enfrentaram a dificuldade experimentada na obtenção de ampla cobertura mediática para as suas posições, e o período pré-Copa foi marcado por denúncias escassas à opinião pública nacional por meio da imprensa, quanto à questão ambiental.

Além disso, como percebemos na análise, a decepção é associado a aspectos de autocrítica. Aqui, a conclusão inevitável é que as ações tomadas pelas associações não conseguiu gerar uma consciência ambiental pública: este resultado é atribuído pelos atores

entrevistados, tanto para a indiferença dos agentes institucionais e à insuficiência das ações dos próprios movimentos ambientalistas. Em essência, o clima geral de consentimento em relação ao evento (pré-junho de 2013), os prazos restritos e os recursos limitados disponíveis para as associações influenciarem a ação dos adversários - especialmente daqueles que, graças à sua posição profundamente enraizada nas cidades-sede, talvez poderia ter tomado uma ação mais incisiva para tentar aumentar a sensibilização do público para os problemas da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento do projeto Copa.

Quanto à análise da situação atual e os possíveis cenários futuros para o território dos megaeventos, deve sublinhar-se que, com exceção de alguns indivíduos mais acostumados a lidar com temas mais abrangentes, os militantes dos Comitês concentraram sua atenção apenas em críticas específicas e estavam interessados em especial nas zonas urbanas. As respostas enfatizaram que, apesar da cooperação temporária os agentes sociais, seus contextos permanecem substancialmente distantes e a questão ambiental permanecem em segundo lugar em relação à cidade.

Os adversários da Copa do Mundo formaram uma frente heterogênea caracterizado por posições diferentes; no entanto eles tentaram focar a atenção do público em alguns aspectos críticos dos Jogos, em especial os problemas ambientais. Eles tentaram criar suas próprias estruturas de contra-informação, tais como os sites, que permaneceram separados a nível local e não conseguiram criar uma coordenação sólida e eficaz com a liderança nacional de associações ambientalistas, mas tiveram sucesso com o movimento contra-globalização.

Esta falha não implica em dizer que as preocupações dos adversários eram sem sentido. Na verdade, em muitos casos, suas críticas aos aspectos ambientais A organização anti-Copa provou ser baseada em análises realistas e são agora mais amplamente partilhadas pela opinião pública.

Além disso, a análise dos dados coletados mostrou o desentendimento entre os atores sobre a questão ambiental e, conseqüentemente, uma confusão quanto às expectativas em relação a esse tema, desde instrumento de justiça social até a ecocapitalismo. Enquanto um grupo focava esforços nas decisões sobre os elementos técnicos do megaevento e conseguia atrair visibilidade para as suas reivindicações, outros grupos também como foco questões mais político-normativas, que terminaram não sendo relevantes a ponto de influenciar a execução e projeto da Copa do Mundo no Brasil.

CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO

Megaeventos esportivos são interessantes pela excitação que causam. Além de capturar a imaginação popular, fornecem uma plataforma para a revelação talentos individuais e geram feitos coletivos frutos de habilidade e dedicação, que encantam a massa convidada a participar e apoiar os jogos nos locais de eventos, seja nas arenas ou pela transmissão de comunicação de massa. Mas megaeventos também são peculiares porque revelam e permitem identificar normas e operações ideológicas que os sustentam, no tempo - espaço em que são realizados, e a analisar seus verdadeiros significados no contexto dos países “hospedeiros”.

Em princípio, a abordagem dos megaeventos apresenta-se tão complexa e grandiosa que não pode mais ser compreensível levando-se em consideração apenas as questões do âmbito esportivo ou relacionadas ao evento em si mesmo. O impacto econômico e ambiental, as circunstâncias políticas envolvidas e as tecnologias aplicadas são temas obrigatórios na análise de qualquer megaevento esportivo e servem como uma amostra de como esse tipo de produção vem se transformando em uma grande e complexa teia interdisciplinar.

Por feito da modernização de tais eventos e considerando o contexto da produção acadêmica sobre o assunto, a linha central de investigação em torno da qual esta tese foi estruturada compreende as maneiras como o conceito de sustentabilidade está localizado em megaeventos esportivos e o impacto desse tema sobre os públicos que são envolvidos na sua realização, tanto para aqueles que a defendem enquanto um elemento do desenvolvimento quanto aos que criticam o desenvolvimentismo fantasiado de sustentável.

A avaliação da centralidade do conceito de sustentabilidade em megaeventos esportivos contemporâneos, seus impactos e as reações que causam, é um dado especialmente importante, por um lado, pela importância cultural, social, política e econômica desses eventos, mas também pela aparente desconexão entre tais megaeventos e as agendas *top-down*, interesses de elites locais, a ostensiva realocação de recursos estratégicos e as novas agendas de participação (pública) demarcadas pelos regimes de governança.

Como revelam estudos contemporâneos (HEYES, 2012), a legitimação chave dos megaeventos é a reivindicação para a transformação social através de uma estrutura que passa pela criação de legados de longo prazo e a participação coletiva para a sua realização. Logo, como o desenvolvimento desta pesquisa sobre megaeventos sublinha, sustentabilidade é agora um valor fundamental para concretizar essa legitimidade.

Estes legados - um meio para redirecionar e ampliar o crescimento dos Jogos Olímpicos (GIRGINOV; HILLS, 2010, p. 438) e da Copa do Mundo - são concebidos

principalmente em termos de reorganização física do ambiente urbano através da conclusão da megaprojetos transformadores – vide a Matriz de Responsabilidades assumidas pelas cidades-sede. Portanto, legados são tipicamente amarrados pela coalizão de interesses pela hospedagem de megaeventos e respondem a agendas sociais e políticas de longo prazo.

Mais recentemente, tais agentes organizadores dessas coalizões passaram a reivindicar que eventos “mais verdes” teriam impacto a longo prazo nos processos e estruturas sociais e econômicas. Assim, a sustentabilidade – cujos discursos foram debatidos no decorrer deste estudo - assumiu um papel central para a realização de megaeventos em países em desenvolvimento, ou seja, aqueles que formam novos blocos econômicos. Portanto, cabe ressaltar que a mira dessa análise foi oferecer uma avaliação ampla sobre os efeitos dessa versão sobre desenvolvimento sustentável para a Copa do Mundo no Brasil.

Dryzek (2004) pressupõe que as duas dimensões em que divide o conceito de sustentabilidade gera tipologias com propostas analíticas, não empíricas, cuja classificação possui um limite tênue entre os discursos. Diante dessa colocação, a validade deste trabalho é reforçada pela contribuição a esta tipologia, agora amplamente aplicada à situação analiticamente explorada no desenvolvimento desta tese. Das arenas apresentadas pelo autor foram expostas e analisadas no decorrer desse trabalho:

1. Uma dessas dimensões diz respeito à posição assumida frente ao industrialismo – se como uma condição dada, cujos problemas precisam ser enfrentados como ação eficaz na competência científica. Nesse caso, todo o legado da Copa 2014 foi baseado em respostas do Brasil às normas internacionais (selos, ISO 26.000, etc.) sobre a questão ambiental e seu agendamento contemporâneo aos países do Norte.
2. Por outro lado, representa a oportunidade para intervir no modelo dominante: remete ao caráter das propostas de enfrentamento das condições criadas pelo industrialismo (se reformista ou radical). No contexto brasileiro, a questão ambiental fomentou a construção de alianças e estratégias comuns entre os Comitês Populares da Copa posicionados em cada uma das 12 cidades-sede, onde promoveram um agendamento midiático para reivindicar apoio à opinião pública, com muita presença do apelo sobre a questão ambiental - “crimes ambientais” ou “flexibilização da legislação ambiental. Essa abordagem, no entanto, se confunde com a principal bandeira dessas organizações, a disputa pelos direitos humanos.

Esta conclusão, a propósito, permite voltar à definição de megaeventos com o qual começamos. Roche afirma que um megaevento é:

[...]especialmente construído e encenado em larga escala internacional cultural e eventos desportivos. Eles são eventos de curta duração e significativo impacto de longo prazo pré e pós-evento sobre o país anfitrião através de uma gama de dimensões da sociedade nacional, particularmente cultural, mas também político e com dimensões econômicas. (ROCHE apud HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 260).

Ao atrair um grande número de pessoas, envolve investimentos significativos e cria uma grande demanda para uma série de serviços associados compreendendo uma série de processos complexos, tanto práticos quanto simbólicos para a gestão, além das provocações sociais que manifestam. (SPILLING, 1996, p. 323). É útil, portanto, sublinhar uma série de comum traços que são reproduzidos através de iterações de megaeventos esportivos, identificados a partir da análise da sociológica e política desses eventos específicos, além do seu caráter esportivo e cultural.

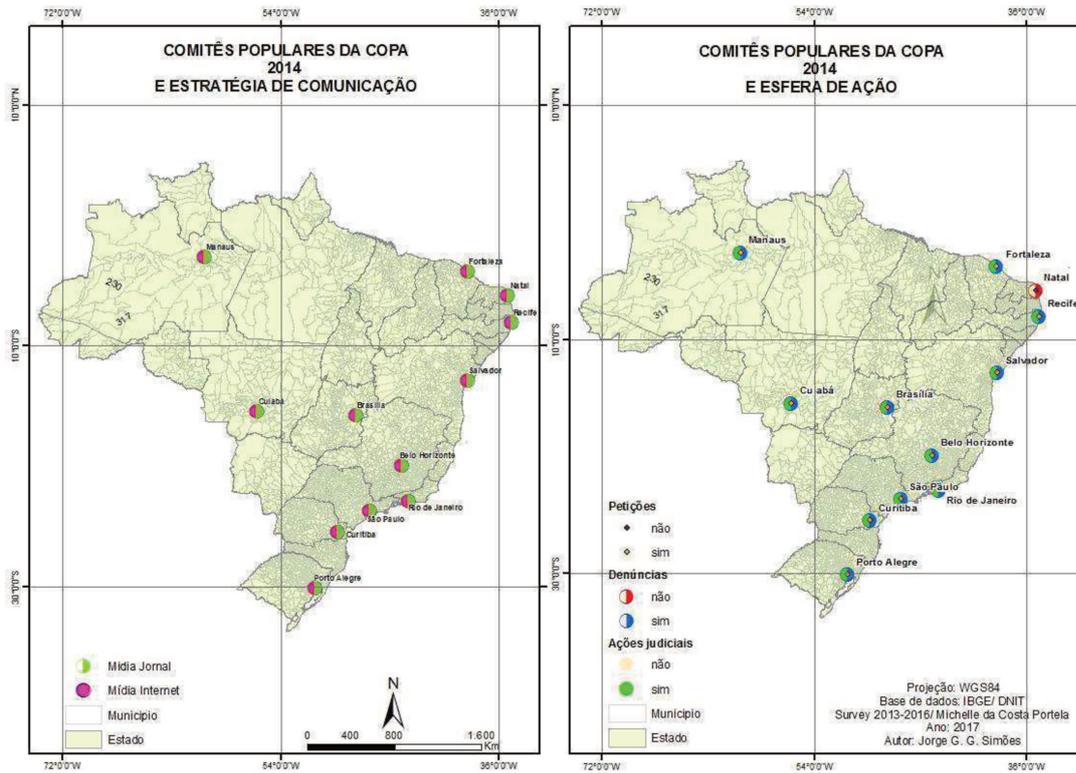
1. Megaventos são eventos de comunicação globais com alta reputação, potencial custos e benefícios;
2. Promovem um modo específico de acumulação de capital neoliberal, e são “momentos críticos” de mudança social e cultural para cidades-sede e países “hospedeiros”;
3. São sustentados por uma série de discursos que legitimam que estabelecem sua utilidade social e promover conjuntos específicos de valores universais e visões de mundo;
4. Ciência e opinião pública são recursos importantes para ambos os grupos, que possuem alcance e dimensões relativizadas;
5. Megaeventos são, portanto, caracterizada por uma série de contradições sistêmicas.

Por "sistêmico", queremos dizer aqui que essas contradições são fundamentais para as operações simbólicas e materiais do megaeventos esportivos, e são reproduzido através do tempo e espaço. **Estas contradições sistêmicas encontram-se na aparentemente inevitável lacuna entre as aspirações promovidas por coalizões de hospedagem e os processos e impactos da realização do evento.** Tais impactos podem tomar uma variedade de formas, ser menor ou maior, mais ou menos aguda, dependendo da natureza do regime de hospedagem: o nível do desenvolvimento econômico do país, a força de democracia, liberdades individuais, entre outros. Porém, mesmo que estes contornos estejam em constante transição, as evidências das últimas duas décadas de estudos confirmam que as contradições centrais são comuns e visíveis em diferentes iterações em contextos nacionais, locais e culturais.

Trabalhos anteriores a este indicam que a mais proeminente das contradições sistêmicas estão localizadas no fosso entre os discursos de inclusão coletiva, de prometer promover mudanças sociais e participação cívica versus uma imposição de normas ditadas pela entrega de uma infraestrutura marcada por dificuldades de gestão e um explícito e prioritário direcionamento de recursos públicos para impulsionar iniciativas privadas, terminando por deixar ainda mais explícitos os conflitos sociais locais. Também não se pode ignorar as imposições quanto a padrões culturais globais para atender a requisitos das estratégias de comunicação globais adaptados pela coalizão de hospedagem.

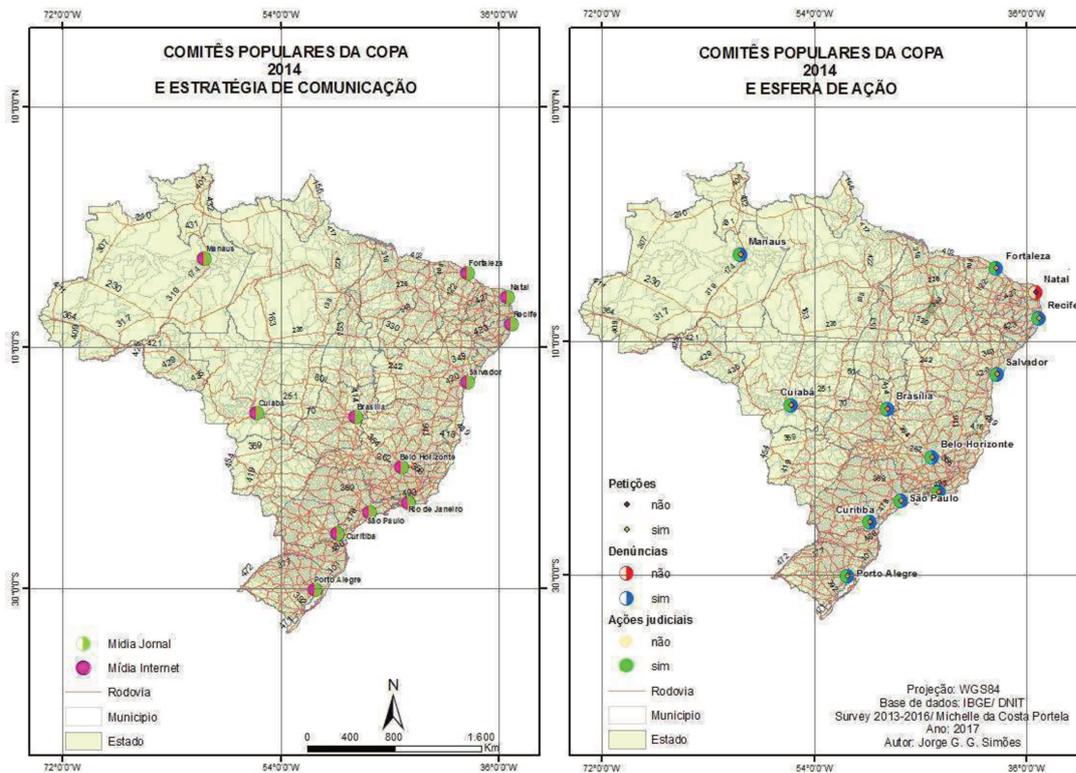
A estes elementos, este trabalho revela o caráter *top-down* da promoção da responsabilidade ambiental corporativa como uma encenação de sustentabilidade, numa arena em que os impactos do eventos e as respostas sociais tornaram as contradições impossíveis de serem encobertas pelo agendamento oficial devido a táticas de comunicação e conquista da opinião pública por intermédio dessas mídias alternativas criadas para ampliar o poder de crítica dos "atingidos pela Copa", como exposto no mapa abaixo.

FIGURA 20 – Mapa das cidades-sede sem malha ferroviária.



FONTE: SIMÕES, 2017.

FIGURA 21 – Mapa das cidades-sede com malha ferroviária



FONTE: SIMÕES, 2017.

Assim, aos traços comuns anteriormente expostos neste texto, acrescento novos elementos:

6. Sustentabilidade está na centralidade da realização de megaeventos nos países do SUL – ou dos blocos econômicos emergentes (BRICS), não apenas como legado prioritário, mas como legitimador.

7. Um tema que encontra formas discursivas e materiais de existir, mas sua concretização não é decisiva para a realização do evento, com duplo valor: ora usada para legitimar os interesses dos realizadores ora como recurso de enfrentamento a projetos *top-down*.

8. A forma não consensual com que o tema é tratado também causa impacto. A questão ambiental ainda é um emaranhado de discursos vazios para a massa dos movimentos engajados na crítica à Copa do Mundo do Brasil e sempre relacionados como uma justificativa aos projetos desenvolvimentistas, utilizado em primeiro plano nas estratégias de luta e resistência conscientemente devido ao apelo mediático que recebe.

9. Mesmo que não seja objeto direto deste estudo, é preciso ressaltar que as cidades-hospedeiras mais buscam suprir as expectativas do imaginário dos visitantes a priorizar investimentos que promovam o bem-viver da comunidade local, mais percebidas como “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1991).

10. Sustentabilidade é um poderoso atrativo para a difusão das tecnologias ambientais e normas técnicas. Megaeventos, portanto, têm a capacidade considerável para funcionar como plataformas globais para o desenvolvimento e divulgação das melhores práticas ambientais e tecnologias sustentáveis, facilitando a criação e crescimento de novos mercados. Um sentido em que devemos ver megaeventos, portanto, é através da sua capacidade de agir como agentes poderosos de transferência de tecnologia e difusão norma técnica, com uma grande potencial mimético, tanto geográfica e os termos do setor de políticas públicas, aliada a um efeito de demonstração concebido para incentivar, mudanças de estilo de vida individuais positivas entre as populações civis.

11. Em suma, Jogos Olímpicos, Copa do Mundo e outros megaeventos esportivos operam como vitrines para a internalização de valores e normas ambientais, com um vasto potencial mimético, tanto na geopolítica quanto no alcance de público. Em outras palavras, elevados padrões ambientais não são mais

vistos como antagônicos ao desenvolvimento de regimes de crescimento econômico, tornando-se em vez disso uma fonte fundamental de inovação do mercado e crescimento econômico futuro (BARRY, 2001). E Zbicz argumenta com relação a Pequim, uma das funções dos megaeventos é consequentemente aumentar as expectativas - aqui, de um ambiente mais limpo - entre os países de *middle-class* (ZBICZ, 2009).

Todas essas observações contribuem para analisar a evolução da natureza dos megaeventos no decorrer das últimas décadas - uma mudança de escala e de ethos, e uma mudança na economia política do seu propósito. Como Roche (apud HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 267) aponta, a ascensão da cultura de consumo global e economia regionalmente institucionalizada contribuem para essa transformação e manutenção do interesse dos megaeventos esportivos em países em desenvolvimento.

Megaeventos, portanto, continuam a ser importantes na projeção de narrativas de Estado e identidade; e, como John Horne argumenta, eles também são de extrema importância em revelar as direções que as nações tomar na gestão dos fluxos de capitais globais. Para Horne, megaeventos tornaram-se um elemento central da modernidade urbana, exibindo muitas das contradições do “capitalismo de desastre”, para usar os termos de Naomi Klein.

Em outras palavras, a compressão do tempo-espaço peculiar do megaevento tem o efeito de criar um choque no sistema político, revelando processos de agregação de interesses e mediação coletiva. O choque é sentido no tecido urbano da cidade, mas também sobre o processo democrático. Dessa forma, o choque supera o espectro da identidade nacional e alcançam a disputa da promoção de cidades altamente competitivas “de classe mundial”, buscando atrair capital altamente móvel e fluxos de pessoas em grande escala. Pós-nacionalismo, as relações-chave que se estabelecem agora são multi-escala, situada entre o metropolitano e o global, transformando o nacional e o popular como exige o padrão global.

Com efeito, mesmo onde megaeventos continuam a agir como um instrumento do poder do Estado, fluxos e redes transnacionais, dando ao país o status de hospedeiro de Copas ou Olimpíadas, apresentar-se capaz de realizar tais eventos com apelo sustentável é determinante para a concretização do seu direito de realizá-lo.

Seguindo Cantelon e Letters (2000), a questão ambiental foi, para o COI, ao menos em parte, uma função do Movimento Olímpico de estratégias de tomada de imagem, destinadas a reabilitar os Jogos a partir de uma série de crises ambientais, financeiros, políticos,

diplomáticos e éticos. Mas assim como uma estratégia de legitimação global para o Movimento Olímpico, cada vez mais a FIFA parece posicionar outras duas funções simbólicas dentro de regimes megaevento.

Primeiro, é parte integrante das estratégias de reputação e de comunicação de hospedar cidades, estados e regiões, como já dissemos, para reforçar a posição do país anfitrião a nível mundial, que é como um membro legítimo e respeitado da comunidade internacional. Sustentabilidade ambiental, argumentam Mol e Zhang (2012), é fundamental para esse estratégia.

Em segundo lugar, desenvolvimento sustentável também é central para as estratégias de transformação cultural das coalizões de acolhimento. Em termos ambientais, a justificativa de encenar megaevento centra-se em sua capacidade não só de remediar impactos ambientais com a prática duvidosa de compensação de carbono, mas através da sua capacidade de acelerar ou produzir políticas e, especialmente, duradouras mudança social ou ambientais.

Contudo, há poucas evidências de que megaeventos produzam mudanças mudanças a longo prazo nos padrões de comportamento social, ou de ordem pública, além do real, não negligenciável, mas ainda assim orientada para o mercado e incremental melhorias na construção, sistemas de energia, design de eventos e indústrias de plásticos, em particular.

Como Broudehoux e Polo afirmam, por exemplo, a mudança de comportamento é uma narrativa chave de um megaevento, mas, como já apontado em outro lugar (HAYES; HORNE, 2011), há pouca ou nenhuma evidência de que a demonstração positivista efeito da grande programação de eventos trouxe com sucesso sobre mudança coletiva de comportamento em relação às práticas de sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEM, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALLEN, J. et al. **Organização e gestão de eventos**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- ALMEIDA, C. P. C. de; DACOSTA, L. P. **Meio ambiente, esporte, lazer e turismo: estudos e pesquisas no Brasil 1967–2007**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2007.
- ANDERSON, B. **Imagined communities**. London: Verso, 1991.
- ANDRADE, T. Cultura do espetáculo e a estetização do ambiente. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, ano 1, n.3/4, p.109-126, jul./dez. 1998.
- APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil. **Apublica**, 2015. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/Do_ssie_ViolacoesCopa.pdf>. Acesso em: jan. 2017.
- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais*, n.1, p. 79-90, 1999.
- ATKINSON, G. et al. Are we willing to pay enough to 'back the bid'?: valuing the intangible impacts of London's bid to host the 2012 Summer Olympic Games. **Urban Studies**, v. 45, n. 2, p. 419-444, 2008.
- BARROS, A.; PIRRHO, R. Lula diz que Copa de 2014 será verde, transparente e inesquecível. **Globoesporte**, 2010. Disponível em:<<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2010/07/lula-diz-que-quer-continuar-copa-de-2014-mesmo-fora-do-cargo.html>>. Acesso em: fev. 2011.
- BARRY, A. **Political machines: governing a technological society**. London: Athlone Press, 2001.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.1).

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.

BORDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998b.

BORDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998c.

BORDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

BORDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004b.

BRASIL. Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F, 2009. Disponível em < [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm)>. Acesso em: maio 2013.

BRASIL. Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012. Lei da COPA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F, 2012. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: jul. 2014.

BRASIL. Ministério dos Esportes. Copa do mundo de 2014 no Brasil: impactos econômicos. **Brasil**, 2010. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/brazil-2014-world-cup-economic-impact-study-pdf-d262940604>>. Acesso em: abr. 2013.

BRIANEZI, T. **O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus**: do progresso à modernização ecológica. 2013. 157 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BLACK, D. R.; VAN DER WESTHUIZEN, J. The allure of global games for 'semi-peripheral' polities and spaces: a research agenda. **Third world quarterly**, v. 25, n. 7, p. 1195-1214, 2004.

BRYMAN, A. **The disneyization of society**. London: SAGE Publishers. 2004.

CANTELON, H; LETTERS, M. The making of the IOC environmental policy as the third dimension of the Olympic movement. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 35, n. 3, set. 2000.

CAPE TOWN CITY. **Green goal action plan 2010: FIFA world cup**. Cape Town, South Africa: Sappi, 2008.

CAPE TOWN CITY. **Green goal progress report: 2010 FIFA world cup**. Cape Town, South Africa: Sappi, 2009.

CAPELO, R. Mais lucrativa da história, Copa do Mundo de 2014 gera R\$ 18 bilhões para a Fifa. **G1**, 2015. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/mais-lucrativa-da-historia-copa-do-mundo-de-2014-gera-r-18-bilhoes-para-fifa.html>

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASA. RELATÓRIO DE PROJETOS APOIADOS 2013. **CASA**, 2014. Disponível em: <http://www.casa.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Apoiados-2013.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v.1 São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, C. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez e Editora Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

CHAMPAGNE, P. **A miséria do mundo: a visão mediática**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CHAPARRO, M. C. C. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2007.

CHAVES, B. S. **Previsões da mídia**: uma análise da cobertura da imprensa brasileira na Copa do Mundo de 2014. 2015, 90 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CORBETT, J. B. **Communicating nature**: how we create and understand environmental messages. Washington: Island Press, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Olympism in Action. **Olympic**, 2011. Disponível em: <<http://www.olympic.org/olympism-in-action>>. Acesso em: jan. 2017.

COMMISSION FOR A SUSTAINABLE LONDON 2012. **Learning Legacy**, 2009. Disponível em: <<http://learninglegacy.independent.gov.uk/documents/pdfs/sustainability/2-london-2012-sustainability-report-a-blueprint-for-change.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

COSTA, F. C. **Sustentabilidade na copa**. [2014]. Entrevistador: Michelle Da Costa Portela. Campinas, 2014. 1 arquivo .mp3 (15 min.).

CLIFTON, S. J. **A dangerous obsession**: the evidence against carbon trading and for real solutions to avoid a climate crunch. London: Friends of the Earth England, Wales and Northern Ireland, 2009.

CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/ha/v19n40/a03v19n40.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

DACOSTA, L. P.(Org.). **XIX Olimpíada México 1968**: aspectos técnicos evolutivos. Brasília: Divisão de Educação Física - MEC, 1969.

DACOSTA, L. P. **Olympic studies**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

DACOSTA, L. P.; MIRAGAYA, A. Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil. In: DaCOSTA, L. P. et al.(Ed.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DAMATTA, R. et al. **Universo do futebol**. São Paulo: Pinacothèque, 1982.

DAMATTA, R. Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos Jogos Olímpicos e do futebol no Brasil. In: _____. **A bola corre mais que os homens**: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p.172-204.

DANSERO, E.; MELA, A. Olympic territorialization: the case of Torino 2006. **Journal of Alpine Research**, v. 5, n. 15, 2007.

DAVIS, O. S. Forecasting economic impact of EURO 2008. **BBJ**, 2008. Disponível em: <www.bbj.hu/countryfocus/>. Acesso em: fev. 2013.

DEBORD, G. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELLA PORTA, D. (Ed.). **The global justice movement**: cross-national and transnational perspectives. New York: Paradigm, 2006.

DELLA PORTA, D.; MOSCA, L. **Globalizzazione e movimenti sociali**. Rome: Manifestolibri, 2003.

DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (Eds.). **Transnational Protest & Global Activism**. Boston: Rowman & Littlefield, 2005.

DENIS, M. et al. **Kein Land für friedliche Spiele**. [S.l.]: Reinbeck, 1988

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In:_____(Org). **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DIMEO, P.; KAY, J. Major sports events, image projection and the problems of 'semi-periphery': a case study of the 1996 South Asia Cricket World Cup. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 7, p. 1263-1276, 2004.

DRYZEK, J. S. **The Politics of the Earth**: environmental discourses. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ERNEST & YOUNG BRASIL. **Brasil sustentável**: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010.

EXAME. FIFA ensina práticas sustentáveis aos estádios da Copa. **Exame**, 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/fifa-ensina-praticas-sustentaveis-aos-estadios-da-copa>>. Acesso em: jun. 2014.

FEATHERSTONE, D. Towards the relational construction of militant particularisms: or why the geographies of past struggles matter for resistance to neoliberal globalization. **Antipode**, 37, p. 250–71. 2005.

FARIAS, E. Sem copa verde. **Apublica**, 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/02/manaus-na-copa/>>. Acesso em: mar. 2014

FEITAL, M. da S. **Conflitos e arenas decisórias de grandes projetos de infraestrutura** : uma discussão do porto de São Sebastião - São Paulo – Brasil. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em sociologia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FERREIRA, L. da C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FIFA. 2014 FIFA World Cup. **Sustainability Strategy – Concept**. 2012. Disponível em: <http://www.FIFA.com/mm/document/tournament/loc/01/65/19/25/sustainability_strategy_e_web.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

FIFA. Organizing committee. **Green goal**: legacy Report - the environmental concept for the 2006 FIFA world cup. Alemanha: FIFA, 2006. Disponível em: <<http://www.oeko.de/oekodoc/292/2006-011-en.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

FIFA. **Safety Regulations**. Zürich, Switzerland: FIFA, 2008. p. 32.

FIFA. **Home of FIFA**. Zürich, Switzerland: FIFA; RVA; Altstätten, 2010. p. 27.

FIFA. **International FIFA Fan Fest Rio de Janeiro**. 2010a. Disponível em: <http://www.FIFAFanfestrio.com/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53>. Acesso em: out. 2012.

FIFA. **Football stadiums**: technical recommendations and requirements. Zürich, Switzerland: FIFA, 2011a. p. 419.

FIFA. Organizing committee. Women's World Cup 2011. **Green goal**: legacy report. Frankfurt, Germany, 2011b. p. 68. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/afsocial/environment/01/57/12/83/fwwc2011green_goal_legacy_report_en.pdf>. Acesso em: jan. 2012

FIFA. Divulgado o Relatório do Programa Green Goal 2010 na Cidade do Cabo. **FIFA**, 2011c. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/worldcup/archive/southafrica2010/news/newsid=1477807/index.html>>. Acesso em: mar. 2012.

FIFA. Primeiro Programa Ambiental em uma Copa do Mundo Sub-20 da FIFA. **FIFA**, 2011d. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/u20worldcup/organisation/media/newsid=1491444/index.html>>. Acesso em: mar. 2012.

FIFA. A FIFA e o Meio Ambiente. **FIFA**, 2012. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/aboutFIFA/socialresponsibility/environmental.html>>. Acesso em: mar. 2012.

FIFA. My Game is Fair Play. **FIFA**, 2012a. Disponível em: <<http://pt.FIFA.com/aboutFIFA/socialresponsibility/fairplay/index.html>>. Acesso em: jul. 2012.

FIFA. Football for the planet. **FIFA**, 2013. Disponível em: <http://img.fifa.com/mm/document/fifaworldcup/generic/02/11/19/92/footballfortheplanetpt_portuguese.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

FIFA. Comitê Organizador Local da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. **Resumo do inventário de emissões de gases de efeito estufa da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014**.

Zurique: FIFA, 2013. Disponível em:

<http://img.fifa.com/mm/document/fifaworldcup/generic/02/11/20/03/resumodo2014fwfwccarbnfootpri_portuguese.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Artmed, 2002.

FOCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Edmundo Cordeiro. São Paulo: Cyberfil Literatura Digital, 2002.

FOCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FROME, M. **Green ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Curitiba, PR: Editora da UFPR: Fundação O Boticario de Proteção à Natureza, 2008.

GAFFNEY, C. Mega-events and socio-spatial dynamic in Rio de Janeiro, 1919-2016. **Journal of Latin American Geography**, v. 9, 2010. p. 7-29, 2010.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo. Unesp. 1991.

GIRGINOV, V.; L. HILLS. A Sustainable sports legacy: creating a link between the london olympics and sports participation'. In: Girginov, V. (Ed.). **The olympics: a critical reader**. London: New York: Routledge, 2010.

GLOBOESPORTE. Copa do mundo 2014. FOTOS: veja os estádios oferecidos pelo Qatar para 2022. **Globoesporte**, 2010. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/fotos/2010/11/fotos-veja-os-estadios-oferecidos-pelo-qatar-para-copa-22.html>>. Acesso em: mar. 2011.

GNECCO, J. R. Resumo de Mesas Redondas e Conferências. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1 (supl.1), jan./mar. 2011.

GRUNEAU, R. **Lowes indy dreams and urban nightmares**. Toronto: Toronto University Press, 2002.

GÖSSLING, S. et al. Voluntary carbon offsetting schemes for aviation: efficiency, credibility and sustainable tourism. **Journal of sustainable tourism**, v. 15, n. 3, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE AMAZONAS. Projeto do Amazonas para a Copa 2014 é destaque em evento da Fifa no Rio. **Amazonas**, 2011. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2011/07/projeto-do-amazonas-para-a-copa-2014-destaque-em-evento-da-fifa-no-rio/>. Acesso em: jul. 2011.

GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO. Copa do mundo gera 1 milhão de empregos. **Copa**, 2014. Disponível em: < <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/copa-do-mundo-gera-1-milhao-de-empregos>>. Acesso em: jun. 2014.

GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 16, p. 95-112, abr. 2001. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/188>>. Acesso em: jul. 2011.

HAJER, M. **The politics of environmental discourse**: ecological modernization and the policy process. Oxford: Clarendon Press, 1995.

HAJER, M. Coalitions, practices and meaning in environmental politics: from acid rain to BSE. In: HOWARTH, D.; TORFING, J. (Ed.). **Discourse theory in european politics**: identity, policy and governance. London: Palgrave Macmillan, 2005a.

HAJER, M.; VERSTEEG, W. A decade of discourse analysis of environmental politics: achievements, challenges, perspectives. **Journal of environmental policy and planning**, v. 7, n. 3, set. 2005b.

HAJER, M. Doing discourse analysis: coalitions, practices, meanings. In: DEN BRINK, M. van; METZE, T. (Ed.). **Words matter in policy and planning**: discourse theory and method in social science. Utrecht: Netherlands Geographical Studies, 2006.

HAJER, M.; VERSTEEG, W. **Political rhetoric in the Netherlands**: reframing crisis in the media. Amsterdam: Migration Council Institute, 2009.

HALL, A. Better REDD than dead: paying the people for environmental services in Amazonia. **Philosophical transactions of the royal society**, London, v. 363, n. 42, p.1925-1932, 2008.

HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). Sports Mega-Events: social scientific analyses of a global phenomenon. **The sociological review monograph series**, v. 54, suplement s2, p. 59-70, dez. 2006.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.

HADDAD, E.A.; HADDAD, P. Major sport events and regional development: the case of Rio de Janeiro 2016 Olympic Games. **Regional science policy and practice**, v. 2, n.1, p. 79–95, jun. 2010. Disponível em:< <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1757-7802.2010.01017.x/pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

HAMMERSCHMIDT, R. Estádio da Copa do Mundo no Catar vai "esculpir" ventos para resfriá-lo. **Tecmundo**, 2013. Disponível em:<<http://www.tecmundo.com.br/tecnologia/39926-estadio-da-copa-do-mundo-no-catar-vai-esculpir-ventos-para-resfria-lo.htm>>. Acesso em: ago. 2014.

HARDT, L. P. A. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. de. **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEYNEN, N.; P. ROBBINS. The neoliberalization of nature: governance, privatization, enclosure and valuation. **Capital, Nature, Socialism**, v. 16, n.1, 2005.

HONNETH, A. Teoria Crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

HORNE, J.; MANZENREITER, W. An introduction to the sociology of sports mega-events. In: _____ (Ed.). Sports Mega-Events: social scientific analyses of a global phenomenon. **The sociological review monograph series**, v. 54, suplement s2, p. 59-70, dez. 2006.

HAYES G.; KARAMICHAS, J. (Eds.) **Olympic games, mega-events and civil societies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

IOC (Internacional Olympic Committee). **Manual on sport and the environment**. Lausanne, 2001. Disponível em:
<http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/manuel_sport_environment_en.pdf>. Acesso em: set. 2014.

JURIS, J. Networked Social Movements: Global Movements for Global Justice. In: M. CASTELLS (Ed.). **The network society: a cross-cultural perspective**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

LEME, A. F. P. Revisão descritiva do modelo East London para legados de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. In: DaCOSTA, L. P. et al.(Ed.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

LEWICKI, R. J.; GRAY, B.; ELLIOTT, M. **Making sense of intractable environmental conflicts: frames and cases**. Washington DC: Island Press, 2003.

LOVISOLO, H. R. Epistemologia prática no campo da comunicação. **Contracampo**, Niterói, v. 7, p. 005-216, 2002.

LOWES, M. **Indy dreams and urban nightmares**. Toronto: Toronto University Press, 2002.

MACALOON, J. Olympic games and the theory of spectacle in modern societies. In: _____ (Ed.). **Rite, drama, festival, spectacle: rehearsals toward a theory of cultural performance**. Philadelphia: ISHI, 1984.

MALFAS, M.; E. THEODORAKI; B. HOULIHAN. Impacts of the Olympic Games as mega-events. **Municipal Engineer**, v. 157, n. ME3, p. 209-220, set. 2004.

MARTÍNEZ-, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: contexto, 2007.

MARTINS, J.; BICUDO, M A. V. A. **Pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: EDUC/Moraes, 1989.

MATHESON, V. A.; BAADE, R. A. Mega sporting events in developing nations: playing the way to prosperity?. **South African Journal of Economics**, v. 72, n. 5, 2004. p. 1085-1096.

MATIAS, M. Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades. **Turismo e sociedade**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 176-198, 2008.

MATOS, G. Gabriel Matos/ Comitê Fortaleza. [2014]. Entrevistador: Michelle Da Costa Portela. Manaus, 2013. 1 arquivo .mp3 (50 min.).

MAY, P.; CALIXTO, B.; GEBARA, M. F. **REDD+ politics in the media: a case study from Brazil**. Working Paper 55. Bogor, Indonesia: CIFOR, 2011. Disponível em: <http://webdoc.sub.gwdg.de/ebook/serien/yo/CIFOR_WP/WP55.pdf>. Acesso em: fev. 2013.

MEDEIROS, J. **Entrevista sobre a copa**. [2013]. Entrevistador: Michelle Da Costa Portela. Manaus, 2013. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

MELO, J. M. de. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, J. M. de; ASSIS, F. de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MELO, L. M. de. Experiences from World Cup 2010 in South Africa—first thoughts about implication for Brazil 2014. In: INTERNATIONALE HAMBURGER SYMPOSIUM, 10, 2010. **Anais...** Hamburg, 2010. p. 51-66. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=aLyrRh-eRm8C&pg=PA51&dq=melo,+Experiences+from+World+Cup+2010+in+South+Africa%E2%80%93first+thoughts+about+implication+for+Brazil+2014.+Internationale+Sporte+events+im+Umbruch?&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMI2KHVru33yAIVRCGQCh2CbgtX#v=onepage&>>

q=melo%2C%20Experiences%20from%20World%20Cup%202010%20in%20South%20Africa%20E2%80%93first%20thoughts%20about%20implication%20for%20Brazil%202014.%20Internationale%20Sportevents%20im%20Umbruch%3F&f=false>. Acesso em: set. 2014.

MENDES, N. Entenda como funciona a transmissão de jogos da Copa do Mundo. **EBC**, 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/esportes/copa/2014/06/entenda-como-funciona-a-transmissao-de-jogos-da-copa-do-mundo>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES (ME). **Copa do mundo 2014: oportunidades para o Brasil e para a iniciativa privada**. Governo Federal, Ministério do Esporte. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.lidebr.com.br/images/clipping/Ministerio_do_Esporte_-_apresentacao_LIDE.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gestão das emissões de gases de efeito estufa da copa do mundo 2014**. Brasília: MMA:PNUD, 2015.

MIRANDA, I. **Luta ambiental**. [2014]. Entrevistador: Michelle Da Costa Portela. Belo Horizonte, 2014. 1 arquivo .mp3 (15 min.).

MOL, A. P. J.; ZHANG, L. Sustainability as global norm: the greening of mega-events in China. In: Hayes G.; Karamichas, J. (Eds.). **Olympic games, mega-events and civil societies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

MOTTA, R. S. da et. al.(Ed.). **Mudanças do clima no Brasil: aspectos, econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília, IPEA, 2011.

MORGAN, G. (Ed.). **Beyond method: strategies for social research**. Califórnia: Sage, 1983

MUHOVIC-DORSNER, K. Evaluating european climate change policy: an ecological justice approach. **Bulletin of science, technology & society**, v. 25, n. 3, 2005.

NAURIGHT, J. Global games: culture, political economy and sport in the globalised world of the 21st century. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 7, p. 1325-1336, 2004.

NERLICH, B.; N. KOTEYKO. Compounds, creativity and complexity in climate change communication: the case of “carbon indulgences”. **Global environmental change**, v. 19, n. 3, p. 345–53. 2009.

OLIVEIRA, L. D. de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 118-139. jan./ jun. 2012.

OLIVEIRA, L. D. de. A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. **Tamoios**, n. 2, jul./dez, 2005.

O’NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. **Goldman Sachs**, relatório n. 66, 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: jun. 2013.

PACE, T. H.; HARDT, L. P. A. Megaeventos esportivos: reflexões sobre sustentabilidade e suas relações com o turismo. **Turismo e sociedade**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 16-40, jan. 2014.

PEOPLE CENTERED DEVELOPMENT FORUM (PCDF). **Sustainability as the organization principle of people-centered development**. Nova York: s.n., 1992.

PONTES, N. Copa 2014 promete bater a da Alemanha em sustentabilidade. Revisão Augusto Valente. **Dw**, 2012. Disponível em:<<http://www.dw.com/pt/copa-2014-promete-bater-a-da-alemanha-em-sustentabilidade/a-16003542>>. Acesso em: jun. 2013.

POLOKWANE MUNICIPALITY. **Greening plan for the 2010 soccer world cup**. Pretoria, Província de Limpopo, África do Sul Mar: Future Works, 2009.

PORTAL DA COPA. Disponível em:<<http://www.copa2014.gov.br/pt-br>>. Acesso em: ago. 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/cidades>>. Acesso em: ago. 2014.

PORTAL POPULAR DA COPA. Disponível em: <www.portalpopulardacopa.org.br>. Acesso em: dez. 2013.

PORTELA, M. da C. **Varadouro**: um jornal das selvas: um estudo sobre o alternativo da Amazônia. 2009. 107f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

PORTELA, M. da C.; FERREIRA, L. da C. Copa verde: megaeventos e a falsa solução do espetáculo ambiental para as cidades-sede. **Jornal FBOMS**, [S.l.], maio. 2014. Disponível em: <http://fboms.org.br/wp-content/uploads/2013/05/jornal_fboms_edicao_especial_maio_2014.pdf>. Acesso em: maio 2014.

PREUSS, L. Buying into our future: sustainability initiatives in local government procurement. **Business Strategy and the Environment**, v.16, p. 354–365, 2007.

ROCHA, M. E. O Estelita é mais do que o Estelita. **El País**, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html>. Acesso em: jun. 2016.

ROCHE, M. **Mega-events and modernity**. London: Routledge, 2000.

RENN, O. The social arena concept of risk debates. In: KRIMSKY, S; GOLDING, D. (Ed.). **Social theories of risk**. Westport: Conn, 1992.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável: a nova roupagem para a velha questão do desenvolvimento. In: DE GRAZIA, G. (Org.). **Direito à cidade e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993.

ROUTLEDGE, P. Convergence space: process geographies of grassroots globalisation networks. **Transactions of the institute of british geographers**, v. 28, p. 333–49, 2003.

RUGGIERO, V.; MONTAGNA, N. (Eds.) **Social movements**: a reader. London & New York: Routledge, 2008.

SAHLINS, M. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial. In: SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p.

SALVADOR, S. F. T.; GIL, A. H. C. F.; CASAGRANDE JUNIOR, E. F. Sustentabilidade nas construções da Copa de 2014 em Curitiba. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n. 14, p. 77-91, 2012.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, C. R. dos; HARDT, L. P. A. Qualidade ambiental e de vida nas cidades. In: GONZALES, S. F. N.; FRANCISCONI, J. G.; PAVIANI, A. **Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira**: objeto, teoria, prática. Brasília: Editora da Universidade Nacional de Brasília, 2013. p. 151-168.

SANTOS, J. M. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: Summus, 1997.

SASTRE, P. M. Vila Autódromo, a comunidade que venceu os Jogos Olímpicos. **El País**, 2016. Disponível em:
<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/25/politica/1469450857_996933.html>. Acesso em: jan. 2017.

SEIXAS, J. Os megaeventos na cidade: imagem social, política econômica e governança urbana. **E-Metropolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, v. 2, n. 1, p. 4-9, set. 2010.

SCHIMMEL, K. S. Deep play: sports mega-events and urban social conditions in the USA. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon. **The sociological review monograph series**, v. 54, suplement s2, p. 59-70, dez. 2006.

SILVA, O. A importância dos legados de megaeventos esportivos para a política nacional de esporte no Brasil. In: DaCOSTA, L. P. et al.(Ed.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 19-20.

SOUZA, A. L. R. et al. Perfil do mercado voluntário. In: Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema), 13, 2011. **Anais...** São Paulo: FGV/EAESP: FEA/USP, 2011.

SPILLING, O. R. Mega event as strategy for regional development: the case of the 1994. **Lillehammer winter Olympics**, v. 8, n. 4, p. 321-344, 1996.

TAVARES, E. A. Copa e a mídia: reflexões sobre a mais-valia ideológica, a soberania comunicacional e o jornalismo. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p.156-177, jun./dez. 2009.

TAVARES, O. Quem são os vencedores e os perdedores dos Jogos Olímpicos?. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 69-84, 2005.

TAVARES, O. Instalações temporárias do Pan Rio 2007: possíveis legados. In: RUBIO, K.(Org.). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 77-87.

TAVARES, O.; DaCOSTA, L. P. (Ed.). **Estudos olímpicos**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1998.

TAVARES, O. Mega eventos esportivos. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, Porto alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, 2011.

TERRA. Fifa admite que Copa de 2014 pode não ser a mais "verde". **Terra**, 2014. Disponível em: < <http://esportes.terra.com.br/futebol/fifa-admite-que-copa-de-2014-pode-nao-ser-a-mais-verde,54439928be104410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: mar. 2014.

TOURAINÉ, A. **The voice and the eye: an analysis of social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TOURAINÉ, A. **O que é democracia**. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

TRIGUEIRO, A. A Copa Verde do Brasil. **G1**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/mundo-sustentavel/post/copa-verde-do-brasil.html>>. Acesso em: ago. 2014.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Cdm project. **UNFCCC**, 2014. Disponível em: <<https://cdm.unfccc.int/Projects/projsearch.html>>. Acesso em: maio 2014.

VANOC. VANOC releases carbon offset target for 2010 Winter Games. **Olympic**, 2009. Disponível em: <http://en.olympic.cn/news/olympic_news/2009-03-31/1767582.html>. Acesso em: maio 2014.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WILLIAMS, B. A.; MATHENY, A. R. **Democracy, dialogue and environmental disputes: the contested languages of social regulation**. New Haven: Yale University Press, 1995.

ZIMBALIST, A. (Eds.). **Sports, jobs and taxes: the economic impact of sports teams and stadiums**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 1997. 540p.

ZBICZ, D. C. **Asia's further: critical thinking for a changing environment**. Pennsylvania: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2009.

ZIRIN, D. **Brazil's dance with the devil**. Chicago: Haymarket Books, 2014.